

// CONEXÃO
consentimento + explícito;
poder + negociado;
desejo + múltiplo;
intimidade + escolha;
vínculo + rede;

/* ética como protocolo */

CONSENTIMENTO
INFORMADO
NÃO É OPCIONAL.
É FUNDAMENTO.

CORPOS - DADOS - TERRITÓRIOS

TERRITÓRIOS CONECTADOS DO DESEJO

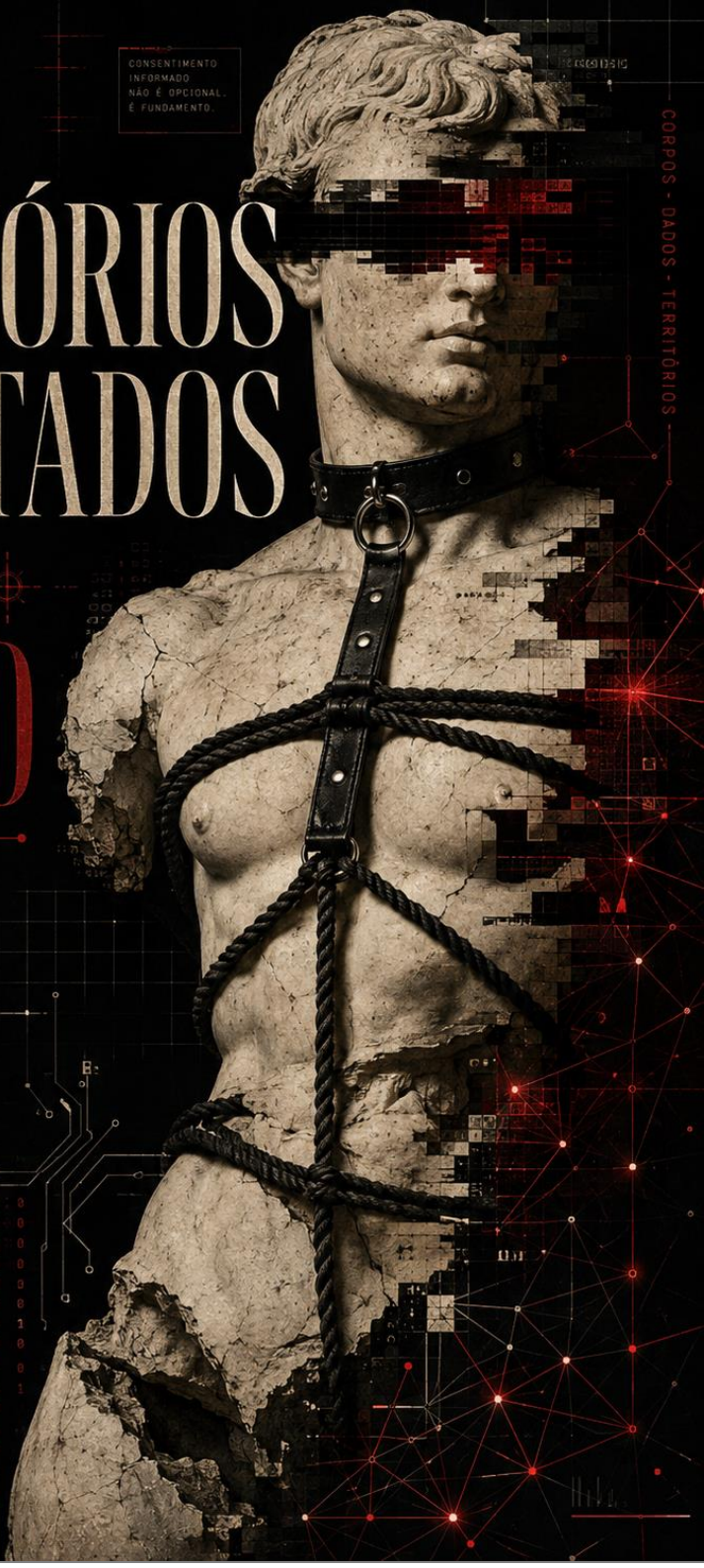
BDSM, PODER,
CONSENTIMENTO E
INTIMIDADE NOS
ESPAÇOS DIGITAIS

LUCAS ALMEIDA DIAS

-  PODER
-  CONSENTIMENTO
-  DESEJO
-  CONEXÃO
-  PRIVACIDADE

PROTÓCOLOS DE CUIDADO
COMUNICAÇÃO
NEGOCIAÇÃO
RESPEITO
PRAZER

0 1 0 0
1 1 1 0
1 1 1 0
0 1 1 0
3 0 0 0
0 0 0 0
1 0 1 0
0 0 0 0
0 1 1 0
1 1 1 0
1 0 0 0
0 1 1 0
1 0 0 0





‘SOBRE O AUTOR

Lucas Almeida Dias é geógrafo e pesquisador das relações entre espaço, sexualidade, poder e educação. Sua produção acadêmica investiga territorialidades do desejo, BDSM, cultura digital e processos educativos, articulando geografia humana, estudos da sexualidade e teoria social crítica.

E-mail: la.dias@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Dias, Lucas Almeida

Territórios conectados do desejo : BDSM, poder, consentimento e intimidade nos espaços digitais / Lucas Almeida Dias.

Bauru, SP : Gradus Editora, 2026.

217 p.

ISBN 978-65-6192-008-7

1. BDSM. 2. Sexualidade. 3. Espaços digitais. 4. Consentimento. 5. Intimidade. I. Título.

CDD 306.77

SUMÁRIO

PREFÁCIO: QUANDO A CENA ATRAVESSA A TELA.....	10
INTRODUÇÃO: POR UMA GEOGRAFIA DIGITAL DO BDSM.....	14
ESPAÇO, TÉCNICA E TERRITÓRIO	21
1 — DA MASMORRA À INTERFACE: O DIGITAL COMO TERRITÓRIO VIVIDO	22
2 — PLATAFORMAS COMO ARQUITETURAS DO DESEJO.....	35
3 — UMA HISTÓRIA SOCIAL DO BDSM EM REDE	46
CORPOS, IDENTIDADES E PERFORMANCES	57
4 — O CORPO ALÉM DO TOQUE: PRESENÇA, IMAGEM E MEDIAÇÃO	58
5 — PERFIS, NOMES E PAPÉIS: A PERFORMANCE DE SI EM REDE.....	68
6 — DIFERENÇA, DESIGUALDADE E PERTENCIMENTO NO KINK DIGITAL	76
CONSENTIMENTO, CUIDADO, CONFIANÇA E RISCO	84
7 — CONSENTIMENTO EM AMBIENTES MEDIADOS	85
8 — LINGUAGENS DE SEGURANÇA E REDUÇÃO DE DANOS.....	94
9 — PRIVACIDADE, EXPOSIÇÃO E VIOLÊNCIA DIGITAL.....	101
10 — CONFIANÇA, REPUTAÇÃO E GOVERNANÇA COMUNITÁRIA	107
ECONOMIA, VISIBILIDADE E PODER DE PLATAFORMA	113
11 — A ECONOMIA DA VISIBILIDADE KINK	114
12 — MODERAÇÃO, CENSURA E CIDADANIA SEXUAL	120
13 — ALGORITMOS E DESIGUALDADES DO DESEJO	125
14 — PEDAGOGIAS DO KINK EM REDE.....	130
15 — ARQUIVOS DO DESEJO E POLÍTICAS DA MEMÓRIA	135
COMUNIDADE, AFETO E TEMPORALIDADES CONECTADAS	139
16 — PÚBLICOS ÍNTIMOS: PERTENCER SEM ESTAR NO MESMO LUGAR.....	140
17 — AFETO, EXPECTATIVA E O RITMO DA CONEXÃO.....	146
18 — AFETO PÚBLICO, VERGONHA E RECONHECIMENTO	151

FUTUROS DO DESEJO	156
19 — MUNDOS IMERSIVOS, AVATARES E CORPOS SINTÉTICOS	157
20 — INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INTIMIDADE SINTÉTICA	161
21 — SEXTech, DADOS BIOMÉTRICOS E CIBERSEGURANÇA ÍNTIMA ..	165
22 — POR UMA ÉTICA TERRITORIAL DO BDSM DIGITAL	168
CARTOGRAFIAS ANALÍTICAS DE AMBIENTES DIGITAIS	172
23 — FETLIFE E A FORMA REDE DO KINK	173
24 — DARKSIDE E A POLÍTICA DA OBSCURIDADE	177
25 — APLICATIVOS GEOLOCALIZADOS: DISTÂNCIA, DESEJO E RISCO ..	180
26 — REDDIT, FÓRUMS E A POLÍTICA DA DISCUSSÃO PÚBLICA	183
27 — DISCORD, TELEGRAM E A INTIMIDADE DOS GRUPOS FECHADOS ..	185
28 — INSTAGRAM, X E A ESTÉTICA CODIFICADA	187
29 — PLATAFORMAS DE ASSINATURA E O TRABALHO DA INTIMIDADE	189
30 — CÂMERAS, LIVES E A CENA DIANTE DE UMA AUDIÊNCIA	191
31 — MUNDOS VIRTUAIS: ESPAÇO, AVATAR E CONSENTIMENTO	193
32 — IA GENERATIVA E O NOVO ARQUIVO DO FETICHE	195
33 — UMA CARTOGRAFIA COMPARADA	197
PESQUISAR O BDSM DIGITAL: MÉTODO, ÉTICA E POSICIONAMENTO ..	200
34 — NETNOGRAFIA, ETNOGRAFIA DIGITAL E O PROBLEMA DO CAMPO	201
35 — ÉTICA DA PESQUISA COM SEXUALIDADES ESTIGMATIZADAS	205
36 — CARTOGRAFIAS DIGITAIS BRASILEIRAS	208
37 — ESCREVER SOBRE BDSM SEM PRODUZIR ESPETÁCULO	213
38 — UMA AGENDA DE PESQUISA PARA OS PRÓXIMOS ANOS	215
DILEMAS CONTEMPORÂNEOS DO PODER CONSENSUAL EM REDE ..	218
39 — ENTRE CONTROLE CONSENSUAL E VIGILÂNCIA	219
40 — CONSENTIMENTO, FANTASIA E REPRESENTAÇÃO DE VIOLÊNCIA ..	223
41 — O QUE UMA PLATAFORMA KINK DEVERIA APRENDER COM O PRÓPRIO BDSM	227

42 — O BDSM COMO LABORATÓRIO CRÍTICO DA VIDA DIGITAL.....	231
A GEOGRAFIA DO PODER CONSENSUAL EM REDE	235
EPÍLOGO: DEPOIS DA TELA, AINDA HÁ UM TERRITÓRIO.....	241
REFERÊNCIAS	249

NOTA DE ABERTURA

Este livro parte de uma constatação simples, mas de consequências teóricas profundas: quando uma prática erótica atravessa uma tela, ela não deixa de ser espacial, corporal ou política. O fato de uma negociação ocorrer por mensagem, de uma identidade ser apresentada por meio de um perfil, de uma fantasia ser narrada em um fórum ou de uma comunidade se reconhecer por etiquetas, fotografias e códigos compartilhados não dissolve o território; ao contrário, produz outras formas de territorialização. O espaço digital não é um vazio onde relações previamente constituídas são apenas transportadas. Ele possui arquitetura, memória, regras, fronteiras, ritmos, mecanismos de visibilidade e infraestruturas que interferem no modo como os sujeitos se encontram, se reconhecem, se protegem e se desejam. Para compreender o BDSM em ambientes conectados, portanto, é insuficiente perguntar o que a internet fez com o sexo. É mais produtivo indagar como tecnologias, corpos, linguagens e relações de poder passaram a compor, em conjunto, novas condições de possibilidade para experiências de dominação, submissão, disciplina, bondage, sadomasoquismo e outras práticas reunidas, de maneira sempre imperfeita, sob a sigla BDSM.

A proposta desenvolvida ao longo destas páginas não é a de oferecer um manual de práticas, tampouco a de estabelecer uma definição normativa do que seria um BDSM autêntico. O objetivo é examinar a vida social de uma cultura erótica quando ela se organiza em ambientes tecnicamente mediados. Isso significa tratar perfis, interfaces, sistemas de

busca, mecanismos de recomendação, grupos de conversa, arquivos de imagens, chamadas de vídeo, plataformas especializadas e redes sociais generalistas como componentes de uma geografia concreta do desejo. Também significa reconhecer que as experiências digitais não podem ser separadas das desigualdades que atravessam a vida fora da tela. Raça, classe, gênero, sexualidade, deficiência, geração, localização geográfica e disponibilidade de recursos técnicos continuam a produzir diferenças profundas nas possibilidades de acesso, reconhecimento e segurança. O digital não elimina essas assimetrias; em muitos casos, traduz, reorganiza ou intensifica sua operação por meio de classificações, métricas e formas automatizadas de ordenação.

Há ainda uma escolha metodológica que precisa ser explicitada desde o início. Este é um livro de interpretação teórica e crítica construído a partir de literatura acadêmica verificável, de debates consolidados nos estudos de sexualidade, geografia, mídia e cultura digital e de pesquisas empíricas já publicadas por outros autores. Não serão apresentados depoimentos inventados, entrevistas fictícias ou observações de campo atribuídas a pessoas inexistentes. Quando plataformas ou práticas são descritas, a intenção é discutir configurações documentadas pela bibliografia ou características gerais de sistemas digitais, evitando transformar suposições em resultados de pesquisa. Essa precaução é particularmente necessária quando se estudam ambientes que mudam rapidamente: interfaces são redesenhadas, políticas de conteúdo são alteradas, empresas desaparecem, comunidades migram e vocabulários se transformam. O que permanece analiticamente relevante é compreender

as relações entre técnica, poder, afeto, consentimento e espaço que atravessam essas mudanças.

Boa leitura!

Lucas Almeida Dias

PREFÁCIO: QUANDO A CENA ATRAVESSA A TELA

Há cenas que começam muito antes do primeiro toque. Elas podem nascer em uma frase cuidadosamente escrita, em uma fotografia que sugere mais do que mostra, em um nome escolhido para separar o cotidiano de uma persona erótica, em um silêncio mantido durante horas porque a espera também pode ser parte de uma dinâmica negociada. Podem começar na busca por uma palavra específica em uma plataforma, no reconhecimento de um símbolo, no encontro com uma descrição de prática até então desconhecida ou na leitura de uma discussão comunitária sobre limites e cuidado. Em todos esses casos, o digital não aparece apenas como meio de comunicação. Ele participa da produção da expectativa, oferece gramáticas para nomear desejos, aproxima pessoas que talvez nunca se encontrassem em seus circuitos cotidianos e, simultaneamente, introduz outras vulnerabilidades: o registro persistente, a captura de tela, a cópia não autorizada, a exposição involuntária, a moderação opaca, a vigilância e a possibilidade de que o que foi dito em um contexto íntimo circule em outro, completamente diferente. A cena atravessa a tela e, ao fazê-lo, transforma a própria ideia de presença.

Durante muito tempo, discursos populares sobre a internet oscilaram entre dois extremos. De um lado, o entusiasmo com uma suposta libertação do corpo: no ciberespaço, identidades poderiam ser reinventadas, distâncias deixariam de importar e fronteiras sociais pareceriam mais flexíveis. De outro, a nostalgia da presença física: relações mediadas seriam menos reais, menos densas ou inevitavelmente

superficiais. Ambos os argumentos perdem parte do problema porque tratam o mundo conectado como exterior à vida social. A experiência cotidiana demonstra o contrário. Mensagens recebidas durante a madrugada alteram o corpo; uma expectativa pode acelerar a respiração; a ausência de resposta pode produzir ansiedade; uma ordem verbalizada em áudio pode organizar gestos realizados a quilômetros de distância; uma fotografia pode produzir vergonha, orgulho, excitação ou medo; uma expulsão de grupo pode significar perda concreta de sociabilidade e pertencimento. O corpo não desaparece diante da interface. Ele é reorientado por ela.

Esta percepção encontra apoio em tradições teóricas que recusam a ideia de espaço como recipiente neutro. Henri Lefebvre formulou de maneira decisiva que “o espaço (social) é um produto (social)” (LEFEBVRE, 1991, p. 26, tradução nossa). A frase é curta, mas desloca toda a análise: se o espaço é produzido, cabe perguntar quem o produz, por quais meios, segundo quais regras e com quais consequências. Em plataformas digitais, parte dessa produção é realizada por empresas, equipes de design, sistemas de classificação e políticas de moderação; outra parte emerge dos próprios usuários, que inventam convenções, códigos, rotinas de proteção e maneiras de contornar limitações técnicas. Há ainda a ação de atores menos visíveis, como provedores de infraestrutura, lojas de aplicativos, empresas de pagamento, serviços de hospedagem e sistemas automatizados de detecção de conteúdo. O território erótico conectado resulta, portanto, de uma composição

assimétrica entre muitos agentes, nenhum deles capaz de controlar sozinho todos os sentidos que circulam.

No BDSM, essa composição adquire um relevo particular porque a cultura comunitária se construiu historicamente em torno de problemas que o digital torna simultaneamente mais visíveis e mais complexos: confiança, reputação, negociação, consentimento, aprendizagem e distinção entre intensidade consensual e violência. Margot Weiss (2011) mostrou, ao estudar circuitos contemporâneos do BDSM, que as práticas não podem ser isoladas das condições sociais, econômicas e culturais que as tornam possíveis. Robin Bauer (2014), por sua vez, examinou intimidades BDSM queer destacando como consentimento e transgressão de fronteiras precisam ser compreendidos como processos situados, e não como fórmulas abstratas. A coletânea organizada por Brandy Simula, Robin Bauer e Liam Wignall (2023) demonstra a maturidade desse campo ao reunir pesquisas sobre jogo, comunidades e consentimento em contextos diversos. Quando essas discussões encontram os estudos de plataformas, surge uma pergunta incontornável: o que acontece quando a arquitetura na qual se negociam limites não é desenhada pela comunidade, mas por sistemas comerciais orientados por outras finalidades?

O prefácio deste livro poderia, então, ser lido como um convite a abandonar a separação confortável entre o “real” e o “virtual”. A distinção ainda pode ser útil em circunstâncias específicas, mas se torna pobre quando utilizada como hierarquia ontológica. Uma conversa em rede pode produzir consequências materiais; uma cena presencial pode

depende de meses de interação digital; uma comunidade local pode sobreviver graças a grupos online; uma política de moderação adotada em outro país pode apagar redes de sociabilidade construídas durante anos; um sistema de geolocalização pode aproximar corpos e expô-los ao mesmo tempo. A vida erótica contemporânea é híbrida, distribuída e atravessada por infraestruturas. O que interessa não é decidir qual dimensão é mais verdadeira, mas compreender como elas se articulam.

INTRODUÇÃO: POR UMA GEOGRAFIA DIGITAL DO BDSM

Pensar o BDSM nos espaços digitais exige começar por uma pergunta que parece técnica, mas é profundamente política: onde, afinal, uma relação acontece quando seus participantes estão fisicamente distantes e, ainda assim, compartilham um mesmo ambiente comunicacional? A resposta mais imediata seria indicar o aplicativo, o site ou o dispositivo. No entanto, nenhum desses elementos, isoladamente, explica a experiência. Uma troca pode começar em uma plataforma pública, migrar para uma conversa privada, continuar por chamada de vídeo, produzir uma tarefa executada em casa, ser registrada em um arquivo e posteriormente comentada em um grupo restrito. Em poucas horas, uma mesma relação atravessa escalas, dispositivos, regimes de visibilidade e graus distintos de permanência. Por isso, a categoria de território é mais fértil do que a imagem de um lugar fixo: território indica apropriação, fronteira, poder, circulação e disputa.

Claude Raffestin (1993) contribui para essa leitura ao compreender o território como resultado de relações mediadas, produzidas por ações e sistemas de signos. Rogério Haesbaert (2004) amplia o debate ao recusar o diagnóstico simplista de desaparecimento dos territórios diante da globalização e propor a multiterritorialidade como condição de sujeitos que participam, simultaneamente, de múltiplas redes e espaços de pertencimento. Essa chave é especialmente adequada à sexualidade em rede. Uma pessoa pode participar de uma comunidade local de BDSM, manter vínculos em uma plataforma internacional, circular em grupos

privados de mensagem, acompanhar perfis educativos em redes generalistas e preservar, no cotidiano profissional ou familiar, uma apresentação de si na qual essa dimensão permanece invisível. Não há um único território do BDSM digital, mas uma constelação parcialmente sobreposta de ambientes, cada qual com normas, linguagens, reputações e riscos específicos.

A geografia crítica também oferece recursos para compreender a dimensão técnica desse processo. Milton Santos (2006) concebe o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, formulação que ganha nova atualidade diante da digitalização da vida cotidiana. Servidores, smartphones, câmeras, sensores, cabos, data centers e interfaces podem ser pensados como objetos técnicos inseparáveis das ações que possibilitam e condicionam. O desejo mediado não paira em uma nuvem metafórica; depende de redes materiais, energia, dispositivos, protocolos, propriedade intelectual e trabalho humano. A aparente imaterialidade da comunicação digital costuma esconder uma infraestrutura extensa, desigual e concentrada. Aplicada ao BDSM, essa perspectiva impede que a análise se limite aos discursos dos usuários e obriga a considerar os mecanismos que organizam quem pode aparecer, quem pode falar, o que pode ser arquivado e quais conteúdos podem circular.

Ao lado da geografia, os estudos de mídia e plataformas ajudam a nomear formas contemporâneas de governança. Tarleton Gillespie (2018) demonstrou que a moderação de conteúdo não é atividade periférica das plataformas, mas parte constitutiva de sua organização pública; Sarah T.

Roberts (2019) tornou visível o trabalho humano frequentemente oculto por trás da remoção de conteúdos; Taina Bucher (2018) examinou como o poder algorítmico se torna experienciável nas relações cotidianas com sistemas de classificação e recomendação. Para comunidades sexuais, essas infraestruturas assumem peso particular porque nudez, práticas fetichistas, educação sexual e expressões de sexualidade adulta podem ser submetidas a regimes de restrição que não distinguem facilmente exploração, pornografia comercial, pedagogia, arte, ativismo ou sociabilidade. Não se trata apenas de perguntar se determinada postagem permanece no ar. É necessário observar como a antecipação da moderação leva usuários a ajustar vocabulários, imagens, hashtags, perfis e formas de relacionamento.

A questão da sexualidade torna essa governança inseparável de uma história mais ampla de hierarquização moral. Gayle Rubin escreveu que “o sexo é sempre político” (RUBIN, 1984, p. 267, tradução nossa), destacando que sociedades estabelecem sistemas de valor que distribuem legitimidade e estigma entre práticas sexuais. O BDSM historicamente ocupou posições marginais nessas hierarquias, embora sua representação cultural tenha se tornado mais frequente. No ambiente digital, a mesma prática pode ser celebrada como estética em uma campanha publicitária e censurada quando apresentada por uma comunidade kink; pode aparecer como referência cultural aceitável quando dessexualizada e tornar-se invisível quando associada explicitamente à educação comunitária. A disputa não ocorre, portanto, apenas entre proibição e liberdade. Ela atravessa formas de legibilidade: quais manifestações do desejo são

traduzíveis para as categorias de uma plataforma e quais permanecem excessivas, suspeitas ou comercialmente indesejáveis.

Essa dimensão de legibilidade também interfere na raça, no gênero e na sexualidade. Safiya Umoja Noble (2018) mostrou que sistemas digitais podem reproduzir hierarquias racistas por meio de mecanismos de busca e classificação, contestando a fantasia de neutralidade algorítmica. Ariane Cruz (2016), ao estudar mulheres negras, BDSM e pornografia, evidenciou como raça, poder, dor e prazer se articulam em representações atravessadas pela história racial estadunidense. Colocar essas contribuições em diálogo permite compreender que filtros, categorias e descrições de preferência não constituem um simples espelho do desejo individual. Eles participam de repertórios culturais nos quais corpos são valorizados, fetichizados, evitados ou transformados em tipos. A interface não inventa o racismo sexual, mas pode facilitar sua expressão, naturalizá-lo como “preferência” e torná-lo operacional por meio de classificações aparentemente banais.

Outro eixo fundamental é a experiência situada. Donna Haraway (1988, p. 581) sintetiza sua crítica ao olhar universal ao afirmar que “a objetividade feminista significa, muito simplesmente, saberes situados” (tradução nossa). Para estudar culturas digitais do BDSM, essa formulação possui importância metodológica e ética. Não há observador que possa descrever a comunidade de um ponto exterior, neutro e totalizante; tampouco existe uma única experiência que represente todos os praticantes. A relação com anonimato, exposição, risco e reconhecimento varia conforme posição social, localidade, história

pessoal e contexto político. O que para alguém é oportunidade de visibilidade pode, para outra pessoa, significar ameaça de perda de emprego, conflito familiar ou violência. Uma geografia digital do desejo precisa conservar essa multiplicidade e resistir à tentativa de transformar a diversidade das experiências em um modelo universal.

É justamente por essa razão que o livro articula quatro campos: geografia do espaço e do território; estudos críticos da sexualidade; pesquisas sobre BDSM; e estudos de internet, plataformas e cultura digital. Nenhum deles, isoladamente, explica o objeto. A geografia oferece categorias para pensar produção espacial, escala, território e mobilidade; os estudos da sexualidade permitem compreender normalização, estigma e cidadania sexual; os estudos específicos de BDSM colocam no centro consentimento, comunidade, técnica e negociação; os estudos digitais revelam a ação das infraestruturas, algoritmos e regimes de visibilidade. O argumento central que atravessará os capítulos é que o BDSM conectado constitui uma espacialidade relacional produzida pelo encontro entre sujeitos e sistemas técnicos, e que essa espacialidade reorganiza — sem eliminar — as dimensões corporais, éticas e políticas da prática.

A obra está organizada em cinco partes. A primeira estabelece os fundamentos para compreender o digital como espaço produzido e examina plataformas como arquiteturas do desejo. A segunda volta-se para os corpos, as identidades e as performances, investigando como imagem, voz, texto e dispositivos reconfiguram a presença. A terceira concentra-se no consentimento, no cuidado, na confiança e nos riscos próprios de ambientes mediados. A quarta analisa economia da

visibilidade, moderação, desigualdades algorítmicas, pedagogias comunitárias e memória digital. A quinta discute futuros próximos — mundos imersivos, inteligência artificial e novas formas de mediação — sem cair na futurologia tecnológica, mantendo o foco nas escolhas políticas e éticas que configuram esses sistemas. O movimento geral retoma uma premissa decisiva: práticas de desejo não apenas acontecem no espaço; elas o produzem, disputam e transformam.



DA MASMORRA À INTERFACE: O DIGITAL COMO TERRITÓRIO VIVIDO

1.1 O espaço não é cenário

A palavra “virtual” ainda carrega, em muitos usos cotidianos, a sugestão de algo menos concreto. Diz-se que uma comunidade é virtual para indicar que seus membros não compartilham necessariamente um lugar físico; fala-se em relação virtual para marcar a ausência de contato presencial. O problema surge quando essa descrição espacial é convertida em juízo de realidade. Relações mediadas possuem temporalidades, memórias, fronteiras e consequências. Elas organizam rotinas, exigem trabalho emocional, produzem expectativas e podem alterar profundamente a experiência que alguém tem do próprio corpo. Em uma dinâmica BDSM, mensagens podem estabelecer protocolos diários; um canal privado pode delimitar um espaço relacional reservado; uma sequência de tarefas pode produzir uma sensação de continuidade do vínculo mesmo na ausência física; um grupo pode funcionar como ambiente de aprendizagem, reputação e reconhecimento. O digital não substitui mecanicamente a masmorra, o clube ou o quarto. Ele cria outra configuração espacial, capaz de se articular a esses lugares e, em certos casos, de antecipá-los, prolongá-los ou torná-los desnecessários.

A contribuição de Lefebvre (1991) é particularmente produtiva porque desloca a discussão da pergunta “onde está o espaço?” para a pergunta “como o espaço é produzido?”. A produção espacial envolve práticas, representações e experiências vividas. Nas plataformas, esses três

planos permanecem entrelaçados: há práticas concretas de postagem, conversa, busca, bloqueio, denúncia e migração; há representações técnicas, como menus, categorias, mapas, métricas e etiquetas; e há experiências subjetivas de segurança, pertencimento, excitação, constrangimento ou vigilância. Uma interface pode parecer idêntica para milhões de usuários e, ainda assim, ser vivida de maneiras radicalmente distintas. Para um praticante recém-chegado ao BDSM, um fórum pode funcionar como lugar de descoberta vocabular e aprendizagem ética; para alguém experiente, pode ser sobretudo espaço de sociabilidade; para uma pessoa exposta a assédio, o mesmo ambiente pode se tornar território de cautela, autocensura e retirada.

Doreen Massey (2005) ajuda a aprofundar essa perspectiva ao conceber o espaço como produto de inter-relações, aberto e sempre em processo. Essa abertura é crucial para evitar imagens estáticas da cultura BDSM online. Comunidades mudam quando seus membros mudam, quando novas tecnologias alteram modos de interação e quando transformações políticas redefinem o custo da visibilidade sexual. Um site não é apenas aquilo que sua empresa declara que ele é; é também o que seus usuários fazem com suas ferramentas, inclusive de maneiras imprevistas. Hashtags podem ser reinventadas para escapar de filtros; perfis podem tornar-se espaços educativos; grupos inicialmente destinados ao encontro podem assumir funções de acolhimento; sistemas de mensagem podem sustentar redes de cuidado. Essa criatividade não significa liberdade plena. Ela ocorre dentro de limites técnicos e institucionais, razão pela qual a produção do espaço digital deve ser

compreendida como negociação desigual entre apropriação cotidiana e poder infraestrutural.

Em contextos BDSM, a fronteira entre espaço de encontro e espaço de cena também se torna móvel. Uma conversa pode ser apenas preparatória ou pode constituir, em si mesma, uma prática erótica. A escrita de uma ordem, a construção deliberada de expectativa, a atribuição consensual de um título, a solicitação de uma fotografia ou o estabelecimento de um ritual remoto podem adquirir significado de cena quando reconhecidos pelos participantes como parte de uma dinâmica negociada. Isso exige cautela analítica: não é a tecnologia que determina automaticamente o sentido da interação, mas o acordo relacional que a torna significativa. O mesmo recurso de mensagem de voz pode ser usado para conversar sobre limites, organizar um encontro presencial ou participar de uma dinâmica de controle consensual. A plataforma oferece possibilidades; os sujeitos produzem usos; e o significado emerge dessa relação.

Pensar a interface como espaço vivido permite ainda compreender por que pequenos elementos de design produzem efeitos tão relevantes. O indicador de leitura de uma mensagem pode transformar a experiência da espera; a possibilidade de apagar um conteúdo pode alterar a percepção de permanência; a presença de uma lista pública de contatos pode tornar vínculos visíveis; um campo de descrição pode incentivar autodefinições mais ou menos detalhadas; a ausência de categorias adequadas pode obrigar sujeitos a se traduzirem em opções que não os representam. Essas escolhas não são neutras. Elas estruturam situações de

interação, aproximando-se do que estudos de affordances descrevem como possibilidades de ação percebidas e condicionadas pela forma técnica. No BDSM, onde linguagem, negociação e contexto ocupam posição central, tais diferenças podem afetar desde a busca por parceiros até a possibilidade de comunicar limites com precisão.

1.2 Fronteiras, escalas e multiterritorialidade

Territórios dependem de fronteiras, mas fronteiras digitais raramente se parecem com linhas estáveis em um mapa. Elas podem assumir a forma de uma senha, de um convite, de uma lista de bloqueio, de um grupo fechado, de um sistema de verificação, de um código linguístico conhecido apenas pelos iniciados ou de uma norma comunitária que define quem pode participar de determinada conversa. Claude Raffestin (1993) insistiu na dimensão relacional da territorialidade: território não é simplesmente uma área, mas o resultado de relações de poder e mediação. Essa concepção permite reconhecer que práticas aparentemente pequenas — aceitar alguém em um grupo, remover um participante, restringir um conteúdo, definir quem pode visualizar um perfil — constituem operações territoriais porque organizam acesso, circulação e pertencimento.

Em comunidades sexualmente estigmatizadas, a gestão de fronteiras assume uma função protetiva. A abertura total, frequentemente celebrada como ideal da cultura digital, pode ser incompatível com a necessidade de separar públicos. Alice Marwick e danah boyd (2011) utilizaram a noção de colapso de contexto para discutir situações em que audiências distintas

se tornam simultaneamente presentes em ambientes de mídia social. Para praticantes de BDSM, esse problema pode adquirir consequências concretas: colegas de trabalho, familiares, parceiros não informados, membros de comunidades religiosas ou públicos hostis podem encontrar conteúdos produzidos para outra esfera de sociabilidade. A manutenção de pseudônimos, contas separadas e grupos restritos não deve ser interpretada automaticamente como vergonha. Pode constituir uma tecnologia cotidiana de autonomia, capaz de preservar a multiplicidade de posições que compõem uma vida.

Rogério Haesbaert (2004) oferece uma chave especialmente fecunda ao pensar a multiterritorialidade. Em vez de imaginar sujeitos pertencentes a um único território, sua abordagem permite compreender circulação simultânea por diferentes espaços materiais e simbólicos. Um praticante pode, por exemplo, habitar a territorialidade de uma rede internacional especializada, de um grupo regional, de um círculo de amigos e de uma relação privada, ao mesmo tempo em que mantém separadas outras dimensões de sua identidade. Essas territorialidades podem se reforçar ou entrar em conflito. Uma pessoa respeitada em um grupo local pode ser desconhecida em uma rede global; uma reputação construída durante anos pode não acompanhar a migração para outra plataforma; normas consideradas óbvias em uma comunidade podem ser contestadas em outra. O BDSM digital é, nesse sentido, menos uma comunidade única do que um arquipélago de contextos interligados.

A escala geográfica também não desaparece. O estudo de Jenny Sundén, Susanna Paasonen, Katrin Tiidenberg e Maria Vihlman (2024)

sobre mídias sociais sexuais de alcance regional mostra como língua, localização e cultura continuam a organizar experiências digitais. Plataformas regionais podem produzir formas de sociabilidade distintas das redes globais, articulando proximidade física e afinidade cultural. No BDSM, essa dimensão é evidente quando ambientes online funcionam como ponte para encontros, workshops, festas ou redes de apoio locais. A internet amplia possibilidades de conexão, mas não faz com que distância, mobilidade urbana, custo de transporte ou concentração metropolitana deixem de importar. O digital rearranja escalas: pode aproximar pessoas geograficamente distantes e, ao mesmo tempo, intensificar a relevância da proximidade quando a interação busca transbordar para o encontro presencial.

Essa articulação entre escalas também permite compreender a diferença entre centralidade e periferia no universo conectado. Grandes cidades costumam concentrar eventos presenciais, serviços, mercados eróticos e redes comunitárias densas. Para alguém que vive em cidade pequena ou área rural, uma plataforma pode oferecer acesso a repertórios e interlocutores inexistentes no entorno imediato. Contudo, conectividade não equivale a igualdade. Qualidade de acesso à internet, privacidade doméstica, disponibilidade de dispositivos e recursos para deslocamento continuam a mediar as possibilidades de participação. A geografia do BDSM digital precisa, portanto, resistir ao imaginário de uma internet lisa e sem distâncias. Mesmo quando todos aparecem na mesma tela, chegam a ela a partir de condições materiais profundamente distintas.

1.3 Presença mediada e corpo distribuído

A ideia de presença costuma ser associada à proximidade física, mas a experiência digital demonstra que estar presente é também uma relação de atenção, resposta e reconhecimento. Nancy Baym (2015) mostrou que conexões pessoais mediadas por tecnologia desenvolvem normas próprias e que diferentes meios carregam expectativas específicas. Uma mensagem de texto, um áudio, uma chamada de vídeo e uma transmissão ao vivo não oferecem o mesmo tipo de presença. Cada formato reorganiza pistas sensoriais, temporalidade, possibilidade de registro e grau de controle sobre a própria apresentação. No BDSM, essa variação é particularmente significativa porque muitas práticas dependem de leitura cuidadosa de sinais corporais e de comunicação sobre estados emocionais. A mediação técnica não torna essa leitura impossível, mas altera o que pode ser percebido e exige outras formas de atenção.

É por isso que a expressão “corpo distribuído” pode ser útil. Não se trata de sugerir que o corpo se dissolve em dados, e sim de reconhecer que aspectos de sua presença passam a circular por diferentes suportes. A voz é convertida em arquivo; o rosto se torna imagem enquadrada; sinais escritos substituem gestos; dados de atividade podem produzir rastros temporais; dispositivos conectados podem transformar comandos remotos em estímulos. Don Ihde (1990), ao discutir relações entre humanos e tecnologias, demonstrou que instrumentos não são simples canais transparentes: eles ampliam determinadas dimensões da experiência e reduzem outras. Uma câmera aproxima visualmente e, ao mesmo tempo, restringe o campo ao enquadramento; um microfone

transporta a voz, mas não o ambiente tátil; uma plataforma mantém o registro de uma conversa que, presencialmente, poderia se dissipar na memória.

Esse caráter seletivo da mediação exige uma ética da interpretação. Em uma cena presencial, participantes podem observar respiração, postura, tonalidade da pele, tensão muscular e outras pistas que contribuem para avaliar o estado do parceiro. Em ambientes remotos, algumas dessas informações desaparecem ou chegam de forma incompleta. Isso não significa que relações BDSM à distância sejam intrinsecamente inseguras; significa que não podem simplesmente reproduzir protocolos pensados para copresença física. A comunicação pode precisar ser mais explícita, os intervalos de checagem mais definidos e a autonomia corporal cuidadosamente preservada. A técnica muda a distribuição do conhecimento e, com isso, altera responsabilidades.

A presença mediada também produz uma temporalidade própria. Interações síncronas aproximam ritmos; interações assíncronas fazem da espera parte da relação. Uma mensagem enviada pode permanecer sem resposta durante minutos ou horas, e essa suspensão pode ser banal ou, em certos acordos, carregada de significado. Aqui aparece um ponto essencial: a intensidade erótica de uma prática não reside apenas no estímulo corporal direto. Ela pode ser produzida pela expectativa, pelo jogo simbólico, pela memória e pela antecipação. Estudos de afeto, como os de Susanna Paasonen (2011), ajudam a compreender por que imagens e interfaces mobilizam respostas corporais que não podem ser reduzidas a

representação. A tela não é o oposto do corpo; é um dos ambientes pelos quais ele é afetado.

1.4 Infraestrutura: a materialidade escondida do virtual

A linguagem cotidiana da “nuvem” encoraja uma fantasia de imaterialidade. Arquivos parecem estar em toda parte e em lugar nenhum; conversas atravessam continentes em segundos; imagens desaparecem de um dispositivo e reaparecem em outro. Entretanto, cada gesto depende de infraestrutura. Data centers ocupam território e consomem energia; cabos submarinos conectam regiões; antenas, roteadores, baterias e sistemas operacionais sustentam a comunicação; empresas controlam lojas de aplicativos, meios de pagamento e serviços de hospedagem. A experiência íntima mais privada pode, assim, depender de uma cadeia de atores corporativos que seus participantes desconhecem. Essa materialidade escondida é relevante para qualquer sociologia do digital, mas adquire intensidade específica quando os conteúdos envolvidos são sexualmente sensíveis.

Alexander Galloway (2004), ao discutir protocolos, mostrou como formas de controle podem operar em sistemas distribuídos sem exigir um centro único visível. A internet pode ser descentralizada em determinados níveis e, simultaneamente, depender de padrões e pontos de controle capazes de autorizar, bloquear ou ordenar fluxos. No BDSM digital, isso se torna evidente quando comunidades inteiras dependem de uma plataforma, de um provedor ou de um serviço de pagamento. Mudanças em políticas comerciais podem produzir efeitos espaciais comparáveis a

uma interdição: grupos migram, arquivos são perdidos, redes de contato se fragmentam, novos códigos de visibilidade precisam ser inventados. O território digital é vulnerável porque boa parte de sua infraestrutura não pertence a quem o habita.

Essa vulnerabilidade sugere um paralelo com a reflexão de Milton Santos sobre técnica e poder. A técnica não é um conjunto neutro de ferramentas externas à sociedade; ela compõe o próprio espaço e participa das disputas sobre seus usos. Quando plataformas tornam certos conteúdos mais fáceis de encontrar e outros mais difíceis, quando mecanismos de denúncia podem ser usados de maneira abusiva ou quando regras são aplicadas sem transparência, a infraestrutura se torna política. Não é necessário imaginar um algoritmo onipotente que controla cada interação. Basta reconhecer que escolhas de arquitetura redistribuem oportunidades, custos e riscos. Uma cultura sexual que depende de visibilidade seletiva — ser encontrada por quem compartilha interesses e permanecer invisível para públicos hostis — vive essa tensão de forma particularmente aguda.

Por isso, a passagem da masmorra à interface não deve ser narrada como substituição linear do espaço físico pelo digital. O que ocorre é uma sobreposição. Objetos, gestos e linguagens tradicionais são traduzidos para ambientes conectados; ao mesmo tempo, novas práticas surgem porque certas tecnologias tornam possíveis outras formas de distância, registro e presença. A geografia resultante é híbrida: um território feito de quartos, telas, servidores, corpos, pseudônimos,

memórias, cabos e expectativas. É nesse território que se desenvolverão as questões dos próximos capítulos.

PLATAFORMAS COMO ARQUITETURAS DO DESEJO

2.1 A interface como distribuição do possível

Toda plataforma ensina, silenciosamente, como espera que seus usuários ajam. Um botão convida a uma ação; um campo obrigatório exige uma forma de autodescrição; uma ordem de exibição sugere o que é relevante; uma opção inexistente torna determinadas experiências mais difíceis de nomear. Essa pedagogia não é absoluta, porque usuários improvisam, desviam e reinventam funções, mas ela estabelece um horizonte de possibilidades. Nos estudos de aplicativos, Light, Burgess e Duguay (2018) propuseram o método do walkthrough justamente para examinar como visões de usuário, ambientes de uso e affordances são incorporados ao design. Aplicada ao BDSM, essa abordagem ajuda a enxergar que a interface participa da cultura sexual: ela oferece certas categorias de identidade, organiza mecanismos de busca, define como imagens aparecem e estrutura a passagem do contato público à conversa privada.

Uma plataforma especializada em kink tende a reconhecer vocabulários que redes generalistas tratam como marginais ou inexistentes. Essa diferença não é apenas semântica. Quando alguém pode descrever interesses, papéis, práticas e limites com um repertório compartilhado, aumenta a capacidade de encontrar interlocutores com experiências semelhantes e diminui parte do trabalho de tradução. Ao mesmo tempo, categorias podem endurecer identidades. Um vocabulário criado para facilitar reconhecimento pode converter posições flexíveis em

rótulos aparentemente estáveis; preferências contextuais podem parecer atributos permanentes; a complexidade de uma pessoa pode ser comprimida em listas. A interface faz do desejo algo parcialmente classificável, e a classificação, por sua vez, modifica a maneira como usuários aprendem a falar sobre si.

Esse processo se aproxima da apresentação do eu estudada por Erving Goffman (1959), embora o ambiente digital acrescente novas camadas. Um perfil não é apenas uma descrição; é uma performance construída diante de audiências imaginadas, com recursos fornecidos pela plataforma e sob condições de persistência técnica. Fotografias podem ser escolhidas para comunicar experiência, estética, disponibilidade ou autoridade; textos podem demonstrar domínio de vocabulário comunitário; referências a consentimento e segurança podem funcionar como marcadores de pertencimento ético. O que aparece como “autenticidade” não é ausência de performance. É o efeito de uma performance considerada coerente com expectativas específicas do campo.

Em comunidades BDSM, essa coerência pode ser especialmente valorizada porque reputação e confiabilidade possuem implicações de segurança. No entanto, a facilidade com que sinais simbólicos podem ser reproduzidos cria um problema: conhecer o vocabulário não equivale a agir de maneira ética. Termos como consentimento, limites, aftercare ou safeword podem ser usados de modo performativo por pessoas que não respeitam seu conteúdo. A interface torna visível uma declaração, mas não garante correspondência entre declaração e prática. É aqui que

comunidades desenvolvem mecanismos paralelos de avaliação — conversas prolongadas, referências, redes de confiança, observação de participação pública — que excedem o design oficial da plataforma.

2.2 Perfis, filtros e classificações

A cultura digital tornou a classificação uma experiência cotidiana. Pessoas são convidadas a informar idade, localização, interesses, gênero, orientação, tipo de relação desejada e inúmeras outras características. Em aplicativos de encontro, esses dados podem alimentar filtros e sistemas de ordenação; em redes sociais, contribuem para recomendação e publicidade; em plataformas especializadas, ajudam a conectar subculturas. O problema analítico não está em classificar por si só, mas em compreender que toda classificação cria visibilidades e ausências. Ao oferecer determinadas categorias e excluir outras, a plataforma estabelece uma ontologia prática do que considera reconhecível.

No BDSM, classificações podem ser úteis porque práticas e papéis possuem diversidade considerável. Saber que alguém se identifica como switch, por exemplo, pode evitar a suposição binária de que toda pessoa ocupa exclusivamente posição dominante ou submissa. Indicar interesses pode facilitar conversas iniciais e permitir que incompatibilidades sejam reconhecidas antes de qualquer encontro. Contudo, a mesma estrutura pode estimular uma leitura de catálogo, na qual sujeitos parecem conjuntos de atributos combináveis. Desejo e compatibilidade passam a ser imaginados como problema de correspondência entre filtros. Essa

lógica empobrece a dimensão relacional, porque consentimento e afinidade não resultam automaticamente da coincidência de preferências.

A crítica de Safiya Noble (2018) à neutralidade dos sistemas de busca é útil para lembrar que classificação e hierarquia estão conectadas. Embora seu trabalho se concentre na reprodução de racismo por mecanismos de busca, a questão geral se estende a ambientes de encontro: o que aparece primeiro, o que pode ser filtrado e o que é considerado relevante são decisões sociotécnicas. Além disso, preferências racializadas podem ser apresentadas como escolhas individuais desvinculadas de histórias coletivas. Ariane Cruz (2016) demonstra que representações de mulheres negras em BDSM e pornografia não podem ser analisadas fora da história de racialização da sexualidade. Em ambientes digitais, categorias de raça, corpo e identidade podem tornar essa história operacional em segundos, permitindo tanto formas de reconhecimento comunitário quanto práticas de fetichização e exclusão.

Também é preciso considerar a dimensão temporal. Perfis tendem a estabilizar informações enquanto pessoas mudam. Um interesse que fazia sentido anos antes pode permanecer registrado; uma identidade pode se transformar; um limite pode ser revisto; uma relação pode alterar completamente o modo como alguém se apresenta. O arquivo digital cria uma tensão entre continuidade e mutabilidade. Usuários precisam editar a si mesmos para acompanhar a própria vida, e plataformas nem sempre facilitam essa revisão. Em culturas marcadas por experimentação e

aprendizagem, tratar perfis como verdade definitiva é particularmente arriscado.

2.3 Algoritmos, recomendação e a política de aparecer

Se os perfis respondem à pergunta “como alguém se apresenta?”, os sistemas de recomendação acrescentam outra: “quem terá a chance de ver essa apresentação?”. A visibilidade online é distribuída por mecanismos que combinam escolhas explícitas, atividade, popularidade, relações de rede e modelos automatizados. Taina Bucher (2018) argumenta que o poder algorítmico não precisa ser compreendido como uma entidade abstrata e distante; ele é vivido na prática quando usuários percebem que determinadas ações parecem favorecer ou reduzir sua aparição. Essa percepção pode produzir comportamentos de adaptação, experimentação e ansiedade. Para conteúdos sexuais, a política de aparecer é marcada por ambivalência. Comunidades precisam de visibilidade suficiente para que pessoas se encontrem, mas visibilidade excessiva pode aumentar exposição, assédio e censura. Jenny Sundén (2024), ao analisar cultura kink digital na plataforma sueca Darkside, desenvolve a noção de obscuridade kink para pensar políticas que não se resumem à reivindicação de visibilidade total. A possibilidade de ser parcialmente opaco, reconhecível para alguns públicos e pouco legível para outros, pode ser uma condição de segurança e liberdade. Essa perspectiva é valiosa porque desafia a ideia liberal de que emancipação sexual depende sempre de aparecer mais.

As plataformas generalistas complicam essa busca por visibilidade seletiva. Nelas, conteúdos BDSM competem em um ambiente desenhado para públicos heterogêneos e regulado por políticas que frequentemente tratam sexualidade adulta como categoria de risco. Tarleton Gillespie (2018) mostra que moderação é parte da construção do que plataformas consideram aceitável para seus públicos e anunciantes. A consequência é que comunidades aprendem a falar por códigos, reduzir explicitudes, migrar conversas ou separar contas. O que parece apenas mudança lexical é uma adaptação territorial: quando uma palavra se torna arriscada, a comunidade redesenha sua circulação. Essa adaptação tem custos. Códigos podem proteger iniciados e, ao mesmo tempo, dificultar o acesso de novatos a informação segura. Conteúdo educativo sobre redução de danos pode ser confundido com material sexual proibido; perfis que trabalham profissionalmente com sexualidade podem perder alcance; discussões comunitárias podem se fragmentar entre plataformas. A governança da visibilidade, assim, não afeta somente expressão individual. Ela interfere na transmissão de conhecimento e na capacidade de comunidades manterem memória e normas coletivas.

2.4 Geolocalização, proximidade e escala

A incorporação de localização a aplicativos transformou a experiência de encontro ao converter distância em dado imediato. A proximidade deixa de ser apenas percepção urbana e se torna informação calculada, organizada e apresentada. Em estudos de geografias digitais queer, a geolocalização tem sido analisada tanto como ferramenta de

encontro quanto como mecanismo que reorganiza a relação entre corpos e espaço. No BDSM, ela pode ampliar a possibilidade de localizar parceiros e eventos em regiões onde a cena pública é pequena, mas também pode introduzir riscos quando identidade sexual, localização aproximada e padrões de atividade se combinam. O paradoxo é evidente: para encontrar alguém, é necessário tornar-se encontrável. A segurança, porém, pode exigir alguma imprecisão. Usuários negociam essa tensão por meio de diferentes estratégias — omissão de detalhes, pseudônimos, fotografias que não mostram o rosto, conversas antes do compartilhamento de localização precisa, migração para canais considerados mais privados. Não existe solução universal. O que funciona para uma pessoa pode ser inadequado para outra, dependendo de contexto profissional, familiar, político e comunitário.

A pesquisa de Sundén e colegas (2024) sobre plataformas sexuais regionais mostra que geografia e digitalidade se constituem mutuamente. O sexual social media não produz apenas contatos que depois “descem” para o mundo físico; ele participa da própria produção de lugares, circuitos e percepções de proximidade. Uma cidade pode parecer mais ou menos hospitaleira conforme as redes que se tornam visíveis por meio de plataformas. Um evento presencial pode ganhar existência pública graças à circulação digital. Uma região sem espaços comerciais BDSM pode abrigar uma rede ativa que só se torna perceptível por meio de grupos conectados. A tela, nesse caso, não representa a geografia: ajuda a fazê-la.

2.5 Governança privada e cidadania sexual

Plataformas são espaços privados com funções públicas. Pessoas constroem redes afetivas, aprendem, trabalham, organizam eventos e participam de comunidades em ambientes pertencentes a empresas que podem alterar unilateralmente regras e interfaces. Essa assimetria é um dos problemas políticos centrais da vida digital. Gillespie (2018) demonstra que plataformas se apresentam frequentemente como intermediárias, embora intervenham ativamente na organização do discurso. Roberts (2019), ao estudar moderação comercial de conteúdo, mostra que essa intervenção depende também de trabalho humano, realizado sob condições muitas vezes invisíveis aos usuários. A governança digital, portanto, não é apenas algorítmica: envolve decisões institucionais, trabalhadores, contratos e interesses econômicos.

Para comunidades BDSM, a cidadania sexual passa a depender parcialmente desses regimes privados. Uma conta pode funcionar como arquivo de anos de sociabilidade; um grupo pode ser infraestrutura de eventos; um perfil pode sustentar atividade profissional; uma rede pode ser o principal espaço de pertencimento de alguém. Quando esses recursos são removidos, o dano excede a perda de conteúdo. Há uma espécie de despejo digital: vínculos se dispersam, reputações deixam de ser transportáveis e memórias coletivas podem desaparecer. A metáfora territorial é útil porque evidencia a desigualdade entre habitar e possuir. Usuários constroem lugares que juridicamente não lhes pertencem.

Esse quadro não conduz à conclusão de que plataformas especializadas são necessariamente seguras ou democráticas, nem de que

redes descentralizadas resolveriam automaticamente conflitos. Comunidades também produzem hierarquias, exclusões e abusos. O ponto é outro: reconhecer a arquitetura como parte do campo ético. Consentimento não diz respeito apenas ao que duas pessoas autorizam uma à outra. Em ambientes datafificados, existe também a questão de quais usos são feitos de suas informações, quais públicos podem acessá-las e quais atores definem as condições de permanência. A política sexual contemporânea passa, inevitavelmente, pela política da infraestrutura.

UMA HISTÓRIA SOCIAL DO BDSM EM REDE

3.1 Antes das plataformas: listas, fóruns e páginas pessoais

A história do BDSM digital não começa com redes sociais contemporâneas. Antes que perfis padronizados, feeds e aplicativos organizassem a vida conectada, comunidades sexuais já utilizavam listas de discussão, fóruns, salas de bate-papo, páginas pessoais e grupos de notícias para trocar informação e construir sociabilidade. A importância desses ambientes não pode ser reduzida a uma etapa tecnicamente rudimentar de uma evolução inevitável. Eles possuíam formas próprias de temporalidade e governança. Fóruns, por exemplo, favoreciam discussões relativamente longas, organizadas por temas e preservadas em arquivos pesquisáveis. Listas de e-mail podiam produzir círculos de confiança mais delimitados. Páginas pessoais permitiam maior autonomia estética, embora exigissem conhecimento técnico e infraestrutura de hospedagem.

Christine Hine (2000) mostrou, em seus estudos pioneiros de etnografia virtual, que a internet deveria ser examinada como cultura e como artefato cultural, evitando tratá-la apenas como canal. Essa perspectiva é importante para reconstruir a formação de comunidades BDSM online porque os ambientes técnicos influenciaram as formas de aprender e participar. Quando a informação estava dispersa, entrar em uma comunidade podia exigir mais tempo de observação, domínio de vocabulário e participação em debates. Essa dificuldade podia funcionar como barreira excludente, mas também produzia ritmos de socialização diferentes dos atuais sistemas de recomendação instantânea. A passagem

para plataformas de grande escala alterou não apenas o número de participantes; mudou as condições de acesso ao conhecimento.

Robin Bauer (2014) e Margot Weiss (2011) ajudam a compreender por que esses circuitos importam para além da história da tecnologia. O BDSM é uma cultura de práticas, e práticas exigem transmissão de saberes. Técnicas corporais, protocolos de negociação, maneiras de compreender risco e repertórios de cuidado não surgem espontaneamente. Durante décadas, comunidades presenciais dependeram de demonstrações, mentorias e aprendizagem entre pares. A internet ampliou drasticamente a circulação desses conhecimentos, permitindo que pessoas distantes de centros urbanos tivessem contato com linguagens e debates antes concentrados em cenas locais. Ao mesmo tempo, retirou parte do controle que comunidades presenciais exerciam sobre a legitimidade de quem ensinava. Essa transformação é ambivalente. Democratizar o acesso a informação pode reduzir isolamento e permitir que sujeitos reconheçam desejos que não sabiam nomear. Porém, volume de informação não garante qualidade. Tutoriais podem circular sem contexto; práticas de risco podem ser apresentadas como espetáculo; diferenças entre fantasia e execução segura podem se apagar. O problema da autoridade torna-se central: quem é reconhecido como fonte confiável quando qualquer pessoa pode publicar? A história social do BDSM em rede é também uma história das disputas sobre expertise.

3.2 Da comunidade ao perfil: a plataformização do kink

A consolidação de plataformas de redes sociais reorganizou profundamente a sociabilidade online ao concentrar identidades, contatos e conteúdos em sistemas estruturados por perfis. danah boyd definiu públicos em rede como “públicos reestruturados por tecnologias em rede” (BOYD, 2010, p. 39, tradução nossa). Essa formulação ajuda a compreender que a mudança não foi apenas quantitativa. Tecnologias em rede introduzem propriedades como persistência, replicabilidade, escalabilidade e capacidade de busca, alterando a dinâmica do que significa falar diante de uma audiência. Para culturas kink, essas propriedades ampliaram o alcance de comunidades e simultaneamente tornaram mais difícil controlar a circulação contextual de informações.

Plataformas especializadas, entre elas o FetLife, tornaram-se objetos importantes de pesquisa justamente por combinar elementos de rede social com vocabulários e interesses BDSM. Liam Wignall (2023), ao discutir o papel da internet na pesquisa sobre BDSM, destaca a centralidade que ambientes conectados adquiriram tanto para praticantes quanto para pesquisadores. O interesse acadêmico nessas redes decorre de sua função como espaços de contato, aprendizagem, discussão e construção identitária. Contudo, é necessário evitar a tentação de tratá-las como representação integral da população BDSM. Usuários de uma plataforma constituem um recorte específico, condicionado por idioma, cultura, acesso tecnológico e disposição para participar de ambientes online. A plataformização também produz métricas. Contatos, reações, seguidores e atividade visível podem funcionar como sinais de

centralidade. Pierre Bourdieu (1989) oferece uma linguagem útil para pensar a conversão de reconhecimento em capital simbólico, embora seja necessário adaptar sua teoria às características do ambiente digital. Experiência técnica, visibilidade, capacidade de ensinar, participação em eventos e conexão com pessoas reconhecidas podem compor reputações híbridas, simultaneamente online e offline. Um perfil pode prolongar prestígio adquirido presencialmente; inversamente, visibilidade digital pode abrir portas para eventos, trabalho e posições de liderança comunitária.

Essa circulação de prestígio torna ainda mais importante distinguir notoriedade de confiabilidade. Métricas podem favorecer performance pública, frequência de postagem ou estética visual sem medir habilidade técnica, maturidade ética ou capacidade de cuidado. Em um campo no qual reputação pode influenciar decisões de encontro, a confusão entre popularidade e segurança é perigosa. Comunidades frequentemente respondem construindo circuitos informais de referência e aconselhamento, mas esses mecanismos também podem reproduzir favoritismos, silenciar denúncias ou excluir pessoas periféricas. A confiança digital é, portanto, um problema social, não uma solução técnica.

3.3 Migrações, expulsões e reterritorializações

Comunidades digitais raramente permanecem para sempre no mesmo lugar. Sites fecham, políticas mudam, aquisições alteram prioridades, usuários envelhecem e novas gerações preferem outras

ferramentas. Para culturas sexuais, há ainda o efeito recorrente de políticas restritivas de conteúdo. Susanna Paasonen, Kylie Jarrett e Ben Light (2019), em *NSFW*, analisam como sexo, humor e risco entram em tensão com economias de plataformas que buscam ambientes considerados seguros para anunciantes. A sexualidade torna-se frequentemente uma categoria administrativa de risco, e comunidades aprendem a viver sob a possibilidade de remoção. Essas migrações podem ser compreendidas como processos de desterritorialização e reterritorialização, desde que os termos não sejam usados de maneira metafórica vazia. Deleuze e Guattari (1980) empregaram essas categorias para pensar movimentos de desarticulação e recomposição; Haesbaert (2004) adverte contra interpretações que imaginam desterritorialização como simples desaparecimento territorial. No caso digital, quando uma comunidade abandona uma plataforma, ela não fica sem território. Seus membros procuram outros ambientes, recriam grupos, transportam parte dos códigos e perdem outros elementos. Cada migração altera memória, visibilidade e composição social.

O custo desse deslocamento é distribuído de maneira desigual. Usuários com redes amplas conseguem reencontrar contatos; pessoas novas ou periféricas podem desaparecer da circulação. Criadores que dependem economicamente de uma plataforma podem perder renda; educadores podem perder arquivos; grupos locais podem precisar reconstruir canais de divulgação. A portabilidade limitada das relações mostra que a arquitetura digital produz dependências. Ter acesso a uma audiência não significa possuir essa audiência. A pesquisa de Sundén et al.

(2024) é especialmente importante ao mostrar que plataformas sexuais regionais podem funcionar como respostas a ambientes globais que restringem conteúdos sexuais. A reterritorialização, nesse sentido, pode produzir ecossistemas locais mais adaptados a determinadas línguas e normas culturais. Contudo, redes menores enfrentam limitações de escala e recursos. A política do BDSM digital se movimenta constantemente entre a vantagem de grandes públicos e a necessidade de espaços mais controláveis.

3.4 O caso brasileiro: apropriações, desigualdades e circuitos digitais

No Brasil, a expansão da internet coincidiu com transformações profundas na visibilidade pública das sexualidades e com a consolidação de redes sociais como infraestrutura cotidiana. André Lemos (2002) foi um dos autores brasileiros a chamar atenção para a cibercultura como forma social produzida pela interpenetração entre tecnologias digitais e práticas urbanas. Aplicada ao BDSM, essa perspectiva permite evitar a ideia de mera importação de modelos estrangeiros. Termos, práticas e referências circulam globalmente, mas são apropriados em contextos linguísticos, morais e econômicos específicos. A cena brasileira constrói seus próprios modos de tradução, humor, organização de eventos e produção pedagógica. A desigualdade de acesso precisa permanecer no centro dessa análise. Embora smartphones tenham ampliado a conectividade, participação digital de qualidade depende de renda, privacidade, estabilidade de conexão e capacidade de utilizar

determinados serviços. Uma pessoa que vive com familiares e não dispõe de espaço privado enfrenta condições distintas de quem possui quarto próprio, equipamentos adequados e liberdade de circulação. A mesma diferença aparece no acesso a eventos e produtos especializados. O digital pode reduzir algumas barreiras geográficas, mas não elimina a materialidade da classe.

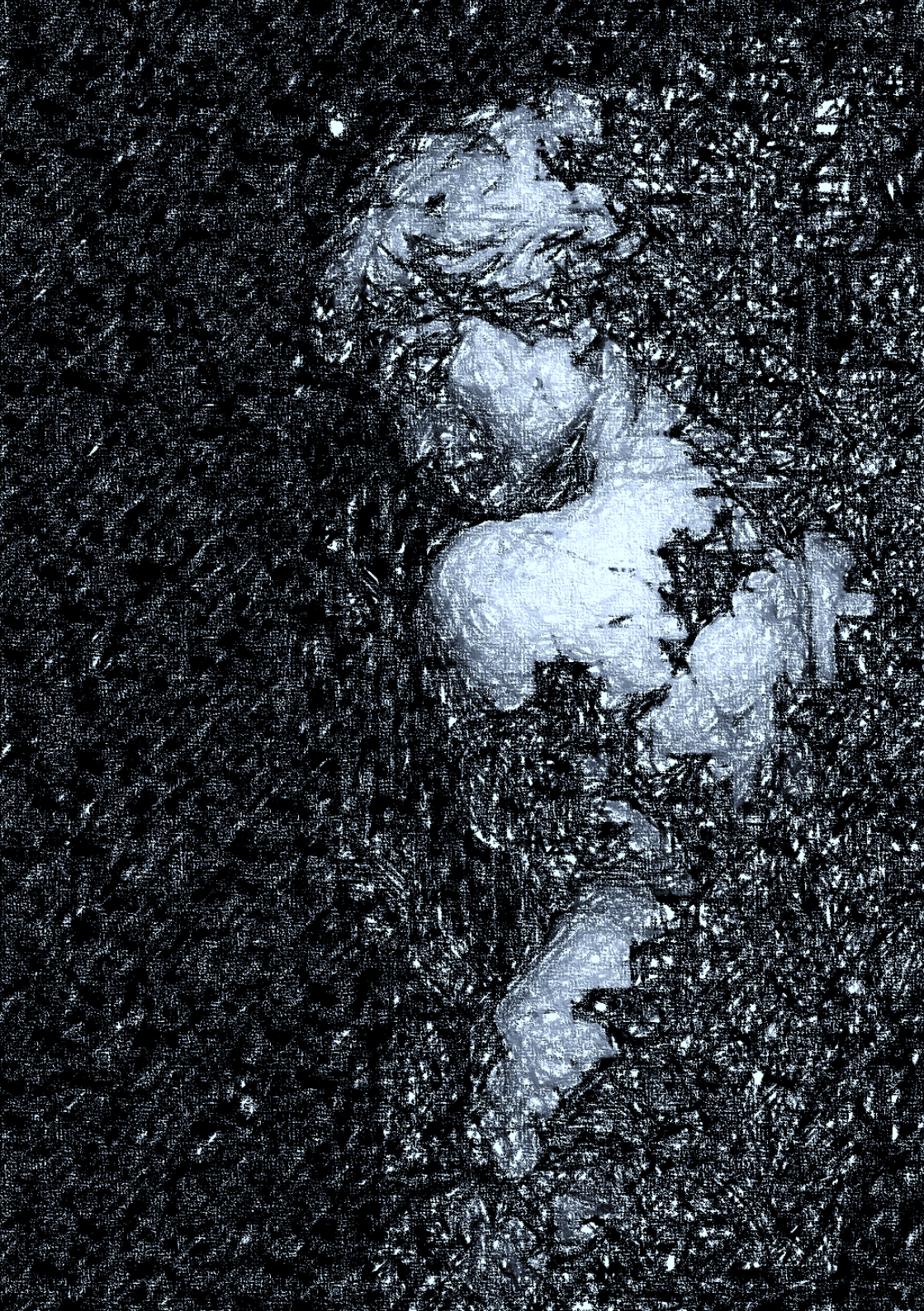
Questões raciais também exigem atenção específica. A internet brasileira não está fora da estrutura racial do país. Critérios estéticos, fetichizações e exclusões podem circular em ambientes BDSM sob a aparência de preferência individual. O diálogo entre estudos brasileiros de racismo e as contribuições de Noble (2018) e Cruz (2016) permite compreender que a mediação tecnológica não neutraliza hierarquias. Ao contrário, pode tornar determinados padrões mais rápidos e menos refletidos, especialmente quando filtros e listas transformam pessoas em atributos selecionáveis. Ao mesmo tempo, ambientes digitais possibilitam a criação de redes que desafiam centralidades tradicionais. Pessoas negras, trans, com deficiência, periféricas e residentes fora de metrópoles podem formar espaços próprios, produzir conhecimento e questionar normas de comunidades dominantes. Essa capacidade de autorganização não deve ser romantizada, mas tampouco minimizada. Michel Foucault lembra que “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1978, p. 95, tradução nossa); no universo conectado, resistir pode significar criar grupos menores, recusar determinadas plataformas, desenvolver vocabulários próprios, documentar experiências e construir circuitos de cuidado.

3.5 Pandemia, aceleração e normalização da presença remota

A pandemia de COVID-19 não criou a sociabilidade BDSM online, mas acelerou práticas de mediação que já existiam e tornou a distância uma condição cotidiana para inúmeras relações. Eventos migraram temporariamente para videoconferências, workshops passaram a circular em formato remoto e comunidades precisaram experimentar formas de manter vínculos sem copresença. Esse período tornou visível algo que a cultura digital vinha demonstrando havia décadas: presença não é sinônimo de proximidade física, embora a proximidade continue a oferecer recursos sensoriais específicos. A aceleração da comunicação remota também evidenciou desigualdades. Participar de uma atividade online exige dispositivo, conexão, privacidade acústica e ambiente no qual seja possível falar sobre sexualidade sem exposição involuntária. Para algumas pessoas, a casa tornou-se lugar de maior autonomia; para outras, um espaço de vigilância familiar ou ausência de privacidade. A ideia de que o digital é universalmente acessível ignora essas diferenças.

Depois do período mais agudo da crise sanitária, muitas práticas presenciais retornaram, mas a aprendizagem social da mediação permaneceu. Workshops híbridos, grupos remotos, relações à distância e rotinas de conversa online passaram a ser percebidos menos como substitutos provisórios e mais como componentes permanentes das comunidades. A história do BDSM em rede não pode, portanto, ser contada como marcha rumo a uma virtualização total. Ela é a história de uma crescente hibridização, na qual corpos e tecnologias compõem diferentes regimes de presença. Esse percurso histórico prepara o terreno

para a parte seguinte. Se os ambientes conectados são territórios e se as plataformas possuem arquitetura política, é necessário voltar ao corpo: compreender como ele aparece, como é narrado, como é convertido em imagem e voz, como identidades são performadas e como diferenças sociais atravessam a visibilidade digital. A interface reorganiza o espaço, mas é sempre um corpo situado que a habita.



O CORPO ALÉM DO TOQUE: PRESENÇA, IMAGEM E MEDIACÃO

4.1 O corpo não desaparece

A recorrente oposição entre corpo e tecnologia produz um equívoco persistente: imaginar que a comunicação digital começa justamente onde o corpo termina. A experiência mostra o contrário. Toda interação mediada parte de um corpo que segura um dispositivo, olha uma tela, interpreta uma voz, aguarda uma resposta, sente excitação, cansaço, ansiedade, curiosidade ou medo. O que muda não é a existência da corporeidade, mas o regime sensorial pelo qual ela se torna acessível. Maurice Merleau-Ponty (1999) compreende o corpo não como objeto que possuímos, mas como condição de nossa abertura perceptiva ao mundo. Se essa chave for levada a sério, a interface não pode ser tratada como barreira que nos separa da realidade. Ela é incorporada à situação perceptiva: reorganiza distâncias, concentra alguns sentidos, silencia outros e participa da maneira pela qual o mundo chega ao sujeito.

No BDSM, essa reorganização sensorial possui relevância particular. A cultura da cena frequentemente valoriza atenção minuciosa às reações corporais, ao ritmo, à respiração, ao tônus, à voz e aos sinais de desconforto. Quando a interação ocorre por vídeo ou áudio, parte dessas informações permanece disponível, mas de forma enquadrada. Uma câmera mostra aquilo que entra em seu campo; um microfone privilegia certos sons; problemas de conexão introduzem atrasos; iluminação e qualidade de imagem alteram a percepção. A mediação técnica, portanto,

seleciona. Ela não elimina a possibilidade de atenção, mas exige reconhecer o que não está sendo percebido. Essa consciência é decisiva para que confiança não seja confundida com presunção de conhecimento total sobre o estado do outro.

O corpo mediado também se torna editável. Fotografias podem ser escolhidas, recortadas, filtradas ou produzidas sob ângulos específicos; vídeos podem ser preparados; textos podem narrar sensações que a imagem não mostra. Essa capacidade de composição não deve ser reduzida à ideia de falsidade. Toda apresentação corporal envolve enquadramento, inclusive presencialmente: roupas, postura, iluminação, cenário e contexto participam da maneira como um corpo é percebido. O digital apenas torna algumas dessas operações mais explícitas e reproduzíveis. Goffman (1959) já demonstrava que a apresentação do eu é uma prática social organizada; ambientes conectados acrescentam a possibilidade de revisão antes da publicação e a persistência do que foi apresentado.

Essa persistência modifica a relação entre corpo e memória. Uma marca corporal produzida em cena pode desaparecer da pele em dias e permanecer indefinidamente em uma fotografia. Um áudio pode conservar uma voz que no encontro presencial existiria apenas no tempo do acontecimento. A memória digital do corpo é, portanto, distinta da memória somática. Ela pode servir à intimidade, à documentação de trajetórias e à construção de narrativas de si, mas pode também tornar-se fonte de vulnerabilidade quando arquivos circulam sem autorização. A questão da imagem íntima não é acessória ao BDSM digital. Ela toca o

próprio problema do consentimento: consentir em produzir uma imagem não significa consentir em sua circulação, armazenamento ilimitado ou reapresentação em outros contextos.

4.2 Imagem: enquadrar é produzir sentido

A visualidade ocupa posição central em muitas culturas digitais contemporâneas. Plataformas valorizam imagens porque elas capturam atenção, atravessam barreiras linguísticas e podem ser rapidamente compartilhadas. No BDSM, a imagem carrega ainda uma história estética própria: couro, látex, cordas, mobiliário, posturas, máscaras, botas e objetos de cena foram incorporados a repertórios visuais que circulam entre subculturas, arte, pornografia, moda e publicidade. Essa circulação torna difícil separar uma estética “interna” da comunidade de suas apropriações comerciais. Elementos BDSM podem aparecer em campanhas mainstream enquanto conteúdos produzidos por praticantes continuam sujeitos a restrições de visibilidade, revelando uma assimetria entre consumir a aparência do fetiche e legitimar a cultura que lhe atribui sentido.

A imagem digital produz um recorte. Ela seleciona uma fração do espaço e transforma esse recorte em narrativa. Uma fotografia de restrição, por exemplo, pode mostrar o resultado visual de uma técnica sem mostrar a negociação que a antecedeu, o monitoramento realizado durante a prática ou o cuidado posterior. Quando circula fora de contexto, pode ser interpretada como violência, como arte, como pornografia ou como demonstração técnica, dependendo de quem olha e

dos discursos que acompanham a imagem. O problema não é que exista uma interpretação correta escondida atrás da fotografia, mas que o contexto constitui parte do significado. A cultura visual das redes tende a separar imagens de seus ambientes originais, ampliando a necessidade de legendas, marcas de contexto e educação crítica.

Ariane Cruz (2016) mostra por que a leitura visual precisa ser também histórica e racial. Representações de poder, dor e submissão envolvendo mulheres negras não podem ser interpretadas como se todos os corpos chegassem à cena carregando o mesmo repertório social. Histórias de escravidão, violência racial e sexualização colonial atravessam o modo como determinadas imagens são produzidas e recebidas. Uma estética de dominação que pretende ser consensual pode reativar signos violentos de maneira acrítica; também pode, em outros casos, ser apropriada por sujeitos negros como espaço de elaboração, prazer ou transformação. Não existe regra interpretativa simples. O que existe é a obrigação ética de considerar posição, contexto e agência.

A circulação visual é ainda governada por algoritmos e políticas de moderação. Conteúdos sexualmente sugestivos podem ser removidos, ter alcance reduzido ou ser empurrados para circuitos mais privados. Essa governança favorece uma estética adaptativa: enquadramentos menos explícitos, uso de símbolos, recortes corporais, censuras voluntárias e linguagem codificada. A criatividade que emerge dessas restrições não deve fazer esquecer que se trata de uma resposta a condições de poder. Quando uma comunidade precisa continuamente tornar-se menos legível

para permanecer visível, a própria estética se transforma em estratégia territorial.

4.3 Voz, escrita e a corporeidade da linguagem

A centralidade da imagem pode fazer parecer que o BDSM digital é essencialmente visual. Entretanto, grande parte de sua densidade relacional passa pela linguagem. Palavras negociam limites, nomeiam fantasias, definem papéis, constroem expectativa e permitem corrigir interpretações. Em práticas mediadas, a escrita pode adquirir uma corporalidade própria: ritmo, pontuação, escolha lexical e tempo de resposta participam da experiência. Um comando escrito não é igual a uma ordem pronunciada; um áudio preserva entonação e respiração; uma chamada ao vivo adiciona simultaneidade e risco de improvisação. Cada forma de comunicação organiza relações distintas entre controle e ambiguidade.

Judith Butler (1997) demonstrou que a linguagem não apenas descreve; ela pode agir, ferir, instituir posições e produzir efeitos sociais. Em dinâmicas BDSM, a dimensão performativa das palavras torna-se evidente porque certos termos adquirem significado por convenção relacional. Um título, um nome de cena ou uma fórmula ritual pode marcar a passagem entre cotidiano e jogo erótico. Contudo, a performatividade não suspende o consentimento. Humilhação verbal consensual, por exemplo, depende de um contexto previamente negociado e não pode ser confundida com autorização irrestrita para agressão. O sentido de uma palavra deriva da relação, dos limites e da

possibilidade de interromper a interação. A escrita assíncrona introduz uma característica adicional: ela pode ser relida. Essa permanência permite cuidado — participantes podem revisar acordos e esclarecer combinações —, mas também pode intensificar conflitos quando mensagens são destacadas de seu contexto ou usadas como prova definitiva de uma relação que mudou. Consentimento é temporal. Uma frase enviada em determinado momento não constitui autorização permanente. Por isso, registros digitais devem ser entendidos como documentos situados, não como contratos eternos sobre corpos e desejos.

4.4 Telepresença, webcams e o problema do enquadramento

A chamada de vídeo aproxima visualmente pessoas distantes e cria uma sensação de copresença que modificou profundamente práticas íntimas. No contexto BDSM, telepresença pode ser usada para negociação, socialização, educação e, em alguns casos, para cenas remotas. A câmera, porém, não apenas transmite; ela estrutura. Decide-se onde colocá-la, o que mostrar, quando aproximar ou afastar, se o rosto permanece visível e quais elementos do ambiente entram no campo. A produção do enquadramento pode se tornar parte da dinâmica de poder, mas precisa permanecer submetida à autonomia de quem está sendo filmado. A limitação do campo visual é também uma limitação epistemológica. O participante remoto vê menos do que veria fisicamente presente e não pode intervir da mesma maneira em uma emergência. Essa diferença deveria tornar protocolos de segurança mais conservadores,

sobretudo quando práticas envolvem restrição respiratória, imobilização ou qualquer atividade na qual uma pessoa não consiga interromper sozinha a ação. Um livro acadêmico sobre BDSM digital não deve converter descrição cultural em instrução de risco. O ponto relevante é analítico: a distância redistribui responsabilidade e torna a possibilidade de auto-interrupção um aspecto ainda mais importante do consentimento.

A telepresença também produz intimidade cotidiana. Relações à distância podem desenvolver rotinas de conversa, cuidado e ritual que não se reduzem a cenas eróticas. Essa continuidade desafia imagens estereotipadas do BDSM como sucessão de atos extremos. Como mostram estudos etnográficos de intimidade BDSM, poder consensual pode atravessar tarefas comuns, formas de endereçamento e práticas de cuidado. No digital, essas rotinas ganham materialidade em notificações, calendários compartilhados, mensagens e chamadas. A tecnologia entra no tecido da relação não apenas durante a excitação, mas também na manutenção do vínculo.

4.5 Dispositivos conectados e a extensão tecnológica do toque

O desenvolvimento de dispositivos hápticos e sextech ampliou a capacidade de produzir estímulos à distância. Sem transformar este livro em catálogo tecnológico, é importante reconhecer a mudança conceitual introduzida por esses objetos: comandos digitais podem adquirir consequências táteis. A separação entre signo e sensação se estreita quando uma ação em um aplicativo desencadeia resposta em um

dispositivo conectado. Don Ihde (1990) ajuda a compreender esse processo como relação de mediação na qual tecnologia transforma simultaneamente a ação de quem opera e a experiência de quem recebe. Essa capacidade não cria apenas novas possibilidades de prazer; cria também novas superfícies de consentimento e segurança. Quem possui controle do dispositivo? Ele pode ser desconectado imediatamente? Quais dados são transmitidos? Há registro de atividade? O software depende de servidores externos? Questões de cibersegurança tornam-se questões corporais quando falhas técnicas podem produzir estímulos não desejados ou revelar informações íntimas. O cuidado precisa, portanto, atravessar a fronteira tradicional entre educação sexual e segurança da informação.

A cultura BDSM sempre conferiu importância aos objetos porque eles mediam relações entre intenção, técnica e sensação. A diferença contemporânea é que alguns objetos possuem software, conectividade, contas e termos de serviço. A materialidade do chicote, da corda ou do couro não desaparece, mas convive com uma camada informacional. A cena pode depender de firmware, bateria, conexão e infraestrutura empresarial. O desejo conectado é, literalmente, sociotécnico.

PERFIS, NOMES E PAPÉIS: A PERFORMANCE DE SI EM REDE

5.1 Nomear-se para existir socialmente

Entrar em uma comunidade BDSM frequentemente envolve aprender a nomear experiências. Termos que para um observador externo parecem apenas classificações podem funcionar como instrumentos de inteligibilidade pessoal. Descobrir palavras para práticas, posições relacionais ou formas de prazer permite construir narrativas sobre desejos antes percebidos como isolados ou indizíveis. A internet acelerou esse processo ao colocar glossários, relatos e comunidades ao alcance de pessoas sem contato prévio com cenas presenciais. Nomear-se, contudo, nunca é ato puramente individual. Todo vocabulário possui história, fronteiras e expectativas. Gayle Rubin (1984) mostrou que classificações sexuais participam de hierarquias morais, estabelecendo fronteiras entre sexualidades consideradas boas, normais ou respeitáveis e aquelas tomadas como perigosas ou desviantes. Em comunidades kink, a autodescrição pode funcionar como movimento de reapropriação: aquilo que fora patologizado torna-se identidade ou prática compartilhada. Mas categorias internas também podem criar novas normatividades. Espera-se que um “dominante” aja de determinada forma, que um “submisso” demonstre certos desejos ou que um “switch” seja compreendido segundo uma lógica específica. Quando rótulos deixam de descrever tendências e começam a prescrever personalidades, tornam-se estreitos.

A interface intensifica essa tendência porque precisa transformar multiplicidade em campos de dados. Um menu exige opções delimitadas; um filtro precisa de categorias operacionais. Pessoas são convidadas a encaixar experiências fluidas em estruturas discretas. Isso não significa que categorias sejam inúteis, mas que devem ser tratadas como linguagem provisória. Uma posição em cena não determina caráter, profissão, gênero ou capacidade de tomar decisões fora daquele contexto. A velha confusão entre submissão erótica e passividade social, ou entre dominação consensual e autoritarismo cotidiano, é reforçada quando perfis parecem condensar uma pessoa em uma palavra.

5.2 Pseudônimos como tecnologia de autonomia

O pseudônimo possui longa história em subculturas sexuais, políticas e artísticas. No BDSM digital, ele pode separar públicos, proteger emprego, família e relações não relacionadas à cena, além de oferecer espaço para experimentação identitária. A insistência contemporânea de algumas plataformas em identidades civis ou verificações rígidas parte frequentemente da premissa de que um único nome verdadeiro produz segurança. Essa premissa ignora que, para populações estigmatizadas, segurança pode depender justamente da possibilidade de contextualizar a própria visibilidade. Jenny Sundén (2024) contribui para esse debate ao tratar a obscuridade não como simples ausência de visibilidade, mas como política que pode preservar formas de sexualidade de uma exposição totalizante. A obscuridade é diferente de invisibilidade absoluta. Um pseudônimo pode ser altamente reconhecido dentro de uma comunidade

e permanecer opaco fora dela. Essa distribuição seletiva do reconhecimento constitui uma territorialidade identitária: ser conhecido por aqueles a quem se escolhe aparecer.

O pseudônimo, contudo, não elimina responsabilidade. Uma cultura comunitária saudável precisa construir mecanismos para lidar com comportamentos danosos sem depender exclusivamente de identidade civil. Reputação, moderação, registro de incidentes e redes de referência podem atuar de maneira complementar, embora cada mecanismo traga problemas próprios. Exigir exposição completa em nome da segurança pode punir justamente quem possui mais razões para proteger seus dados; aceitar anonimato irrestrito sem estruturas de responsabilização pode facilitar comportamentos abusivos. O desafio é construir formas de accountability compatíveis com privacidade.

5.3 Dom, sub, switch: posições, não essências

As posições de dominação e submissão são frequentemente interpretadas por fora do BDSM como reflexo direto da personalidade ou como reprodução literal de hierarquias sociais. Essa leitura perde o caráter performativo e situado das práticas. Judith Butler (1990) demonstrou, em outro campo, que identidades são produzidas por atos reiterados e normas, e não expressão transparente de uma essência anterior. Embora não se deva transportar automaticamente sua teoria de gênero para qualquer fenômeno, a noção de performatividade ajuda a compreender papéis BDSM como posições realizadas em práticas e reconhecidas por convenções. Uma pessoa pode assumir posição

dominante em determinada relação e submissa em outra; pode alternar durante a vida; pode não organizar sua identidade cotidiana em torno desses termos. A categoria switch explicita essa mobilidade, mas mesmo classificações aparentemente fixas contêm variações. A performance digital torna essa multiplicidade visível e, paradoxalmente, pode também congelá-la em um perfil. O desafio é reconhecer que a identidade anunciada é uma abertura para a conversa, não uma autorização automática nem um roteiro completo.

Essa distinção é fundamental para o consentimento. Ser submisso não significa consentir com qualquer ordem; identificar-se como dominante não concede autoridade sobre alguém que não a negociou. O poder BDSM é relacional e delimitado. Foucault (1978) ajuda a evitar uma concepção substancial do poder como coisa possuída por um indivíduo. Poder circula em relações e produz possibilidades de ação. Na cena consensual, a assimetria pode ser intensa precisamente porque foi construída dentro de fronteiras acordadas. Fora dessas fronteiras, o papel perde sua legitimidade.

5.4 Autenticidade, experiência e capital subcultural

Toda subcultura desenvolve critérios de autenticidade. No BDSM, experiência técnica, participação em eventos, conhecimento histórico, domínio de protocolos e capacidade de cuidar podem ser valorizados. Em ambientes digitais, esses sinais se misturam a métricas de visibilidade. Um perfil antigo, muitas conexões, fotografias elaboradas ou uma audiência ampla podem ser interpretados como prova de legitimidade,

embora não garantam qualidade ética. A sociologia de Bourdieu (1989) permite pensar essas diferenças como formas de capital simbólico, distribuídas de maneira desigual e convertíveis em posições de prestígio. O risco aparece quando a autoridade se torna incuestionável. Comunidades que dependem de veteranos para transmitir conhecimento podem criar hierarquias úteis de aprendizagem, mas também condições para abuso de posição. A ideia de que experiência autoriza ultrapassar limites de iniciantes é incompatível com uma ética de consentimento. Robin Bauer (2014) enfatiza o caráter crítico do consentimento em contextos BDSM, justamente porque fronteiras são negociadas dentro de relações marcadas por diferença de conhecimento e poder. Quanto maior a autoridade percebida de alguém, maior deveria ser a responsabilidade na produção de condições para escolha informada.

A internet modifica esse cenário ao permitir que novos educadores adquiram visibilidade rapidamente. Isso pode democratizar a produção de conhecimento e desafiar gatekeepers tradicionais, mas também favorece a transformação de carisma e estética em autoridade técnica. A lógica da atenção recompensa conteúdos que circulam, não necessariamente aqueles que contextualizam riscos com paciência. O tempo lento da aprendizagem pode entrar em conflito com o ritmo rápido do feed.

5.5 Múltiplos eus e colapso de contexto

A vida moderna sempre envolveu diferentes apresentações de si. O que muda nas redes é a facilidade com que contextos antes separados podem se encontrar. Marwick e boyd (2011) descrevem o colapso de

contexto como resultado da convergência de audiências que, no cotidiano presencial, seriam mantidas relativamente distintas. Para praticantes de BDSM, a multiplicidade de contas e pseudônimos pode ser uma resposta racional a essa arquitetura. A separação entre perfis pessoais e perfis kink permite gerenciar graus de intimidade, mas exige trabalho. É necessário lembrar onde se publicou, evitar conexões cruzadas, controlar metadados e lidar com recomendações automáticas que podem aproximar redes que se desejava manter separadas. Plataformas desenhadas para maximizar conectividade podem considerar a separação de contextos um problema a ser corrigido, sugerindo contatos ou sincronizando agendas. O que para a empresa parece conveniência pode, para o usuário, ser ameaça à autonomia contextual.

Esse conflito revela uma diferença fundamental entre valores de plataforma e valores de comunidade. Empresas frequentemente desejam identidades integradas porque dados unificados são economicamente úteis; indivíduos podem desejar identidades parciais porque a vida social depende de fronteiras. A defesa da privacidade sexual não deve, portanto, ser reduzida ao segredo individual. Ela é uma reivindicação de direito à contextualidade.

DIFERENÇA, DESIGUALDADE E PERTENCIMENTO NO KINK DIGITAL

6.1 O mito de uma internet sem corpo social

Nas primeiras décadas de popularização da internet, circulou com força a ideia de que ambientes digitais poderiam suspender marcadores corporais e permitir relações menos condicionadas por raça, gênero ou aparência. A experiência posterior mostrou o limite dessa promessa. Mesmo quando um corpo não é imediatamente visível, linguagem, nomes, localização, fotografias e repertórios culturais produzem inferências; quando imagens e vídeos ocupam lugar central, marcadores sociais tornam-se ainda mais presentes. Lisa Nakamura (2008) demonstrou como raça é produzida e performada em culturas visuais digitais, desafiando a fantasia de um ciberespaço pós-racial. No BDSM, a afirmação de que “na cena todos são iguais porque tudo é consensual” pode funcionar como mecanismo de cegueira às desigualdades. Consentimento não apaga a história social que atravessa os participantes. Recursos econômicos, confiança institucional, experiência prévia de violência, reconhecimento de gênero e possibilidade de exposição pública influenciam a capacidade de negociar. Uma ética madura precisa reconhecer essas diferenças sem transformar sujeitos em vítimas incapazes de agência.

Donna Haraway (1988) oferece aqui um princípio metodológico decisivo: saberes são situados. Não existe experiência universal de submissão, dominação, exposição ou anonimato. O mesmo gesto pode

ter significados distintos para corpos cuja história social é diferente. A análise precisa preservar essa heterogeneidade e recusar universalizações apressadas.

6.2 Raça, fetichização e a política das preferências

Ariane Cruz (2016) é referência indispensável para compreender as relações entre BDSM, raça e representação. Ao analisar mulheres negras, pornografia e kink, sua pesquisa mostra que prazer e violência não podem ser separados da história racial que dá forma às imagens. O problema da fetichização racial surge justamente quando uma pessoa é reduzida a um signo produzido por estereótipos — “corpo exótico”, “força”, “animalidade”, “servilidade” — e sua singularidade desaparece atrás de uma fantasia coletiva. Em plataformas, essa redução pode ser acelerada por campos de busca e descrições diretas de preferência. Argumentos do tipo “é apenas meu gosto” individualizam aquilo que foi socialmente aprendido. Safiya Noble (2018) demonstra, em outro domínio, que sistemas de classificação podem incorporar hierarquias culturais sem parecer explicitamente racistas em sua arquitetura. A lição é relevante para o desejo digital: preferências não nascem em vazio social, e interfaces que as tornam operacionalizáveis podem naturalizar exclusões.

Reconhecer a dimensão social do desejo não significa decretar que atração possa ser administrada por obrigação moral. Significa criar condições para reflexão sobre como categorias raciais foram erotizadas e como determinadas fantasias reproduzem violências históricas. Em BDSM, essa reflexão é ainda mais necessária quando jogos de poder

utilizam símbolos de dominação. Consentimento entre adultos é condição imprescindível, mas não encerra a análise cultural. Uma cena pode ser consensual e ainda assim mobilizar signos controversos; os próprios participantes podem atribuir a esses signos sentidos de crítica, reapropriação ou transformação. A tarefa acadêmica é compreender a complexidade sem retirar agência e sem apagar história.

6.3 Gênero, transgeneridade e legibilidade técnica

Sistemas digitais gostam de categorias claras; vidas humanas raramente obedecem a essa preferência. Durante anos, muitas plataformas trabalharam com opções limitadas de gênero, forçando pessoas trans e não binárias a escolher identificações inadequadas. Mesmo quando os menus se expandem, sistemas de recomendação e publicidade podem continuar operando segundo modelos binários. A inclusão nominal não garante que toda a infraestrutura reconheça a diversidade. No BDSM, essa questão cruza papéis de cena. A associação cultural entre masculinidade e dominação, feminilidade e submissão pode reaparecer em expectativas, apesar da diversidade real das comunidades. Pessoas trans podem enfrentar fetichização específica, dúvidas invasivas sobre corpos e tentativas de reduzir sua identidade a fantasia de terceiros. Ao mesmo tempo, espaços kink podem oferecer oportunidades de experimentar nomes, roupas, posições e formas de corporalidade que desafiam convenções de gênero. Robin Bauer (2014) documenta a potência de intimidades queer BDSM para expandir fronteiras identitárias e relacionais.

Judith Butler (2004) contribui para pensar essa tensão entre reconhecimento e norma. Ser reconhecido socialmente exige alguma legibilidade, mas os termos disponíveis de reconhecimento podem ser restritivos. Ambientes digitais tornam essa negociação visível: para ser encontrado, o sujeito muitas vezes precisa escolher uma categoria; para permanecer fiel à própria complexidade, pode precisar explicar por que a categoria é insuficiente. O perfil funciona, assim, como campo de tradução de uma vida que excede o menu.

6.4 Classe, acesso e economia da participação

A participação em comunidades digitais costuma ser descrita como de baixo custo porque criar contas é frequentemente gratuito. Essa visão ignora custos materiais e sociais. Um dispositivo adequado, conexão estável, espaço privado, tempo livre, domínio linguístico e alfabetização digital são recursos distribuídos de forma desigual. Além disso, práticas BDSM presenciais podem envolver deslocamento, entrada em eventos, equipamentos e serviços, fazendo com que a conectividade não elimine barreiras econômicas. A reflexão de Milton Santos sobre técnica e desigualdade permite perceber que acesso não é mera presença da infraestrutura. Diferentes grupos usam o mesmo sistema sob condições distintas. Um smartphone compartilhado em residência sem privacidade oferece possibilidades diferentes de um computador pessoal em ambiente reservado. Uma pessoa que depende de dados móveis limitados não participa de videoconferências da mesma forma que alguém com conexão

de alta velocidade. O mapa do desejo digital continua atravessado pela classe.

A língua é outro marcador de acesso. Grande parte da literatura técnica e de certos debates comunitários circula em inglês, o que pode produzir hierarquias de conhecimento. Traduções informais, páginas educativas e grupos locais desempenham papel importante na apropriação de conceitos. Contudo, traduções também transformam termos, e não existe obrigação de reproduzir modelos anglófonos como se fossem universais. Comunidades brasileiras criam vocabulários híbridos e sentidos próprios, mostrando que circulação global não equivale a homogeneização.

6.5 Deficiência, acessibilidade e interdependência

A relação entre deficiência e BDSM desafia duas suposições comuns: a de que pessoas com deficiência seriam menos sexuais e a de que autonomia significa independência absoluta. Estudos críticos da deficiência mostram que corpos são sempre interdependentes e que barreiras ambientais produzem incapacidade tanto quanto condições corporais. Em ambientes digitais, algumas dessas barreiras podem ser reduzidas, enquanto outras são criadas. Para pessoas com mobilidade reduzida, comunidades online podem facilitar acesso a sociabilidade que espaços físicos inacessíveis dificultam. Para pessoas surdas, recursos de texto e legenda podem ampliar participação; para pessoas cegas, interfaces compatíveis com leitores de tela são essenciais. Plataformas visualmente carregadas, imagens sem descrição, sistemas de verificação

baseados exclusivamente em fotografias ou eventos sem recursos de acessibilidade podem excluir. A acessibilidade não é um adendo técnico; é parte da produção do espaço.

No BDSM, a interdependência pode adquirir sentidos específicos porque cuidado, suporte e comunicação sobre limites já fazem parte de muitas práticas. Isso cria oportunidades para pensar acessibilidade de maneira não paternalista. O foco deve estar na agência da pessoa com deficiência, em adaptações construídas conjuntamente e na recusa de pressupostos sobre o que determinado corpo pode ou não desejar. A mediação digital pode oferecer recursos de comunicação e planejamento, mas não substitui o direito a ambientes presenciais acessíveis.

6.6 Geografia, periferia e a possibilidade de comunidade

A localização continua sendo um dos fatores mais importantes para a experiência BDSM. Em grandes centros urbanos, a densidade populacional aumenta a probabilidade de espaços especializados, eventos e redes presenciais. Em cidades menores, a visibilidade pode ser mais arriscada e a oferta comunitária menor. O digital modifica essa geografia ao permitir vínculos que atravessam distâncias, mas não elimina a diferença entre poder conversar com alguém e poder encontrar essa pessoa com segurança. Sundén et al. (2024) mostram que plataformas sexuais regionais produzem geografias específicas ao articular proximidade, linguagem e cultura. Essa abordagem ajuda a perceber que a internet não uniformiza lugares; ela pode tornar diferenças regionais mais visíveis. Grupos locais criam maneiras próprias de organizar encontros,

negociar anonimato e adaptar repertórios globais. A ideia de uma única “comunidade BDSM online” é, portanto, analiticamente fraca.

A periferia também pode ser simbólica dentro das próprias redes. Usuários com menor visibilidade, corpos fora de padrões estéticos, pessoas mais velhas, pobres, negras, trans ou com deficiência podem ocupar posições menos centrais em sistemas de atenção. Mas centralidade digital não equivale a valor comunitário. Espaços menores, menos espetaculares e mais protegidos podem produzir vínculos densos precisamente porque escapam da lógica de alcance. A próxima parte do livro se volta a essa questão ética: como consentimento, cuidado e segurança são construídos quando a intimidade depende de infraestruturas que também registram, classificam e expõem?



CONSENTIMENTO EM AMBIENTES MEDIADOS

7.1 Consentimento não é um clique

A cultura digital habituou usuários a aceitar condições por meio de gestos mínimos. Clicar em “concordo”, marcar uma caixa, deslizar uma tela ou continuar usando um serviço após a atualização de termos tornou-se parte banal da vida conectada. Esse repertório técnico pode produzir uma metáfora perigosa quando transportado para relações íntimas: a ideia de que consentimento é um evento pontual, registrado uma vez e válido até que alguma condição extrema o invalide. Nos estudos de BDSM, a literatura oferece exatamente o movimento oposto. Consentimento é processo, comunicação e relação temporal. Robin Bauer (2014) insiste na necessidade de pensar criticamente consentimento em intimidades BDSM porque a negociação ocorre em práticas que deliberadamente experimentam assimetrias de poder e fronteiras corporais. A intensidade consensual é possível justamente porque a autorização é situada, revogável e delimitada.

Em espaços digitais, essa temporalidade se torna mais visível. Conversas permanecem registradas e podem dar a impressão de que uma autorização passada continua ativa. Uma mensagem na qual alguém concorda com determinada prática, fotografia ou forma de tratamento não é licença permanente. Pessoas mudam de ideia, relações mudam, contextos mudam. O registro prova, no máximo, que algo foi dito em um momento específico; não transforma desejo em propriedade. Essa distinção é fundamental diante de conflitos envolvendo imagens íntimas,

porque consentir em produzir um conteúdo não equivale a consentir em sua redistribuição.

O BDSM acrescenta uma camada de complexidade porque participantes podem desejar encenar resistência, entrega ou perda temporária de controle. Nessas situações, a linguagem da cena pode ser deliberadamente diferente da linguagem da negociação. Uma recusa encenada só é eticamente inteligível quando existe acordo prévio capaz de distingui-la de uma recusa real. Em ambientes mediados, essa distinção precisa ser ainda mais clara, uma vez que sinais corporais podem estar ausentes ou incompletos. Palavras de segurança, sinais convencionados, pausas de checagem e a possibilidade técnica de interromper a comunicação tornam-se mecanismos de tradução entre o jogo de poder e a autonomia que o sustenta. O princípio é simples, embora sua aplicação exija cuidado: nenhuma identidade, papel ou histórico relacional substitui consentimento atual. Uma pessoa não consente com determinada ação apenas porque se identifica como submissa; um dominante não recebe autoridade automática por ser reconhecido como experiente; uma relação de longa duração não transforma o corpo do outro em extensão de sua vontade. O poder BDSM é legítimo enquanto permanece apoiado no pacto que o produz.

7.2 Negociar antes da cena: linguagem, expectativa e assimetria de informação

Negociação é frequentemente apresentada como lista de limites, mas sua função é mais ampla. Ela permite que participantes construam uma

interpretação compartilhada do que pretendem fazer. Termos comuns podem esconder expectativas diferentes: “controle”, “humilhação”, “disciplina”, “restrição” ou “exposição” possuem amplitudes enormes. Uma conversa de qualidade não busca apenas obter um sim; busca compreender o que esse sim significa para cada pessoa. A mediação digital pode favorecer esse processo quando oferece tempo para escrita, registro de combinações e possibilidade de reflexão antes da resposta. Ao mesmo tempo, a distância aumenta a assimetria de informação. Perfis são incompletos, fotografias podem ser antigas, experiências podem ser exageradas e reputações podem ser difíceis de verificar. Isso não é exclusividade do BDSM, mas adquire importância porque algumas práticas envolvem vulnerabilidade física e emocional. Confiança não deveria ser confundida com rapidez de intimidade. A cultura de plataformas, orientada por fluxos acelerados e disponibilidade constante, pode pressionar usuários a decidir antes de conhecer contexto suficiente.

Bauer (2014) ajuda a compreender que consentimento não ocorre entre sujeitos abstratamente iguais. Diferenças de experiência, idade, prestígio comunitário e conhecimento técnico influenciam a negociação. Um iniciante pode concordar com algo sem compreender plenamente suas implicações; alguém muito admirado pode exercer pressão sem formular ameaça explícita. Ética, nesse contexto, exige mais do que ausência de coerção direta. Exige atenção às condições que tornam a escolha possível. O ambiente digital oferece oportunidades para reduzir assimetrias: pesquisar termos, conversar com terceiros, consultar materiais educativos e observar participação pública de alguém. Mas

também produz excesso de informação e falsa segurança. Um perfil bem escrito pode parecer confiável; referências podem ser seletivas; fotografias de eventos podem sugerir pertencimento. Nenhum marcador substitui julgamento contínuo. Vetting, como comunidades frequentemente chamam o processo de buscar referências, é uma prática de redução de incerteza, não uma certificação infalível.

7.3 Consentimento assíncrono e comandos à distância

Relações BDSM à distância podem incorporar tarefas, regras ou comandos que serão executados em momentos diferentes daquele em que foram emitidos. Essa assincronia cria uma pergunta ética específica: como preservar revogabilidade quando a ação foi planejada horas antes? A resposta passa por distinguir acordo estrutural e consentimento situacional. Duas pessoas podem combinar que determinada dinâmica fará parte da relação, mas cada situação concreta continua sujeita ao estado físico, emocional e ambiental do participante. A autonomia precisa ser especialmente protegida quando o outro não está presente para avaliar condições. Sono insuficiente, uso de medicamentos, doença, presença inesperada de terceiros, falta de privacidade ou alterações emocionais podem tornar inadequada uma atividade antes desejada. Um sistema ético não interpreta a necessidade de adiar como falha de submissão. Ao contrário, reconhece que cuidado com as condições reais preserva a própria possibilidade de continuidade da dinâmica.

Essa questão revela por que o consentimento BDSM é incompatível com modelos puramente jurídicos de autorização. Contratos simbólicos

podem ter valor ritual e relacional, mas não anulam a capacidade de retirar consentimento. O documento pode organizar expectativas; não pode converter pessoa em propriedade. A distância digital torna essa distinção ainda mais evidente porque a relação depende da cooperação ativa de quem executa a ação.

7.4 Imagens, gravações e consentimento informacional

A vida conectada introduziu uma dimensão que muitas teorias clássicas do consentimento sexual não precisavam abordar com a mesma intensidade: a circulação de dados. Fotografias, vídeos, mensagens e registros de voz podem permanecer disponíveis depois do término de uma relação e atravessar fronteiras geográficas instantaneamente. Em culturas BDSM, nas quais práticas estigmatizadas podem ser documentadas visualmente, a proteção informacional é parte do cuidado sexual. Consentimento para uma cena e consentimento para registrá-la são decisões distintas. Consentimento para registrar e consentimento para compartilhar também são distintos. Mesmo quando alguém autoriza o envio a um grupo específico, isso não significa autorização para publicação aberta ou reutilização posterior. A estrutura em camadas ajuda a evitar a ideia de que aceitar uma forma de exposição implica aceitar todas.

A discussão se aproxima dos debates de Kath Albury sobre ética do sexting, nos quais a circulação de imagens precisa ser compreendida em termos de confiança, gênero e contexto, e não apenas como comportamento de risco individual. Culpar a pessoa cuja imagem foi

distribuída sem autorização desloca responsabilidade do ato de violação para o ato inicial de confiar. Uma ética do BDSM digital deve recusar esse movimento. Produzir uma imagem íntima pode ser prática legítima de sexualidade adulta; romper as condições de sua circulação é que constitui a violação. A persistência técnica exige ainda pensar o término de relações. O que acontece com arquivos compartilhados? Há acordo sobre exclusão? Cópias em nuvem permanecem? Dispositivos sincronizados conservam versões? Essas perguntas parecem administrativas, mas são parte da intimidade contemporânea. Aftercare digital pode incluir, em determinados contextos, cuidado com dados e fronteiras pós-relação.

7.5 Consentimento de dados: a terceira parte invisível

Quando duas pessoas interagem por uma plataforma, há quase sempre um terceiro ator: a infraestrutura que transmite, registra ou processa a comunicação. Essa presença altera a arquitetura do consentimento. Usuários podem concordar entre si com uma troca íntima e, ainda assim, desconhecer como metadados são coletados, por quanto tempo arquivos são mantidos ou quais empresas participam do processamento. Nick Couldry e Ulises Mejias (2019) descrevem a expansão da extração de dados como dimensão estrutural da vida contemporânea, chamando atenção para relações de poder que excedem a escolha individual. Para comunidades BDSM, dados possuem sensibilidade particular porque podem revelar práticas sexuais, localização, rede de contatos e identidades pseudônimas. Mesmo sem conteúdo explícito, padrões de conexão podem ser informativos. A

segurança não depende apenas de senhas fortes, mas de compreender que plataformas são ambientes de coleta. Isso não significa recomendar abandono completo da vida digital; significa ampliar a ideia de consentimento para incluir consciência sobre infraestrutura.

É importante, contudo, não transformar responsabilidade estrutural em culpa individual. Termos de serviço extensos e opacos não produzem consentimento significativo apenas porque foram formalmente aceitos. A assimetria entre empresas e usuários torna limitada a capacidade de negociação. Assim como no BDSM o consentimento exige condições reais de escolha, a governança de dados deveria ser avaliada pela qualidade da informação, possibilidade de recusa e proporcionalidade da coleta, não pela ficção de que todo clique é uma decisão plenamente informada.

LINGUAGENS DE SEGURANÇA E REDUÇÃO DE DANOS

8.1 Segurança como processo, não promessa

O vocabulário BDSM desenvolveu, ao longo do tempo, diferentes fórmulas para organizar a relação entre desejo e risco. Expressões como SSC, geralmente entendida como Safe, Sane and Consensual, e RACK, Risk-Aware Consensual Kink, tornaram-se conhecidas em debates comunitários, embora nenhuma delas deva ser tratada como doutrina universal. Sua importância histórica reside em tornar explícita uma diferença política entre práticas consensuais e violência não consentida. Ao mesmo tempo, críticas ao ideal de “segurança” lembram que nenhuma atividade humana é inteiramente isenta de risco e que a percepção do que é razoável varia entre pessoas e práticas. A contribuição mais fértil dessas linguagens talvez seja deslocar o foco do resultado garantido para o processo de cuidado. Segurança não pode ser prometida como condição absoluta; pode ser produzida por conhecimento, preparação, comunicação, capacidade de interrupção e resposta a imprevistos. No espaço digital, esse processo inclui também riscos informacionais e emocionais. Um encontro pode ser fisicamente seguro e produzir dano pela exposição não autorizada de identidade; uma interação remota pode não envolver contato corporal e ainda assim mobilizar intensamente vulnerabilidades psicológicas.

Cara Dunkley e Lori Brotto (2020), em sua revisão sobre o papel do consentimento no BDSM, destacam como negociação, comunicação e

mecanismos de interrupção participam de uma cultura explícita de segurança. O valor dessas palavras não está em possuir algum poder mágico, mas em criar uma convenção clara para interromper ou recalibrar uma situação na qual linguagem ordinária pode estar incorporada à cena. Em ambientes digitais, o princípio pode assumir outras formas: palavras escritas, sinais visuais, gestos previamente combinados, desligamento de dispositivo ou encerramento de chamada. O importante é que o mecanismo seja acessível e reconhecido.

8.2 Acústica, visibilidade e mediação por dispositivos

A segurança remota depende da qualidade da informação disponível. Em chamadas de vídeo, iluminação inadequada pode esconder sinais; em áudio, ruídos podem dificultar comunicação; em mensagens escritas, ironia e urgência podem ser mal interpretadas. Esses problemas parecem pequenos, mas no BDSM a capacidade de perceber mudança de estado é essencial. Por isso, ambientes digitais de cuidado precisam ser pensados em termos de acústica, visibilidade e mediação técnica, e não apenas de intenção moral. A falha de conexão oferece um exemplo revelador. Se uma chamada cai durante uma prática, o que acontece? A resposta segura não pode depender de improvisação em condição de vulnerabilidade. Relações remotas podem estabelecer protocolos para perda de contato, garantindo que a pessoa que executa qualquer ação consiga interrompê-la autonomamente. O princípio geral é que nenhuma prática à distância deveria tornar alguém fisicamente incapaz de se colocar em segurança caso a comunicação desapareça.

Essa discussão mostra a diferença entre transportar uma prática presencial para a tela e redesenhá-la para a mediação. A distância elimina recursos de intervenção e acrescenta outros, como registro e comunicação assíncrona. A redução de danos precisa partir das condições reais do meio. A tecnologia não é neutra, mas tampouco determina o resultado; ela redistribui capacidades.

8.3 Informação leiga e pedagogias comunitárias

Grande parte do conhecimento BDSM circula fora de instituições formais de saúde ou educação. Comunidades produzem guias, workshops, demonstrações e debates sobre anatomia, primeiros socorros, materiais e práticas de cuidado. Esse saber leigo pode ser altamente sofisticado e responder a necessidades ignoradas por currículos convencionais de educação sexual. Ao mesmo tempo, não deve ser idealizado. Informações incorretas também circulam, e a autoridade comunitária nem sempre corresponde a formação adequada. A internet ampliou tanto o potencial pedagógico quanto o problema da verificação. Vídeos curtos podem popularizar conceitos, mas favorecem simplificação; fóruns permitem debate detalhado, mas exigem tempo; cursos pagos podem oferecer organização, porém criam barreiras econômicas. A melhor ecologia de aprendizagem é provavelmente plural: conhecimento comunitário dialogando com evidências de saúde, anatomia, psicologia e direitos, sem submeter toda experiência erótica a uma lógica medicalizante.

A ética do saber situado de Haraway (1988) é útil porque evita dois extremos. De um lado, recusa a pretensão de que apenas especialistas externos poderiam falar legitimamente sobre práticas vividas por comunidades. De outro, recusa a ideia de que experiência pessoal produz verdade universal. Saber situado é responsável justamente porque explicita posição e limite. Um educador BDSM pode dizer o que aprendeu em determinado contexto sem transformar sua trajetória em regra para todos.

8.4 Aftercare no digital

Aftercare costuma ser associado ao período posterior a uma cena, quando participantes cuidam de necessidades físicas e emocionais resultantes da intensidade vivida. A forma desse cuidado varia amplamente; algumas pessoas desejam contato e conversa, outras precisam de silêncio e espaço. Em relações digitais, aftercare não desaparece. Ele pode assumir mensagens de acompanhamento, chamadas posteriores, checagem no dia seguinte, espaço para relatar sensações ou simples disponibilidade. A distância torna importante evitar a ilusão de que encerrar uma chamada encerra automaticamente os efeitos da cena. Afetos persistem; vergonha, euforia, queda de energia ou dúvida podem aparecer depois. Uma ética relacional reconhece que responsabilidade não termina no instante em que a plataforma é fechada. Joan Tronto (1993), em sua reflexão sobre ética do cuidado, permite compreender cuidado como prática que envolve atenção, responsabilidade, competência e

responsividade. Transposta para o BDSM digital, essa abordagem desloca o aftercare de gesto decorativo para componente da relação.

Há também um aftercare informacional. Confirmar o destino de arquivos, respeitar pedidos de exclusão, não transformar relatos íntimos em conteúdo público e preservar confidencialidade fazem parte do cuidado posterior. O corpo e os dados permanecem relacionados: uma fotografia pode reativar uma experiência, e uma postagem inesperada pode produzir dano muito depois da cena.

8.5 Saúde mental sem patologização

A história do BDSM foi marcada por patologização, e isso exige cautela quando se discute saúde mental. A retirada do sadomasoquismo consensual de classificações patologizantes avançou em paralelo ao reconhecimento de que interesses BDSM, por si mesmos, não constituem transtorno. Uma abordagem de redução de danos não deve reintroduzir a ideia de que intensidade erótica é sintoma. Ao mesmo tempo, praticantes, como qualquer população, podem viver sofrimento psicológico, trauma, ansiedade ou depressão, e relações podem interagir com essas condições. O desafio é manter duas afirmações simultâneas: BDSM consensual não é doença, e consentimento exige atenção ao estado emocional. A pergunta ética não é se alguém possui diagnóstico, mas se consegue compreender, escolher e comunicar; se a dinâmica agrava sofrimento; se existe apoio quando necessário; e se parceiros respeitam limites. Profissionais de saúde kink-aware podem ter papel importante justamente por conhecer práticas sem presumir patologia.

O ambiente digital amplia acesso a redes de apoio, mas também pode favorecer autodiagnóstico simplista e conselhos inadequados. Comunidades não substituem atendimento profissional quando há crise, e profissionais não substituem a experiência comunitária. Uma política madura de cuidado reconhece complementaridade.

PRIVACIDADE, EXPOSIÇÃO E VIOLÊNCIA DIGITAL

9.1 Privacidade como capacidade de administrar fronteiras

Privacidade não é sinônimo de invisibilidade. Uma pessoa pode ser publicamente conhecida dentro de uma comunidade e desejar que essa identidade não atravesse para o trabalho ou para a família. Helen Nissenbaum (2010) descreve privacidade em termos de integridade contextual: informações circulam de acordo com normas específicas de cada contexto, e a violação ocorre quando esses fluxos são deslocados de maneira inadequada. Essa abordagem é especialmente útil para sexualidades estigmatizadas porque evita a ideia de que, uma vez compartilhada uma informação, ela deixou de ser privada. No BDSM digital, privacidade pode significar escolher quem vê o rosto, quem conhece o nome civil, quem sabe a cidade, quem tem acesso a fotografias de cena e quais grupos podem conectar diferentes identidades. A capacidade de administrar essas fronteiras é desigual. Pessoas com maior conhecimento técnico conseguem separar contas e reduzir rastros; outras dependem de configurações padrão. Design de plataforma pode facilitar ou sabotar essa gestão.

A noção de vigilância participativa de Anders Albrechtslund (2008) também ajuda a compreender por que usuários não são apenas vigiados por instituições: eles observam uns aos outros, compartilham informações e constroem reputações. Em comunidades, essa observação pode contribuir para segurança, mas pode também se tornar controle social excessivo. O mesmo mecanismo de alerta sobre comportamento

abusivo pode, quando irresponsável, espalhar rumores e expor detalhes íntimos.

9.2 Outing e colapso de fronteiras

Outing é a revelação não autorizada de uma dimensão estigmatizada da identidade ou da vida sexual. No BDSM, pode envolver associar nome civil a perfil kink, enviar imagens a familiares ou empregadores, ou publicar informações que permitam reconhecimento. O dano potencial depende do contexto: perda de emprego, conflito familiar, perseguição e violência são possibilidades reais em sociedades nas quais sexualidades dissidentes ainda sofrem discriminação. A arquitetura de redes sociais pode aumentar esse risco por meio de sugestões automáticas de contatos, sincronização de agendas e reconhecimento de padrões de conexão. A promessa de que plataformas ajudam a encontrar “pessoas que você talvez conheça” parte da suposição de que redes devem convergir. Para quem depende de separação contextual, a mesma função pode ser intrusiva. A proteção exige não apenas comportamento individual cuidadoso, mas design que respeite a possibilidade de múltiplas identidades.

A obscuridade defendida por Sundén (2024) ganha aqui força política. Não ser completamente legível para todos não é necessariamente esconder-se por vergonha; pode ser recusa a uma cultura de transparência obrigatória. O direito de escolher públicos é parte da liberdade sexual.

9.3 Imagens íntimas não consentidas e abuso de confiança

A distribuição de imagens íntimas sem consentimento é frequentemente descrita como “pornografia de vingança”, expressão problemática porque reduz motivações e pode sugerir que o conteúdo em si é pornográfico. O aspecto central é a ausência de autorização para a circulação. Em contextos BDSM, a exposição pode incluir imagens que revelam práticas, equipamentos ou marcas corporais capazes de identificar pertencimento a uma subcultura. A cultura de culpabilização da vítima costuma perguntar por que a pessoa produziu ou enviou a imagem. Essa pergunta naturaliza a quebra de confiança. Relações íntimas sempre envolveram compartilhamento de vulnerabilidade; tecnologias apenas tornaram a reprodução mais fácil. A resposta ética e jurídica deve se concentrar em quem viola condições de circulação, não em quem exerceu sexualidade consensual.

Além do dano imediato, há a persistência. Arquivos podem ser copiados, indexados e reaparecer. A vítima enfrenta uma forma de temporalidade violenta na qual o passado pode retornar sem controle. A assistência precisa combinar apoio emocional, medidas legais quando cabíveis e recursos técnicos de remoção, reconhecendo que nenhuma estratégia garante desaparecimento completo.

9.4 Doxxing, extorsão e chantagem sexual

Doxxing é a publicação maliciosa de informações pessoais com intenção de expor ou facilitar assédio. Para praticantes BDSM pseudônimos, conectar um perfil sexual a endereço, trabalho ou família

pode ser especialmente perigoso. A chantagem pode explorar exatamente essa distância entre identidades, ameaçando exposição em troca de dinheiro, imagens ou continuidade de contato. A prevenção não deveria ser formulada como exigência de paranoia permanente. Nenhum usuário consegue controlar toda infraestrutura. Ainda assim, práticas básicas de segurança digital — senhas únicas, autenticação multifator, atenção a metadados, cautela com compartilhamento de documentos e separação de contas quando necessário — podem reduzir vulnerabilidades. O tema pertence a este livro porque a violência informacional pode se tornar violência corporal e social. As comunidades também precisam evitar romantizar controle digital como prova de entrega. Compartilhar senhas, acesso total a dispositivos ou localização permanente pode fazer parte de dinâmicas consensuais para alguns adultos, mas traz riscos que precisam ser avaliados independentemente da fantasia. Quanto mais amplo o acesso concedido, maior a possibilidade de dano em caso de ruptura. Consentimento a uma dinâmica não deveria eliminar medidas de segurança capazes de preservar uma saída.

9.5 Vigilância, plataformas e o problema da confiança institucional

O risco digital não vem apenas de parceiros mal-intencionados. Plataformas coletam dados, governos podem solicitar informações e falhas de segurança podem expor bases inteiras. A vigilância participativa descrita por Albrechtslund (2008) se combina a uma vigilância comercial estruturada pela economia de dados. Shoshana Zuboff (2019) descreveu

esse modelo como capitalismo de vigilância, embora o conceito seja debatido e deva ser usado com precisão. Para a análise aqui proposta, basta reconhecer que dados comportamentais possuem valor econômico e que intimidade conectada acontece dentro dessa infraestrutura. A confiança institucional é ainda mais complexa para pessoas cuja sexualidade foi historicamente criminalizada ou patologizada. A promessa de segurança oferecida por verificação de identidade pode exigir justamente o compartilhamento de documentos que usuários prefeririam não vincular a uma plataforma sexual. Soluções técnicas precisam considerar essa tensão. Segurança sem privacidade pode tornar-se outra forma de vulnerabilidade.

CONFIANÇA, REPUTAÇÃO E GOVERNANÇA COMUNITÁRIA

10.1 Confiança como relação sob incerteza

Confiar não é saber tudo sobre alguém. Se houvesse certeza absoluta, confiança seria desnecessária. Annette Baier (1986) chama atenção para a vulnerabilidade constitutiva das relações de confiança: confiamos porque colocamos algo de valor sob a possibilidade de ação de outra pessoa. No BDSM, essa vulnerabilidade pode ser corporal, emocional, social e informacional. O digital não diminui sua importância; acrescenta outras formas de incerteza. Perfis, mensagens e reputações ajudam a avaliar interlocutores, mas nenhuma informação elimina risco. A ética da confiança não se resume a escolher pessoas “certas”; envolve construir relações em etapas, preservar capacidade de recuo e observar coerência entre discurso e comportamento. Pressa, isolamento de redes de apoio e desqualificação de limites são sinais relacionais relevantes independentemente da estética ou do prestígio de alguém.

A confiança também é coletiva. Comunidades compartilham conhecimento sobre espaços, educadores, eventos e participantes. Esse circuito pode reduzir assimetria informacional, sobretudo para iniciantes. Contudo, comunidades não são neutras. Pessoas populares podem ser protegidas, conflitos pessoais podem contaminar relatos e grupos minoritários podem ter suas experiências desconsideradas. A confiança em uma rede precisa ser tão crítica quanto a confiança em indivíduos.

10.2 Vetting, vouching e redes de referência

Vetting designa, em muitos contextos kink, a prática de buscar informações antes de se envolver com alguém. Pode incluir conversa com conhecidos, observação de participação comunitária e verificação de coerência de relatos. Vouching ocorre quando terceiros oferecem referência sobre uma pessoa. Esses mecanismos são respostas sociais a limitações das plataformas: em vez de depender apenas do perfil, usuários mobilizam redes. A vantagem é evidente, mas há limites. Ausência de relatos negativos não prova segurança, especialmente quando vítimas temem falar. Referências positivas podem refletir experiências diferentes; alguém pode respeitar limites em uma relação e violá-los em outra. Além disso, recém-chegados e pessoas geograficamente isoladas têm menos acesso a redes de referência. Um sistema comunitário que transforma “ser conhecido” em requisito absoluto pode excluir quem mais precisa de acesso.

A melhor compreensão de vetting é probabilística e processual. Ele produz informação adicional, não garantia. Deve ser combinado com negociação, encontro gradual e preservação da autonomia. A cultura BDSM digital precisa resistir a selos informais de “pessoa segura” que suspendem avaliação contínua.

10.3 Moderação como trabalho comunitário

Em grupos e fóruns, moderação define fronteiras, aplica regras, recebe denúncias e organiza conflitos. Tarleton Gillespie (2018) demonstrou que moderação é constitutiva de plataformas em grande

escala; em comunidades menores, ela pode ser ainda mais visível e pessoal. Moderadores frequentemente conhecem participantes, compartilham eventos e precisam tomar decisões que afetam reputações. Esse trabalho exige procedimentos. Regras claras, canais de denúncia, proteção contra retaliação e possibilidade de revisão ajudam a reduzir arbitrariedade. Ao mesmo tempo, nenhum protocolo elimina julgamento. Casos de conflito sexual raramente chegam com informação perfeita, e comunidades não possuem os recursos investigativos de instituições formais. O risco é oscilar entre dois extremos: ignorar denúncias por exigir prova impossível ou produzir condenação pública imediata sem cuidado com fatos e proporcionalidade.

Uma governança comunitária ética precisa reconhecer seus limites. Alguns casos pertencem a autoridades legais; outros podem ser tratados por mediação ou exclusão de espaços; muitos exigem apoio à pessoa afetada independentemente do desfecho comunitário. A função de uma comunidade não é substituir sistema de justiça, mas criar condições de participação compatíveis com suas responsabilidades.

10.4 Call-outs, rumores e justiça em rede

Redes sociais favoreceram formas públicas de denúncia conhecidas como call-outs. Em contextos de silêncio institucional, tornar experiências públicas pode ser uma estratégia legítima de autoproteção e alerta. Movimentos feministas e queer demonstraram historicamente a importância de romper pactos de silêncio. Contudo, a arquitetura digital também favorece circulação acelerada, perda de contexto e punições

desproporcionais. A tensão não se resolve com uma regra universal contra denúncias públicas nem com a ideia de que toda acusação deve circular sem mediação. É necessário distinguir urgência de proteção, direito ao relato, responsabilidade de quem redistribui informações e possibilidade de correção. A reputação digital é persistente, e erros podem produzir danos difíceis de reparar. Por outro lado, exigir silêncio até atingir um padrão inalcançável de prova pode manter pessoas vulneráveis expostas.

A ética do cuidado de Tronto (1993) sugere uma pergunta útil: quais necessidades estão sendo atendidas e quem assume responsabilidade pelas consequências? Uma comunidade que apenas pune pode não cuidar de vítimas; uma comunidade que apenas preserva a reputação de seus líderes pode não cuidar de ninguém além de sua própria estabilidade. Justiça comunitária exige processos, memória e capacidade de aprender.

10.5 Accountability e possibilidade de transformação

Responsabilização não é sinônimo de expulsão permanente em todos os casos, embora algumas situações justifiquem exclusão para proteção. A noção de accountability permite pensar como pessoas reconhecem dano, reparam consequências e modificam comportamento. Em culturas BDSM, essa discussão é particularmente importante porque erros podem ocorrer em um continuum que vai de falhas de comunicação a violações graves e deliberadas. Tratar tudo como equivalente impede respostas proporcionais. O ambiente digital pode ajudar a documentar políticas e criar recursos educativos, mas também transforma conflito em

espetáculo. A audiência muitas vezes recompensa certezas, enquanto processos de reparação exigem nuance. Isso não significa defender segredo; significa preservar diferença entre transparência responsável e entretenimento punitivo. Ao final desta parte, consentimento aparece não como uma palavra de ordem, mas como ecologia relacional. Ele depende de informação, possibilidade de recusa, proteção de dados, cuidado posterior, reputação e estruturas comunitárias. A parte seguinte amplia o olhar para os sistemas econômicos que atravessam essas relações. Visibilidade, moderação e pedagogia não acontecem fora do capitalismo de plataformas; são organizadas por modelos de negócio, mercados eróticos e disputas sobre quem pode transformar intimidade em trabalho, conhecimento e arquivo.



11 — A ECONOMIA DA VISIBILIDADE KINK

11.1 Quando aparecer se torna trabalho

A visibilidade digital raramente é espontânea. Perfis precisam ser atualizados, fotografias selecionadas, mensagens respondidas, públicos mantidos e regras de plataforma acompanhadas. Para pessoas que transformam conhecimento, performance ou serviços ligados ao BDSM em trabalho, essa manutenção ganha caráter econômico explícito. Educadores, artistas, produtores de conteúdo, dominantes profissionais, fotógrafos, fabricantes de acessórios e organizadores de eventos podem depender de redes digitais para alcançar públicos, construir reputação e sustentar atividades. A fronteira entre comunidade e mercado torna-se porosa, não porque toda sociabilidade seja comercial, mas porque a infraestrutura que organiza a visibilidade é atravessada por modelos de monetização. Margot Weiss (2011) já havia demonstrado que o BDSM contemporâneo precisa ser compreendido em relação a circuitos de consumo, classe e produção cultural. Equipamentos, workshops, espaços especializados e serviços profissionais não são elementos externos à cena: participam da maneira como determinadas práticas se tornam acessíveis, legítimas e esteticamente reconhecíveis. O ambiente digital amplia esses circuitos ao transformar atenção em recurso mensurável. Seguidores, visualizações e engajamento podem ser convertidos em convites, vendas e assinaturas, mas essa conversão é instável porque depende de plataformas cujas regras não são controladas pelos criadores.

Brooke Erin Duffy (2017), ao estudar trabalho aspiracional nas indústrias digitais, mostra como a promessa de “fazer o que se ama” pode ocultar grandes volumes de trabalho não remunerado e incerteza. No universo kink, a promessa adquire contornos próprios. Produzir conteúdo educativo exige pesquisa e responsabilidade; manter uma persona profissional exige disponibilidade; responder a dúvidas da comunidade pode ser esperado como trabalho gratuito; a censura de conteúdo pode interromper a principal via de divulgação. O fato de uma atividade envolver prazer, sexualidade ou identidade não elimina seu caráter laboral. A economia da visibilidade também produz desigualdade entre quem pode investir em qualidade visual, tempo de produção e estratégias de plataforma e quem participa de maneira mais precária. Câmeras, iluminação, cenários, figurinos e edição custam dinheiro; conhecimento de marketing digital é recurso; tempo disponível é distribuído desigualmente. O feed que parece ordenar conteúdos por mérito pode refletir condições materiais prévias. A aparência de espontaneidade esconde infraestrutura de produção.

11.2 Dominantes profissionais e a ambiguidade da legitimidade

A figura da dominatrix profissional ocupa lugar singular nas relações entre BDSM, trabalho sexual, performance e cuidado. Reduzi-la à ideia de sexo pago apaga a complexidade de atividades que podem envolver encenação, conversa, negociação, técnicas corporais e produção de atmosfera. Angela Jones (2020), ao estudar camming e indústria do sexo, demonstra como tecnologias digitais reorganizam relações entre trabalho,

prazer, poder e audiência. Embora camming e dominação profissional não sejam equivalentes, ambos revelam como plataformas transformam sexualidade em trabalho mediado e como trabalhadoras precisam administrar simultaneamente intimidade performada e fronteiras pessoais. Ambientes digitais ampliam a capacidade de divulgação e atendimento remoto, mas também expõem profissionais a políticas de conteúdo, estigma bancário e dependência de intermediários. A retirada de serviços financeiros de atividades adultas é um exemplo de como governança sexual pode ocorrer fora da plataforma visível. Processadores de pagamento, lojas de aplicativos e empresas de publicidade possuem poder para determinar quais economias são viáveis. Uma atividade legal pode tornar-se tecnicamente difícil de sustentar porque atores privados classificam sua categoria como risco.

Essa situação revela uma contradição: a estética BDSM é amplamente utilizada em moda, música e publicidade, enquanto trabalhadores diretamente ligados à cultura sexual podem enfrentar restrições. A sociedade aceita o fetiche quando convertido em signo descontextualizado, mas continua desconfortável com pessoas que o transformam em trabalho autônomo. A política da respeitabilidade sexual opera, portanto, por diferenciação entre imagens apropriáveis e sujeitos considerados inadequados.

11.3 Criadores, assinatura e intimidade mercantilizada

Modelos de assinatura aproximam criadores e públicos por meio de pagamentos recorrentes. Essa estrutura pode reduzir dependência de

publicidade e permitir nichos especializados, mas produz outras expectativas: frequência, exclusividade, resposta e continuidade. A intimidade se torna parte do valor oferecido. Para produtores kink, isso pode significar combinar performance erótica, educação, bastidores e interação com seguidores. É importante não interpretar toda relação comercial como falsa intimidade. Trabalho emocional pode ser real sem ser equivalente a amizade; performances podem ser significativas sem deixar de ser trabalho. O problema surge quando plataformas ou públicos tratam disponibilidade como obrigação ilimitada. Criadores têm direito a limites, horários e separação entre persona e vida privada. A linguagem do consentimento, tão central ao BDSM, precisa ser aplicada também à relação entre audiência e trabalhador.

O arquivo pago acrescenta outra questão: assinantes não adquirem propriedade irrestrita sobre conteúdo. A facilidade de captura e redistribuição transforma pirataria em violação recorrente. Em atividades sexualmente sensíveis, o dano pode incluir perda financeira e exposição. A economia digital depende, assim, de uma ética de circulação que os próprios sistemas técnicos nem sempre conseguem garantir.

11.4 Educação sexual como trabalho e bem comum

Educadores BDSM ocupam posição híbrida entre comunidade, mercado e produção de conhecimento. Workshops pagos podem financiar pesquisa, preparação e espaço; conteúdos gratuitos ampliam acesso. A oposição simples entre comercial e comunitário é insuficiente. Muitos projetos combinam diferentes modelos e utilizam receita para

sustentar materiais abertos. O problema mais relevante é a desigualdade de acesso. Se conhecimentos essenciais de redução de danos estiverem exclusivamente atrás de barreiras financeiras, iniciantes pobres ficam mais vulneráveis. Por outro lado, exigir que educadores ofereçam gratuitamente todo seu trabalho reproduz desvalorização. Uma ecologia saudável precisa combinar remuneração e circulação pública de informações básicas, fortalecendo bibliotecas comunitárias, materiais de acesso aberto e iniciativas de baixo custo. A experiência da ciência aberta oferece um paralelo interessante: conhecimento pode ser tratado como bem comum sem pressupor trabalho gratuito. A sustentabilidade depende de modelos institucionais e comunitários. No BDSM digital, essa discussão é também uma política de cuidado.

MODERAÇÃO, CENSURA E CIDADANIA SEXUAL

12.1 A plataforma que decide o que é sexual

Moderadores e sistemas automatizados precisam classificar conteúdos em grande escala. Essa tarefa exige categorias, e categorias produzem fronteiras. Tarleton Gillespie (2018) mostra que plataformas não apenas removem o que é ilegal; elas definem, por meio de políticas internas, o tipo de ambiente que pretendem construir. Sexualidade costuma ocupar uma zona de vigilância intensificada porque empresas precisam equilibrar públicos diversos, leis nacionais, anunciantes e reputação comercial. O problema é que “conteúdo sexual” engloba coisas muito diferentes. Uma fotografia artística, um material de educação sobre consentimento, um anúncio de evento adulto, uma discussão sobre saúde, pornografia e exploração sexual podem compartilhar palavras ou imagens que confundem classificadores. Paasonen, Jarrett e Light (2019) chamam atenção para a categoria NSFW como dispositivo que achata diferenças, reunindo sob o mesmo sinal de risco expressões sexuais heterogêneas. Quando a moderação não consegue distinguir contexto, comunidades legítimas são empurradas para a invisibilidade.

No BDSM, a dificuldade aumenta porque representações podem incluir instrumentos, marcas corporais e gestos que algoritmos ou observadores externos interpretam como violência. O consentimento, elemento que diferencia radicalmente uma cena de uma agressão, é difícil de inferir de uma imagem isolada. A moderação visual tende, portanto, a

operar por aparência. Isso cria uma injustiça epistemológica: a prática é julgada sem acesso às relações que produzem seu significado.

12.2 O trabalho invisível de limpar a internet

Sarah T. Roberts (2019) demonstrou que a imagem de moderação completamente automatizada esconde trabalhadores que visualizam grandes volumes de conteúdos perturbadores e tomam decisões sob pressão. Reconhecer esse trabalho impede que a crítica às plataformas seja dirigida abstratamente a “algoritmos” como se não houvesse instituições e pessoas. Políticas ambíguas, metas de produtividade e terceirização afetam a qualidade das decisões. Conteúdos BDSM podem chegar a moderadores sem contexto cultural suficiente. Uma imagem de bondage consensual pode parecer indistinguível de violência para quem precisa decidir em segundos. A solução não é simplesmente exigir permissividade total, porque plataformas têm responsabilidade de combater abuso real. O desafio é desenvolver sistemas capazes de considerar contexto, recurso e especialização. Procedimentos de apelação são fundamentais. Quando uma conta educativa ou comunitária é removida, deveria existir caminho inteligível para revisão. Sem transparência, usuários aprendem apenas por tentativa e erro e desenvolvem teorias informais sobre “palavras proibidas” ou “shadowban”. Essa incerteza produz autocensura mesmo quando uma regra não é explicitamente violada.

12.3 Redução de alcance e governo pela incerteza

Nem toda moderação acontece por remoção. Conteúdos podem permanecer acessíveis e ser menos recomendados. Gillespie tem chamado atenção para práticas de redução de circulação de conteúdos limítrofes. Para usuários, o efeito é difícil de distinguir de baixa adesão orgânica. Essa opacidade importa porque influencia comportamentos: criadores alteram linguagem, estética e frequência tentando interpretar um sistema que não conhecem. Taina Bucher (2018) descreve como pessoas desenvolvem um “imaginário algorítmico”, isto é, concepções sobre o funcionamento de sistemas que orientam sua ação. Em comunidades kink, esses imaginários produzem vocabulários substitutos, censura gráfica de palavras e migração para canais privados. Algumas adaptações funcionam; outras se tornam folclore digital. O que importa sociologicamente é que a percepção do algoritmo já possui efeitos, mesmo quando a hipótese sobre seu funcionamento é incorreta.

A incerteza pode funcionar como forma de governo. Se usuários não sabem exatamente o que reduz alcance, tendem a agir de maneira conservadora. Michel Foucault mostrou como poder moderno pode operar menos por proibição direta do que pela produção de condutas. No ambiente de plataforma, esse princípio aparece quando sujeitos antecipam regras e disciplinam a própria expressão.

12.4 Cidadania sexual em território privado

Direitos de expressão não se aplicam de maneira simples a empresas privadas globais. Plataformas possuem termos próprios e usuários

concordam formalmente com eles. Entretanto, quando essas empresas se tornam infraestruturas dominantes de sociabilidade, decisões privadas adquirem consequências públicas. A ideia de cidadania sexual ajuda a formular o problema: pessoas precisam de condições para participar da vida social sem que sua sexualidade legítima seja tratada automaticamente como ameaça. Isso não significa defender direito irrestrito de publicar qualquer conteúdo em qualquer lugar. Públicos possuem diferentes idades e expectativas, e sistemas de classificação etária são legítimos. A questão é proporcionalidade e contextualização. Há diferença entre impedir exposição involuntária de menores e eliminar materiais educativos dirigidos a adultos; entre moderar violência real e apagar representações consensuais; entre regular publicidade e proibir toda presença profissional de trabalhadores sexuais.

A governança justa exigiria critérios claros, mecanismos de recurso e participação de comunidades afetadas na elaboração de políticas. Sem isso, cidadania sexual permanece subordinada a modelos comerciais concebidos para reduzir risco reputacional.

ALGORITMOS E DESIGUALDADES DO DESEJO

13.1 O desejo como problema de ordenação

Aplicativos e redes precisam decidir o que mostrar primeiro. Essa necessidade técnica é também uma decisão cultural. Em ambientes de encontro, a ordenação pode influenciar quem é percebido como disponível, desejável ou relevante. Mesmo quando o algoritmo não “escolhe” parceiros, ele estrutura o campo de percepção. A experiência do desejo passa por uma lista, uma grade, um feed ou uma sequência. Safiya Noble (2018) demonstra como mecanismos de busca podem reproduzir estruturas racistas ao transformar relações sociais em resultados ordenados. Sua crítica não deve ser aplicada mecanicamente a toda plataforma, mas oferece um princípio: classificação técnica nunca é apenas matemática. Dados vêm de sociedades desiguais; objetivos de otimização refletem interesses; categorias carregam história. No BDSM, algoritmos podem organizar recomendações de grupos, pessoas ou conteúdos. A opacidade torna difícil saber se determinadas identidades recebem menos visibilidade. Mais importante do que especular sobre sistemas específicos é reconhecer que a cultura comunitária passa a depender de uma camada de seleção que não controla.

13.2 Popularidade, beleza e feedback cumulativo

Sistemas baseados em engajamento tendem a favorecer aquilo que já recebe atenção. Esse feedback cumulativo pode concentrar visibilidade em poucos perfis. Padrões estéticos dominantes, qualidade de produção e capacidade de manter atividade constante tornam-se vantagens. O

resultado pode ser uma comunidade aparentemente diversa na base e muito homogênea em seu topo visível. Essa concentração afeta aprendizagem. Novatos tendem a encontrar primeiro criadores mais recomendados e podem interpretar sua abordagem como representativa do campo. Se visibilidade fosse distribuída de maneira aleatória, isso seria apenas contingência; quando sistemas recompensam popularidade, transforma-se em estrutura. Diversificar fontes é, portanto, prática epistemológica. O capital simbólico de Bourdieu (1989) encontra aqui uma nova infraestrutura. Prestígio não circula apenas por reconhecimento humano direto; métricas o tornam quantificável e comparável. Número de seguidores pode funcionar como atalho cognitivo para credibilidade. A comunidade precisa aprender a desconfiar desse atalho sem negar que reputação possa conter informação.

13.3 A racialização da recomendação

A discussão sobre raça não pode ser confinada a insultos explícitos. Sistemas de imagem, publicidade e recomendação foram criticados por reproduzir vieses de bases de dados. No campo sexual, o problema se combina a preferências culturalmente racializadas. Corpos negros, asiáticos, indígenas ou racializados podem ser simultaneamente invisibilizados e hipervisibilizados como fetiche. Ariane Cruz (2016) mostra que a sexualização racial não é simplesmente um excesso de atenção; é uma forma de enquadramento que reduz sujeitos a fantasias historicamente produzidas. Em plataformas kink, combater racismo exige mais do que proibir slurs. É necessário discutir como comunidades

tratam cenas racializadas, descrições de preferência e circulação de estereótipos. Algoritmos não podem resolver sozinhos um problema cultural, mas design pode evitar agravá-lo. Opções de denúncia, políticas claras e moderação contextualizada são parte da resposta. A outra parte é pedagógica: desenvolver vocabulário para reconhecer quando “preferência” se torna desumanização.

13.4 Automação, gênero e corpos legíveis

Sistemas automatizados classificam imagens, linguagem e comportamento segundo padrões estatísticos. Corpos e identidades que escapam a padrões dominantes podem ser mal classificados. Pessoas trans e não binárias experimentam esse problema quando formulários, reconhecimento visual ou modelos de publicidade pressupõem binariedade. A questão é mais ampla que erro técnico: envolve quais vidas foram tomadas como padrão durante o desenho. No BDSM, interfaces podem reforçar associações entre gênero e papel quando categorias ou recomendações assumem que homens são dominantes e mulheres submissas. Mesmo que nenhuma regra explícita exista, dados históricos podem reproduzir correlações. A crítica algorítmica precisa observar não apenas discriminação direta, mas expectativas incorporadas à estrutura.

13.5 Otimizar-se para ser desejado

Quando usuários percebem que determinados comportamentos aumentam visibilidade, começam a adaptar-se. Fotografias são produzidas para o feed, textos são ajustados, horários de postagem são escolhidos, tendências são incorporadas. A pessoa aprende a se tornar legível para a

máquina e para a audiência simultaneamente. Esse processo pode ser prazeroso e criativo, mas pode também gerar sensação de que o próprio desejo precisa virar estratégia de conteúdo. A performatividade digital não é nova, porém a quantificação intensifica feedback. Reações oferecem avaliação imediata da apresentação corporal. Pessoas podem descobrir comunidades e aumentar autoestima, mas também internalizar ausência de engajamento como juízo sobre valor pessoal. A educação digital precisa separar visibilidade de dignidade. Algoritmos distribuem atenção; não medem a complexidade de um corpo ou a qualidade de uma relação.

PEDAGOGIAS DO KINK EM REDE

14.1 Aprender o desejo

Desejo não chega acompanhado de manual. Pessoas aprendem a nomear sensações, reconhecer limites e compreender práticas por meio de histórias, imagens, conversas e experiências. O BDSM torna esse caráter aprendido especialmente visível porque possui vocabulários técnicos, protocolos e repertórios comunitários. A internet transformou radicalmente a velocidade de acesso a esses saberes. Antes da conectividade ampla, a aprendizagem podia depender de entrada em círculos locais, livros especializados e contato com veteranos. Hoje, uma busca pode apresentar centenas de explicações em minutos. Essa abundância reduz isolamento, mas cria o problema da curadoria. Informação correta e perigosa aparecem lado a lado; conteúdo teatral pode ser confundido com tutorial; práticas avançadas podem ser imitadas sem compreensão do treinamento necessário. Robert Kozinets (2020), ao desenvolver a netnografia como método para estudar culturas online, mostra que comunidades digitais produzem conhecimento por interação, não apenas por publicação formal. Comentários, discussões e correções fazem parte do processo pedagógico. Para compreender educação BDSM em rede, é necessário observar essa inteligência coletiva sem idealizá-la.

14.2 Oficinas, estúdios e a continuidade entre online e presencial

Workshops constituem uma ponte importante entre informação abstrata e aprendizagem situada. No BDSM, técnicas corporais

frequentemente exigem demonstração, supervisão e prática gradual. Ambientes digitais podem preparar participantes, discutir teoria e ampliar acesso geográfico, mas não substituem necessariamente a experiência incorporada quando o objeto envolve habilidade manual complexa. A ecologia pedagógica inclui estúdios, espaços de workshop, dungeons comerciais, grupos comunitários e fóruns online. Cada ambiente oferece recursos diferentes. O estúdio permite observação corporal; a videoconferência amplia alcance; o fórum preserva discussão; o material gravado permite revisão. Um modelo híbrido reconhece complementaridade em vez de declarar superioridade de um formato. A pandemia tornou essa combinação evidente, mas ela permanece relevante depois dela. Pessoas que vivem longe de grandes centros podem participar de teoria remotamente e viajar apenas para atividades específicas. Pessoas com deficiência podem preferir certos formatos digitais. A pedagogia do kink precisa ser pensada também como problema de acessibilidade territorial.

14.3 Mentoria e autoridade

A figura do mentor possui valor histórico em comunidades BDSM, mas exige problematização. Transmitir experiência pode reduzir risco e preservar memória cultural. Contudo, relações de mentoria podem concentrar poder, sobretudo quando iniciantes acreditam que devem obediência para aprender. Educação e dinâmica erótica não são necessariamente incompatíveis, mas precisam ser distinguidas com clareza. Um educador não adquire consentimento sexual por ensinar; um

mentor não possui direito sobre corpo ou identidade do aprendiz. Quando a pedagogia se mistura a posição dominante, assimetrias precisam ser explicitadas. O risco é transformar conhecimento em moeda para obter submissão. No ambiente digital, mentoria pode ocorrer por mensagens e grupos, ampliando acesso. A distância reduz algumas pressões e cria outras, como disponibilidade contínua. Limites de horário, expectativas de resposta e confidencialidade fazem parte da ética pedagógica.

14.4 O vídeo curto e a simplificação

Plataformas de vídeos breves favorecem mensagens rápidas, visuais e emocionalmente marcantes. Elas podem popularizar conceitos de consentimento e desmistificar BDSM, mas sua forma dificulta explicações longas sobre risco. A lógica de conteúdo precisa de gancho; a segurança precisa de nuance. Essa tensão estrutural não é culpa individual do criador. Educadores desenvolvem estratégias: dividir temas em séries, direcionar para materiais extensos, usar demonstrações simplificadas ou recusar mostrar práticas que possam ser imitadas sem contexto. A responsabilidade não é evitar todo conteúdo, mas calibrar o que pode ser ensinado em cada meio. Marshall McLuhan (1964) tornou célebre a ideia de que o meio participa da mensagem; no caso da educação kink, a duração, o formato e o regime de atenção interferem no que pode ser comunicado com responsabilidade.

14.5 Ciência, experiência e conflito de saberes

Comunidades BDSM produzem conhecimento baseado em experiência, enquanto profissionais de saúde e pesquisadores produzem conhecimento por métodos científicos. Conflitos surgem quando um campo desqualifica o outro. A medicina pode ignorar práticas e patologizar sujeitos; comunidades podem rejeitar evidência por apego a tradição. A melhor resposta é construir diálogo crítico. Haraway (1988) permite compreender que toda produção de conhecimento possui posição. Isso não significa equivalência entre qualquer afirmação. Evidência, método e possibilidade de revisão continuam importantes. Saber situado combina responsabilidade epistêmica e reconhecimento de experiência. Um estudo pode oferecer dados populacionais; um praticante pode descrever nuances que o instrumento não captou. Ambos precisam explicitar limites.

ARQUIVOS DO DESEJO E POLÍTICAS DA MEMÓRIA

15.1 O arquivo que nasce sem intenção

A vida digital produz arquivos continuamente. Mensagens, fotografias, listas de contatos, comentários e registros de eventos acumulam-se mesmo quando ninguém planejou criar uma memória histórica. Para comunidades BDSM, esses materiais podem documentar transformações de linguagem, estética e organização. Ao mesmo tempo, possuem alta sensibilidade e foram produzidos para contextos específicos. Preservar memória e proteger privacidade entram em tensão. Jacques Derrida (1995) mostrou que o arquivo não é mero depósito neutro; arquivar envolve autoridade, seleção e poder. Decidir o que será preservado define parcialmente o que poderá ser lembrado. Culturas sexuais historicamente estigmatizadas sofreram apagamentos documentais, seja por perseguição, vergonha familiar ou precariedade institucional. O digital multiplica registros, mas não garante preservação. Plataformas fecham, links quebram, formatos tornam-se obsoletos e contas são removidas.

15.2 Memória comunitária versus exposição futura

Uma fotografia de evento pode ter valor histórico, mas participantes talvez não desejem que ela seja publicamente identificável décadas depois. A ética do arquivo sexual exige consentimento contextual e capacidade de restringir acesso. Instituições de memória precisam desenvolver protocolos específicos para materiais íntimos, reconhecendo que “tornar disponível” não é sempre sinônimo de democratizar. A questão ganha

urgência com sistemas de busca facial e indexação. Uma imagem antes difícil de associar a uma pessoa pode tornar-se facilmente identificável com novas tecnologias. Consentimento dado em determinado ambiente técnico pode não prever capacidades futuras. Preservar com responsabilidade talvez exija limitar metadados e acesso.

15.3 Plataformas como arquivos precários

Usuários frequentemente tratam redes sociais como arquivo pessoal, mas plataformas não assumem compromisso histórico. Conteúdos podem desaparecer por moderação, falha, encerramento do serviço ou decisão comercial. A dependência de infraestrutura privada torna a memória comunitária vulnerável. Essa precariedade reforça a importância de estratégias distribuídas de preservação: sites próprios, repositórios comunitários, publicações impressas, bibliotecas e coleções institucionais capazes de trabalhar com ética sexual. A materialidade do livro continua relevante justamente porque oferece outra temporalidade diante da volatilidade do feed.

15.4 Captura de tela: memória e violação

A captura de tela é uma tecnologia ambígua. Pode documentar assédio, preservar prova e registrar conteúdo efêmero; pode também romper expectativa de privacidade e transformar conversa íntima em objeto circulável. Não há avaliação ética independente do contexto. Em grupos comunitários, regras sobre screenshots podem funcionar como fronteiras informacionais. A própria possibilidade de captura altera comportamento. Usuários sabem que conteúdos “temporários” podem

ser preservados e desenvolvem autocensura. A efemeridade de interface nunca é garantia absoluta de desaparecimento. Educação digital precisa reconhecer essa realidade sem responsabilizar vítimas por violações.

15.5 Esquecer também é um direito

A cultura do arquivo celebra memória, mas liberdade depende também da possibilidade de mudar. Pessoas abandonam identidades, encerram relações e desejam que determinados rastros percam centralidade. Daniel Solove (2008) discute como a persistência de reputações online pode limitar desenvolvimento pessoal. Para culturas kink, o problema é intenso porque registros sexuais podem ser usados para julgar alguém anos depois. Uma política ética da memória precisa equilibrar valor histórico, interesse público e direito à contextualidade. Nem todo conteúdo que pode ser preservado deve ser tornado permanentemente pesquisável. A memória comunitária não deve depender do sacrifício da autonomia individual. O encerramento desta parte permite perceber que poder de plataforma não se exerce apenas por proibição. Ele organiza quem aparece, quem aprende, quem consegue trabalhar e o que será lembrado. A próxima parte desloca o foco para formas de comunidade e afeto que emergem apesar — e por meio — dessas infraestruturas, preparando a discussão sobre futuros do desejo conectado.



PÚBLICOS ÍNTIMOS: PERTENCER SEM ESTAR NO MESMO LUGAR

16.1 Comunidade não é apenas proximidade

A palavra comunidade costuma evocar vizinhança, convivência prolongada e partilha de um território físico. As culturas digitais mostraram que esses elementos não são condições necessárias para todo pertencimento, embora continuem importantes em muitas situações. Pessoas podem desenvolver memória coletiva, confiança, conflito, linguagem própria e senso de responsabilidade sem viver na mesma cidade. O BDSM em rede oferece um exemplo particularmente expressivo porque participantes frequentemente chegam às comunidades antes de conhecer qualquer pessoa presencialmente. A primeira experiência de pertencimento pode nascer da descoberta de que um desejo possui nome e de que existem outros capazes de compreendê-lo sem julgamento. Jessa Lingel (2017), ao estudar contraculturas digitais, mostra como grupos marginalizados utilizam tecnologias para sustentar comunidade e, ao mesmo tempo, enfrentam tensões entre seus valores e as arquiteturas das plataformas. A noção de contracultura é útil para o BDSM porque pertencimento não depende apenas de compartilhar práticas; envolve desenvolver códigos sobre consentimento, reputação, estética e segurança. Esses códigos podem variar muito entre grupos, mas sua existência diferencia comunidade de mera agregação de perfis.

O espaço conectado permite uma forma de proximidade baseada em repetição. Ver os mesmos nomes em debates, acompanhar

transformações de alguém, reconhecer estilos de escrita e participar de rituais coletivos cria familiaridade. Essa familiaridade é corporal mesmo sem toque: vozes tornam-se reconhecíveis, fotografias adquirem história, ausências são percebidas. A presença é construída temporalmente. Contudo, comunidades online também podem produzir sensação enganosa de intimidade. Ler conteúdos pessoais de alguém durante anos não significa que exista relação recíproca. A cultura de criadores intensifica essa assimetria quando seguidores sentem conhecer profundamente uma pessoa que não os conhece individualmente. Para o BDSM, onde confiança pode transbordar para encontros presenciais, distinguir familiaridade mediada de vínculo efetivo é importante.

16.2 Públicos em rede e códigos de reconhecimento

A definição de boyd (2010) de públicos em rede ajuda a compreender ambientes em que pessoas se reúnem em torno de práticas e discursos. Esses públicos possuem propriedades técnicas que alteram circulação: conteúdo pode persistir, ser replicado, alcançar escalas imprevistas e ser encontrado por busca. Comunidades BDSM desenvolveram códigos justamente para administrar essas propriedades. Siglas, símbolos, eufemismos e vocabulários internos permitem reconhecimento entre iniciados e reduzem legibilidade para públicos externos. O código, entretanto, não é apenas proteção. Ele cria prazer de pertencimento. Reconhecer uma referência pode produzir a sensação de entrar em um espaço compartilhado; usar determinado termo sinaliza aprendizado. Gary Alan Fine (2012) utiliza a noção de idiocultura para

descrever sistemas de conhecimento e costumes próprios de pequenos grupos. No BDSM digital, idioculturas podem surgir em grupos locais, fóruns e comunidades de prática, mesmo dentro de uma cultura kink mais ampla.

Essa pluralidade explica por que conflitos sobre “a forma correta” de praticar são tão recorrentes. Normas aprendidas em uma comunidade podem não existir em outra. Protocolos leather, tradições de rope, dinâmicas D/s, práticas queer e grupos de iniciantes possuem histórias distintas. A internet aproxima repertórios que antes poderiam permanecer separados, aumentando tanto possibilidade de aprendizagem quanto choque normativo.

16.3 O fórum como praça, escola e arquivo

Fóruns possuem uma característica distinta dos feeds: organizam conversa por tópicos e preservam encadeamentos. Essa arquitetura favorece memória discursiva. Uma pergunta de iniciante pode ser respondida por várias pessoas, contestada, atualizada e consultada anos depois. O fórum funciona simultaneamente como praça, escola e arquivo. A centralidade de fóruns diminuiu em parte com a ascensão de redes de feed e mensageria, mas sua lógica permanece em plataformas como Reddit e comunidades especializadas. A diferença importa pedagogicamente. Feeds privilegiam novidade; fóruns permitem recuperar discussão antiga. Quando uma cultura depende de transmissão de conhecimento, a arquitetura que preserva contexto é um recurso comunitário. A desvantagem é que arquivos antigos podem congelar

informações obsoletas e preservar conflitos. Novatos podem encontrar conselhos superados sem perceber data e contexto. Uma comunidade precisa cultivar manutenção de sua memória, atualizando materiais e marcando mudanças de consenso.

16.4 Pequenos grupos, densidade afetiva

Grandes plataformas oferecem alcance; pequenos grupos oferecem possibilidade de densidade. Chats fechados, servidores privados e grupos de mensagem podem sustentar relações nas quais participantes acompanham o cotidiano uns dos outros. A ausência de métricas públicas reduz a competição por visibilidade e pode favorecer conversas mais longas. No entanto, grupos pequenos também podem se tornar insulares, concentrar poder em administradores e dificultar entrada de pessoas novas. A densidade afetiva não é automaticamente ética. Intimidade coletiva pode aumentar pressão para conformidade, criar medo de exclusão e tornar denúncias difíceis quando acusado e moderadores são amigos. A sensação de “família” é especialmente ambígua: pode produzir cuidado e, ao mesmo tempo, desestimular crítica. Comunidades maduras precisam reconhecer que vínculo afetivo não substitui procedimentos.

16.5 Solidão, descoberta e primeira entrada

Muitas pessoas chegam ao BDSM digital em situação de isolamento. Podem acreditar que seu desejo é raro, vergonhoso ou incompatível com uma vida afetiva saudável. Encontrar relatos semelhantes pode produzir alívio profundo. Essa experiência de reconhecimento é uma das dimensões mais importantes da internet para sexualidades minoritárias. O

primeiro contato, porém, é também momento de vulnerabilidade. Novatos desconhecem vocabulário, normas e sinais de risco. Pessoas mal-intencionadas podem explorar a insegurança apresentando suas preferências pessoais como regras universais. A comunidade tem responsabilidade pedagógica especial com quem chega. Dizer “todo submisso deve fazer isso” ou “um verdadeiro dominante nunca aceita aquilo” transforma tradição inventada em instrumento de controle. A pluralidade deveria ser ensinada desde o início. Existem muitas formas de viver BDSM, e nenhuma identidade obriga uma pessoa a ultrapassar limites. Essa afirmação simples é uma tecnologia de autonomia.

AFETO, EXPECTATIVA E O RITMO DA CONEXÃO

17.1 O desejo entre a notificação e o silêncio

Tecnologias de comunicação reorganizam tempo. A notificação anuncia presença potencial; o indicador de digitação cria expectativa; o status de leitura informa que uma mensagem chegou ao olhar do outro; a ausência de resposta torna-se dado. Jason Farman (2018), ao estudar a história cultural da espera em comunicações, mostra que atraso não é mero defeito do meio. A distância temporal entre envio e resposta participa do significado. No BDSM digital, essa espera pode ser parte do jogo relacional ou fonte de ansiedade, dependendo do acordo. A diferença entre expectativa erótica e manipulação está no consentimento e no contexto. Uma dinâmica pode incorporar períodos de silêncio negociados; outra pessoa pode sofrer com ghosting inesperado. O mesmo fenômeno técnico adquire sentidos opostos. Por isso, não é possível interpretar comportamento digital sem compreender a relação que o organiza.

Susanna Paasonen (2011) oferece uma teoria do afeto digital capaz de explicar por que interfaces mobilizam o corpo. Imagens e ritmos de navegação produzem intensidades antes mesmo de uma reflexão consciente. O desejo conectado emerge em pequenos eventos: vibração do telefone, aparecimento de um nome, repetição de uma fotografia, antecipação de uma chamada. A erotização não está confinada ao conteúdo explicitamente sexual.

17.2 Assincronia e continuidade da dinâmica

Em relações D/s à distância, a assincronia pode criar sensação de continuidade. Uma regra acordada pela manhã permanece significativa quando os participantes estão ocupados em outras atividades; uma tarefa pode ser executada sem comunicação em tempo real; uma mensagem posterior registra experiência. O poder relacional se distribui ao longo do dia. Essa continuidade precisa ser compatível com vida cotidiana. Trabalho, estudo, cuidado familiar e descanso não desaparecem porque existe dinâmica BDSM. Expectativas de resposta imediata podem transformar intimidade em vigilância. Uma relação ética distingue ritual consensual de disponibilidade compulsória. A cultura do smartphone dificulta essa fronteira porque o dispositivo acompanha o sujeito quase continuamente. A possibilidade técnica de contato pode ser interpretada como obrigação. Nancy Baym (2015) lembra que normas comunicacionais são construídas socialmente; casais e comunidades desenvolvem expectativas específicas sobre frequência e meio. Torná-las explícitas reduz conflito.

17.3 Intensidade e fadiga

Conectividade constante pode intensificar vínculos rapidamente. Mensagens extensas durante dias criam sensação de conhecimento profundo; compartilhamento de fantasias acelera intimidade; videoconferências ocupam horas. Essa intensidade pode ser prazerosa, mas também produzir fadiga. A experiência digital favorece uma compressão temporal na qual etapas de confiança parecem acontecer em

velocidade maior. Atenção é recurso limitado. Relações que exigem monitoramento contínuo podem tornar-se exaustivas, especialmente quando uma pessoa sente que deve performar papel o tempo inteiro. O BDSM não precisa ocupar todos os minutos de uma vida para ser significativo. Limites temporais são limites legítimos. A fadiga também afeta moderadores e educadores. Receber denúncias, responder perguntas e administrar conflitos pode gerar burnout. Comunidades dependem de trabalho emocional muitas vezes voluntário. Sustentabilidade exige divisão de tarefas, pausas e reconhecimento de limites de quem cuida.

17.4 A espera como ritual

Rituais organizam tempo e tornam momentos significativos. Victor Turner (1969) mostrou como processos rituais criam zonas liminares nas quais ordens cotidianas são temporariamente suspensas. No BDSM, rituais podem marcar início e fim de uma cena ou dinâmica. Em ambientes conectados, a espera pode funcionar como limiar: aguardar uma mensagem, preparar-se para uma chamada ou cumprir uma regra cria passagem entre cotidiano e espaço erótico. O ritual não depende de grandiosidade. Uma palavra específica, uma mudança de nome ou um horário combinado pode produzir atmosfera. A interface torna-se cenário mínimo. Essa capacidade explica por que relações digitais podem possuir densidade simbólica mesmo quando visualmente parecem apenas troca de texto.

17.5 Desconexão como limite e cuidado

Uma cultura que celebra conexão tende a tratar desligamento como falha. Jenny Sundén (2018) discute desconexões queer como experiências afetivas que podem recusar a obrigação de disponibilidade. Para o BDSM digital, desconectar pode ser medida de segurança, descanso ou preservação de contexto. Bloquear alguém não é necessariamente agressão; pode ser exercício de limite. A possibilidade de sair precisa permanecer tecnicamente e relacionalmente acessível. Uma dinâmica que transforma bloqueio ou desligamento em prova de deslealdade pode capturar a pessoa em disponibilidade não consentida. O poder consensual é diferente porque a saída continua existindo, mesmo quando o jogo encena sua suspensão.

AFETO PÚBLICO, VERGONHA E RECONHECIMENTO

18.1 Vergonha sexual e visibilidade

A vergonha é uma emoção social: pressupõe olhar real ou imaginado de outros. Sexualidades estigmatizadas são terreno fértil para sua produção porque sujeitos aprendem que determinados desejos os colocariam fora da norma. O encontro com comunidades pode transformar vergonha em reconhecimento. Ver pessoas falando com naturalidade sobre BDSM desloca a sensação de isolamento e oferece repertório para uma narrativa menos patologizante de si. Sara Ahmed (2004) mostra que emoções não pertencem simplesmente ao interior dos indivíduos; circulam entre corpos e signos, organizando aproximações e afastamentos. No digital, essa circulação é visível em reações coletivas, comentários, memes e campanhas. Uma comunidade pode produzir orgulho e cuidado, mas também vergonha interna ao ridicularizar iniciantes, corpos ou práticas consideradas pouco sofisticadas. A luta contra estigma externo não garante ausência de hierarquias internas. Grupos marginalizados também definem fronteiras de respeitabilidade. Certas formas de BDSM podem ser apresentadas como “educadas” e outras como excessivas; profissionais do sexo podem ser distanciados para proteger imagem pública; práticas associadas a classes populares podem ser desvalorizadas. A política sexual precisa observar quem paga o preço da respeitabilidade.

18.2 O olhar mainstream e a domesticação do fetiche

A incorporação de estética BDSM pela cultura de massa produz uma forma paradoxal de reconhecimento. Couro, coleiras, correntes e referências à dominação aparecem em videocliques, moda e publicidade, mas frequentemente esvaziados de sua ética relacional. O fetiche torna-se estilo; consentimento e comunidade desaparecem. Essa domesticação pode reduzir estranhamento e ampliar repertório visual, mas também reforçar equívocos. Pessoas conhecem imagens de BDSM antes de conhecer seus debates sobre negociação. Obras populares podem representar controle coercitivo como romance e chamar isso de BDSM. A comunidade precisa então realizar trabalho pedagógico para separar fantasia midiática de prática consensual. Paasonen (2018) argumenta que sexo e brincadeira contemporâneos se articulam a estéticas e afetos que circulam amplamente. O problema não é circulação em si, mas assimetria de poder entre quem lucra com signos kink e quem continua sujeito a censura por vivê-los.

18.3 Orgulho, reconhecimento e o limite da visibilidade

Políticas LGBTQIA+ mostraram a potência histórica da visibilidade para combater silêncio e discriminação. Parte das comunidades BDSM adota estratégias semelhantes, reivindicando direito à expressão consensual. Entretanto, a analogia precisa ser usada com cuidado: kink não é equivalente a orientação sexual ou identidade de gênero, e nem todos os praticantes desejam transformá-lo em identidade pública. Sundén (2024) oferece alternativa ao imperativo de sair do armário ao

valorizar obscuridade. Uma política sexual emancipatória pode defender simultaneamente o direito de aparecer e o direito de não ser totalmente legível. Reconhecimento não deveria exigir exposição integral. Esse princípio é particularmente importante em sociedades marcadas por desigualdades. Pessoas com estabilidade profissional e redes de apoio podem assumir riscos de visibilidade que outras não podem. A política do orgulho precisa evitar transformar privilégio de aparecer em obrigação moral.

18.4 Humor, memes e cultura interna

Humor é uma das formas mais potentes de produção comunitária online. Memes traduzem experiências, satirizam estereótipos e criam reconhecimento rápido. No BDSM, piadas sobre negociação, papéis e situações cotidianas podem fortalecer pertencimento. Ao mesmo tempo, humor pode normalizar comportamentos problemáticos ou humilhar grupos. Paasonen, Jarrett e Light (2019) analisam a proximidade entre sexo, humor e risco nas redes. O humor atravessa fronteiras porque depende de contexto compartilhado. Quando um meme kink sai de seu público original, pode ser lido literalmente; quando uma piada sobre consentimento banaliza violação, o problema não desaparece por ser humor. A cultura interna precisa manter capacidade de rir de si sem transformar vulnerabilidade em alvo. Humor pode ser pedagogia, mas não substitui responsabilidade.

18.5 Reconhecimento sem homogeneização

O desejo de reconhecimento pode produzir busca por uma imagem unificada da comunidade: responsável, segura, educada, diversa. Essa imagem tem valor político diante de estereótipos patologizantes, mas nenhuma comunidade real é tão coerente. Existem conflitos, práticas diferentes, pessoas éticas e pessoas abusivas. Reconhecer complexidade é mais honesto do que fabricar respeitabilidade. Gayle Rubin (1984) ensinou que política sexual cria hierarquias e pânico morais. Combater essas hierarquias exige defender direitos sem afirmar que toda prática é igualmente desejável para todos. O princípio deve ser autonomia entre adultos, consentimento, redução de danos e possibilidade de crítica. Essa parte encerra a discussão das formas de pertencimento e prepara uma mudança de escala. Os capítulos seguintes examinam tecnologias emergentes, inteligência artificial, mundos imersivos e futuros possíveis. O objetivo não será prever aparelhos, mas perguntar quais relações de poder se tornam visíveis quando o desejo depende cada vez mais de sistemas que simulam presença, aprendem padrões e produzem respostas.



19 — MUNDOS IMERSIVOS, AVATARES E CORPOS SINTÉTICOS

19.1 A presença que não depende de semelhança

Ambientes imersivos ampliam um problema que já estava presente em perfis e jogos online: um corpo digital não precisa representar fielmente o corpo físico de quem o controla. Avatares podem alterar gênero, idade aparente, proporções, espécie, materialidade e até abandonar a forma humana. Essa plasticidade possui implicações importantes para sexualidade e BDSM porque permite experimentar posições corporais e identidades que, fora do ambiente, seriam impossíveis ou indesejadas. A questão não é perguntar qual corpo é “verdadeiro”, mas como diferentes formas de corporeidade participam da experiência subjetiva. Donna Haraway (1991), ao utilizar a figura do ciborgue, questiona fronteiras rígidas entre organismo e máquina. Sua proposta não era uma previsão de realidade virtual, mas oferece linguagem para pensar identidades híbridas. O usuário imersivo é um corpo físico conectado a sensores, um ponto de vista calculado por software e uma figura visível para outros. Esses elementos não se somam de maneira neutra; produzem uma nova situação corporal.

No BDSM virtual, avatares podem encenar restrição, transformação, hierarquia e ritual sem reproduzir diretamente riscos físicos. Isso não significa ausência de efeitos. Humilhação, exclusão, exposição e coerção podem produzir sofrimento mesmo quando nenhum corpo físico é

tocado. A segurança precisa acompanhar o regime de experiência, e não apenas a presença de dano material visível.

19.2 Haptics e o retorno do toque

Tecnologias hápticas procuram traduzir eventos digitais em sensação tátil. Coletes, luvas e dispositivos íntimos conectados podem sincronizar estímulos com ações de outra pessoa ou com sistemas automatizados. A promessa de “retorno do toque” é enganosa se entendida como reprodução perfeita. O que surge é outro tipo de toque, mediado por sensores, atuadores e software. Don Ihde (1990) permite compreender que tecnologias transformam a relação entre percepção e mundo. Uma mediação não entrega experiência intacta; ela produz amplificação e redução. O toque háptico pode atravessar distância, mas depende de calibragem e possui repertório sensorial limitado. Sua novidade está justamente nessa combinação entre proximidade afetiva e distância física. Para o BDSM, dispositivos conectados tornam urgente a segurança por desenho. Controle remoto precisa coexistir com interrupção local; falhas de conexão não podem aprisionar o usuário em uma ação; sistemas devem minimizar coleta de dados sensíveis. A fantasia de entrega não pode ser usada como justificativa para retirar mecanismos técnicos de saída.

19.3 Avatares, raça e gênero

A liberdade de escolher aparência não elimina política de representação. Avatares utilizam bibliotecas de pele, cabelo, corpos e roupas desenhadas por alguém. Opções consideradas padrão refletem

culturas específicas. Usuários podem explorar identidades, mas também praticar caricaturas raciais ou fetichização. Lisa Nakamura (2008) mostrou há muito que identidades digitais não existem fora da história racial. Questões de gênero seguem caminho semelhante. Ambientes imersivos podem oferecer experimentação libertadora para pessoas trans e não binárias, permitindo vivenciar formas corporais desejadas. Porém, sistemas de voz, gestos e reconhecimento podem reintroduzir classificações rígidas. A emancipação potencial de uma tecnologia depende da arquitetura que a sustenta.

19.4 Violação e distância ontológica

Quando alguém viola limites em um mundo virtual, respostas externas às vezes minimizam o episódio porque “nada aconteceu de verdade”. Essa formulação ignora que experiência é mediada corporalmente. Assédio verbal em uma chamada é real; exposição de imagem digital é real; perseguição entre ambientes pode ser real. A gravidade varia, mas não depende de contato físico para existir. Uma teoria ética do BDSM virtual precisa distinguir jogo consensual de abuso exatamente como no presencial, considerando as particularidades do meio. A possibilidade de remover avatar, bloquear usuário e sair do ambiente é importante, mas não transfere responsabilidade da violação para a vítima. Sistemas imersivos deveriam oferecer ferramentas de limite acessíveis sem exigir abandono total do espaço.

20 — INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INTIMIDADE SINTÉTICA

20.1 Quando a resposta é produzida por um modelo

Sistemas de inteligência artificial capazes de manter conversas, gerar imagens e simular personagens introduzem um novo tipo de interlocutor na vida íntima. A pessoa sabe, em diferentes graus, que interage com software, mas pode atribuir personalidade, continuidade e significado afetivo à relação. O fenômeno não deveria ser ridicularizado nem confundido com reciprocidade humana. O ponto analítico é compreender como linguagem responsiva produz sensação de presença. No BDSM, modelos podem ser configurados para assumir personagens dominantes, submissos ou instrucionais. Isso cria possibilidades de fantasia privada e exploração de linguagem, mas também riscos. Um sistema pode fornecer informações perigosas, reforçar estereótipos ou incentivar dependência. A autoridade aparente da linguagem fluente não é prova de conhecimento técnico. A educação crítica precisa destacar que modelos geram respostas a partir de padrões e políticas de sistema, não possuem experiência corporal nem capacidade humana de avaliar sinais físicos. Utilizá-los como substitutos de supervisão em práticas de risco seria inadequado. Sua contribuição mais segura está no campo narrativo, reflexivo e educativo quando informações são verificadas.

20.2 Consentimento pode existir com uma máquina?

A pergunta é conceitualmente difícil porque consentimento pressupõe sujeito capaz de vontade, compreensão e recusa. Sistemas

atuais não possuem essas condições no sentido humano. Dizer que uma IA “consente” é metáfora de interface. O usuário pode configurar limites do personagem, mas esses limites expressam escolhas de designers e parâmetros, não autonomia moral da máquina. Isso não torna irrelevante a ética da interação. A maneira como pessoas treinam comportamentos em ambientes sintéticos pode participar de repertórios culturais, e conteúdos gerados podem representar pessoas reais sem autorização. A questão desloca-se do consentimento da máquina para o consentimento dos humanos cujos dados, imagens ou identidades são utilizados.

20.3 Deepfakes e a expropriação da imagem

Geração de imagens e vídeos realistas tornou mais fácil produzir representações sexuais de pessoas sem participação delas. O dano não depende de a imagem registrar um evento real. Associar rosto identificável a conteúdo BDSM ou pornográfico pode produzir exposição, assédio e prejuízo reputacional. A violação está na apropriação não consentida da identidade visual. Esse problema revela que consentimento digital precisa abranger síntese, não apenas cópia. Uma pessoa pode nunca ter produzido imagem íntima e ainda assim ser colocada artificialmente em uma. Leis, plataformas e comunidades precisarão desenvolver mecanismos rápidos de contestação e remoção. A cultura BDSM possui interesse particular em defender essa fronteira porque representações de dominação podem ser usadas para humilhar pessoas públicas, especialmente mulheres. A linguagem do kink não deve servir de álibi para violência imagética.

20.4 IA como curadora do desejo

Sistemas de recomendação já participam da descoberta de conteúdos; modelos generativos ampliam essa função ao criar materiais personalizados. Em vez de escolher entre imagens existentes, usuários podem solicitar fantasias sob medida. Isso altera mercados eróticos, autoria e aprendizagem do desejo. A personalização pode reduzir barreiras para fantasias minoritárias, mas pode também criar circuito fechado no qual preferências são continuamente reforçadas. Desejo humano é relacional e surpreendente; sistemas que otimizam satisfação imediata podem reduzir encontros com diferença. A questão não é moralizar fantasia, mas observar como infraestruturas de personalização moldam repertórios.

SEXTECH, DADOS BIOMÉTRICOS E CIBERSEGURANÇA ÍNTIMA

21.1 Quando o dado mede o corpo

Relógios, sensores e dispositivos íntimos podem registrar frequência cardíaca, movimento, padrões de uso e respostas fisiológicas. A incorporação de biometria à sexualidade transforma sensações em dados. Esse processo promete autoconhecimento, personalização e integração com parceiros, mas cria arquivos extremamente sensíveis. A biopolítica de Foucault ajuda a pensar a transformação de vida corporal em objeto de conhecimento e gestão. No digital, medidas que antes exigiam ambientes especializados tornam-se cotidianas. A pergunta política é quem interpreta esses dados, onde são armazenados e para quais finalidades secundárias podem ser usados. No BDSM, biometria poderia ser apresentada como ferramenta de monitoramento de uma cena, mas nenhum sensor substitui comunicação. Frequência cardíaca elevada, por exemplo, possui múltiplos significados. A tentação de transformar corpo em painel de controle produz falsa objetividade. Dados são sinais situados.

21.2 Segurança da informação como cuidado corporal

Quando um dispositivo conectado produz estímulo físico, vulnerabilidade de software torna-se vulnerabilidade corporal. Senhas fracas, falhas de autenticação e servidores inseguros deixam de ser apenas problemas de privacidade. A segurança digital precisa ser incorporada à redução de danos. Isso exige colaboração entre campos que raramente

conversam: educação sexual, design, cibersegurança e estudos de plataforma. Fabricantes deveriam adotar criptografia, atualizações responsáveis e controle local; usuários precisam receber informação compreensível. O ônus não pode ser colocado exclusivamente sobre consumidores.

21.3 O direito ao funcionamento offline

Uma das formas mais simples de reduzir dependência é preservar funções locais. Dispositivos que exigem conta permanente, conexão com servidor e aplicativo proprietário podem tornar-se inutilizáveis quando empresas encerram serviços. Em objetos íntimos, essa dependência é especialmente problemática. O direito ao funcionamento offline também é questão de privacidade. Nem toda ação corporal precisa ser transmitida. A conectividade deveria ser escolha funcional, não condição para uso básico. Essa perspectiva recupera autonomia material diante da tendência de transformar objetos em pontos de coleta de dados.

POR UMA ÉTICA TERRITORIAL DO BDSM DIGITAL

22.1 Consentimento, cuidado e infraestrutura

Ao longo deste livro, consentimento apareceu em três escalas. Na primeira, é relação entre pessoas: autorização situada, revogável e informada. Na segunda, é condição comunitária: normas de reputação, moderação e cuidado que permitem participação. Na terceira, é questão infraestrutural: coleta de dados, arquitetura de saída e poder das plataformas. Uma ética territorial precisa manter essas escalas articuladas. A expressão “territorial” lembra que escolhas acontecem em ambientes produzidos. Não basta responsabilizar indivíduos se a arquitetura favorece exposição, acelera intimidade ou dificulta denúncia. Também não basta criticar plataformas se comunidades toleram abuso. Ética é ecologia de responsabilidades distribuídas, embora não equivalentes. Joan Tronto (1993) oferece uma gramática do cuidado capaz de integrar atenção, responsabilidade, competência e responsividade. Aplicada ao digital, ela pergunta se sistemas percebem necessidades dos usuários, quem assume obrigação de responder, se possui capacidade para fazê-lo e se escuta os efeitos de sua ação. Esse modelo desloca o debate da intenção para a prática.

22.2 O direito à obscuridade

A política moderna da sexualidade valorizou visibilidade como instrumento de reconhecimento. Essa conquista permanece importante, mas o digital tornou visibilidade um recurso explorável. Dados podem ser agregados, imagens indexadas e públicos combinados. Nesse cenário, o

direito à obscuridade proposto no diálogo com Sundén (2024) torna-se componente da autonomia. Obscuridade não é clandestinidade obrigatória. É capacidade de regular legibilidade. Uma pessoa pode desejar falar abertamente em uma comunidade e não ser encontrada por busca geral; pode usar pseudônimo reconhecido entre pares; pode participar de eventos sem permitir fotografias. A arquitetura ética deveria oferecer gradações, não apenas escolha binária entre exposição total e silêncio.

22.3 O direito de migrar e levar a própria história

Dependência de plataforma cria vulnerabilidade quando usuários não conseguem exportar contatos, arquivos ou conteúdos. Uma ética territorial inclui portabilidade e interoperabilidade. Quem construiu anos de memória deveria ter meios razoáveis de preservá-la e migrar. Esse princípio encontra resistência em modelos de negócio baseados em lock-in, nos quais valor cresce com dificuldade de saída. Para comunidades estigmatizadas, a portabilidade é também segurança: se uma política muda, não deveriam perder todo o território social que construíram.

22.4 O direito a comunidades imperfeitas

Nenhuma arquitetura produzirá comunidade sem conflito. A busca por “espaço 100% seguro” pode criar promessa impossível e silenciar problemas para preservar imagem. Mais honesto é construir espaços responsáveis: regras claras, capacidade de resposta, aprendizagem e reconhecimento de limites. O BDSM oferece contribuição singular ao debate mais amplo sobre ética digital porque desenvolveu vocabulário

explícito para negociar poder. A sociedade cotidiana está repleta de assimetrias que raramente são nomeadas; na cena consensual, poder pode ser discutido antes de ser exercido. Essa consciência não torna comunidades BDSM moralmente superiores, mas oferece ferramentas úteis para pensar relações mediadas.

22.5 Uma geografia do limite

Geografia é, em parte, estudo de limites: fronteiras, distâncias, acessos e escalas. O BDSM também é cultura do limite, não porque exista para ultrapassá-lo sempre, mas porque o torna objeto explícito de conversa. O encontro entre ambos nos espaços digitais revela uma política do limiar. Quem pode entrar? Quem pode ver? Até onde um comando vale? Quando uma imagem pode circular? Quando a plataforma intervém? Onde termina uma persona e começa outra esfera da vida? Responder a essas perguntas exige abandonar respostas universais e construir princípios situados. Consentimento, reversibilidade, contexto, cuidado, privacidade, acessibilidade e accountability formam uma base. A tecnologia pode apoiar ou dificultar esses princípios. O futuro do BDSM digital não será determinado por dispositivos; será produzido pelas relações entre pessoas, comunidades, empresas, leis e infraestruturas que disputam a forma do desejo.



FETLIFE E A FORMA REDE DO KINK

23.1 Uma plataforma como objeto cultural

FetLife tornou-se um dos exemplos mais conhecidos quando pesquisas acadêmicas discutem a relação entre BDSM e internet. Seu interesse analítico não depende de tratá-lo como representação total da cultura kink. Ao contrário, a plataforma é útil justamente porque evidencia como uma comunidade sexual se reorganiza quando interesses, relações e debates são inscritos em uma arquitetura de rede social. Liam Wignall (2023), ao examinar o papel da internet nas pesquisas sobre BDSM, mostra como sites especializados passaram a ocupar posição central tanto na vida comunitária quanto nas estratégias metodológicas de pesquisadores. Essa centralidade exige cautela: o fato de uma plataforma ser acessível à pesquisa não significa que seus usuários sejam amostra de todos os praticantes. A forma de rede produz uma diferença em relação a sites estritamente voltados ao encontro. Relações não precisam ser reduzidas a pares românticos ou sexuais; usuários podem circular por grupos, debates e eventos, acompanhar pessoas sem intenção de contato íntimo e construir presença pública. O BDSM aparece como cultura social, não apenas preferência sexual. Essa distinção corrige parte do olhar midiático que costuma representar kink como conjunto de atos privados desconectados de comunidade.

Ao mesmo tempo, qualquer rede especializada cria seu próprio efeito de normalização. Vocabulários disponíveis, estilos de fotografia, debates recorrentes e hierarquias de atenção influenciam o que usuários percebem

como BDSM legítimo. Uma pessoa que aprende exclusivamente em determinado ambiente pode tomar convenções locais como universais. A plataforma funciona como lente: amplia alguns aspectos e deixa outros nas margens.

23.2 Grupos, conhecimento e conflito

Grupos temáticos são particularmente importantes para aprendizagem porque permitem discussão de práticas, identidades, regiões e interesses. Eles funcionam como comunidades interpretativas no sentido de Stanley Fish (1980): o significado de termos e comportamentos é construído coletivamente, segundo convenções compartilhadas. Uma mesma palavra pode ter conotações distintas em grupos diferentes, e novatos aprendem não apenas definições, mas modos de argumentar. O conflito faz parte dessa pedagogia. Debates sobre consentimento, protocolos, relações 24/7, idade, profissionalização e identidade revelam que o BDSM não possui autoridade central. A pluralidade pode ser desconfortável para quem busca regras claras, mas é sinal de uma cultura viva. O problema surge quando disputa de interpretação é convertida em desqualificação pessoal ou quando prestígio impede contestação. Em redes grandes, moderação local pode produzir microterritórios com normas diversas. Um grupo rigorosamente moderado oferece experiência distinta de outro permissivo. O usuário habita simultaneamente a plataforma e comunidades internas. Essa escala múltipla confirma a ideia de multiterritorialidade de Haesbaert (2004):

pertencer ao mesmo site não significa compartilhar o mesmo território moral.

23.3 Eventos e a ponte para o presencial

Uma das funções historicamente relevantes de redes kink é divulgar encontros, munches, festas e workshops. O evento digitalmente anunciado reorganiza geografia presencial ao tornar visível uma cena que, sem a plataforma, permaneceria difícil de localizar. A conexão entre tela e cidade demonstra a insuficiência da oposição online/offline. O anúncio é também um dispositivo de confiança. Ver quem pretende participar, conhecer organizadores e consultar discussões reduz parte da incerteza. Contudo, visibilidade pública de presença pode expor usuários. A gestão de listas e confirmação precisa considerar que participar de um evento sexual ou fetichista é informação sensível.

23.4 A reputação que não cabe em números

Redes sociais tendem a tornar conexões quantificáveis. É tentador converter antiguidade, número de contatos e atividade em sinais de experiência. Essa inferência precisa ser resistida. Staci Newmahr (2011), ao estudar uma comunidade sadomasoquista, mostra como risco, intimidade e pertencimento são produzidos em interações densas que não podem ser reduzidas a métricas. A reputação digital é útil quando tratada como pista, não como certificado. Um perfil ativo pode mostrar coerência pública, mas não revela todas as experiências privadas. Comunidades maduras combinam informação de rede com negociação atual.

DARKSIDE E A POLÍTICA DA OBSCURIDADE

24.1 Regionalidade como força

A plataforma sueca Darkside ganhou interesse acadêmico por oferecer um caso no qual língua, cultura regional e sexualidade kink se articulam. Jenny Sundén (2024) realizou estudo etnográfico sobre o ambiente, enquanto Sundén, Paasonen, Tiidenberg e Vihlman (2024) o analisaram dentro de uma discussão mais ampla sobre geografias regionais de mídias sociais sexuais. O caso é especialmente útil para romper a tendência de tratar plataformas estadunidenses como modelo universal da internet. Regionalidade pode parecer limitação em comparação com grandes redes globais, mas oferece vantagens comunitárias. A língua compartilhada, a relação com eventos locais e a proximidade entre redes digitais e presenciais produzem densidade. Usuários não estão simplesmente “online”; participam de uma geografia sexual localizada. Essa localização reforça um argumento central deste livro: internet não apaga lugar. Plataformas regionais podem se tornar infraestruturas de cena precisamente porque se conectam a cidades, calendários, normas culturais e redes de confiança específicas.

24.2 Obscuridade em vez de transparência

Sundén (2024) desenvolve a ideia de obscuridade kink para pensar uma política além da visibilidade plena. A contribuição é importante porque grande parte do imaginário emancipatório digital foi construído em torno de aparecer: produzir representação, reivindicar reconhecimento e tornar-se publicamente identificável. Para práticas

estigmatizadas, aparecer pode ser libertador e perigoso ao mesmo tempo. Obscuridade não significa desaparecer. Significa tornar-se inteligível de maneira seletiva. Um ambiente pode ser facilmente acessível para quem procura deliberadamente por cultura kink e permanecer relativamente opaco para públicos casuais. Essa arquitetura é semelhante a uma porta sem placa chamativa: não impede entrada, mas exige intenção. Em tempos de indexação total, a obscuridade se torna recurso político. Ela protege o direito de participar sem transformar toda ação em identidade pública permanente. A ideia pode orientar design de plataformas: limitar indexação externa, oferecer controles finos de visibilidade, permitir pseudônimos e evitar sugestões de contatos entre contextos incompatíveis.

24.3 O valor de uma plataforma que não quer ser tudo

Empresas de tecnologia frequentemente perseguem crescimento máximo. Plataformas sexuais regionais mostram outra possibilidade: servir a um público delimitado. Menor escala pode reduzir recursos financeiros e capacidade técnica, mas também pode favorecer governança mais próxima de necessidades comunitárias. Não há romantização possível. Redes menores continuam enfrentando moderação, abuso, sustentabilidade e desigualdade. Porém, seu valor analítico está em demonstrar que arquitetura social não precisa seguir o modelo de plataforma universal. A internet pode sustentar espaços especializados cuja força deriva justamente de não tentar incluir todos os públicos simultaneamente.

APLICATIVOS GEOLOCALIZADOS: DISTÂNCIA, DESEJO E RISCO

25.1 Transformar metros em possibilidade

Aplicativos geolocalizados alteraram a experiência de encontro ao apresentar proximidade como dado. A distância é convertida em número e ordenada visualmente. Essa operação técnica produz uma imaginação espacial: pessoas antes invisíveis no tecido urbano aparecem como potenciais interlocutores. Para interesses BDSM minoritários, isso pode ampliar a chance de encontrar parceiros em contextos nos quais não existem espaços especializados. Stefanie Duguay e outros pesquisadores de mídias digitais queer têm mostrado como aplicativos participam da produção de sociabilidade e identidade, e não apenas da marcação de encontros. O usuário aprende vocabulários, observa padrões locais e percebe a cidade por outra camada. Um bairro pode adquirir significado erótico porque determinadas conexões se repetem ali. A proximidade, entretanto, reduz a distância entre anonimato e identificação. Fotografias, horários e informação aproximada de localização podem permitir inferências. Usuários desenvolvem estratégias de proteção, demonstrando que geolocalização é sempre negociação entre encontrabilidade e exposição.

25.2 O BDSM em plataformas não especializadas

Quando pessoas procuram kink em aplicativos destinados a públicos mais amplos, precisam traduzir interesses para ambientes cujas categorias não foram desenhadas para isso. Símbolos, abreviações e descrições

indiretas funcionam como marcadores. Essa economia de linguagem cria reconhecimento entre iniciados e evita parte do estigma. A desvantagem é pedagógica. Alguém pode declarar interesse em “dominação” sem compartilhar noções comunitárias de consentimento. A presença da palavra não prova pertencimento a uma cultura ética. Em plataformas generalistas, negociação precisa começar ainda mais cedo e não pressupor linguagem comum.

25.3 Distância social e distância física

Estar a cem metros de alguém não significa estar socialmente próximo. Diferenças de classe, raça, idade e estilo de vida atravessam o encontro. A geolocalização produz uma ilusão de vizinhança porque traduz espaço urbano em proximidade matemática. A geografia humana lembra que distância é também social e simbólica. Para o BDSM, essa diferença aparece quando usuários vivem na mesma cidade, mas pertencem a circuitos comunitários distintos. A plataforma pode criar encontros entre mundos que raramente se cruzariam presencialmente. Isso pode ampliar diversidade e também produzir conflitos de expectativa.

REDDIT, FÓRUNS E A POLÍTICA DA DISCUSSÃO PÚBLICA

26.1 Pseudonimidade e debate

Ambientes como Reddit combinam pseudônimos, subcomunidades e ampla indexação. Essa arquitetura difere de redes baseadas em identidade pessoal. Usuários podem fazer perguntas sensíveis sem associá-las imediatamente a nome civil, o que favorece busca por informação sobre sexualidade. Ao mesmo tempo, a indexação torna discussões encontráveis por públicos externos. A pseudonimidade reduz algumas barreiras de entrada e permite que iniciantes perguntem o que teriam vergonha de formular presencialmente. Comunidades podem produzir arquivos extensos de conselhos, experiências e debates. O problema é a qualidade desigual. Votos positivos medem popularidade entre participantes presentes, não validade técnica.

26.2 Moderação distribuída

Subcomunidades possuem regras próprias e equipes voluntárias de moderação. Essa distribuição cria diversidade de culturas dentro da mesma infraestrutura. Um espaço pode enfatizar redução de danos; outro, fantasia; outro, memes. O usuário precisa aprender a ler contexto. A moderação voluntária enfrenta carga emocional e falta de recursos. Denúncias sobre abuso exigem habilidades que moderadores podem não possuir. Políticas claras sobre limites da comunidade evitam promessas impossíveis.

26.3 O arquivo pesquisável e a mudança histórica

Uma vantagem de fóruns públicos é permitir observar como vocabulários mudam ao longo dos anos. Termos antes amplamente aceitos podem ser criticados; debates sobre consentimento ganham novas nuances. Para pesquisadores, esses arquivos são valiosos, mas sua utilização exige ética. O fato de uma postagem ser publicamente acessível não significa que seu autor esperava ser citado em pesquisa acadêmica anos depois. Christine Hine (2015) e Kozinets (2020) lembram que ética de pesquisa online deve considerar contexto, vulnerabilidade e expectativas, não apenas status jurídico do dado. Parafrasear e anonimizar pode ser mais responsável do que reproduzir textos identificáveis.

DISCORD, TELEGRAM E A INTIMIDADE DOS GRUPOS FECHADOS

27.1 A migração para canais menos públicos

Restrições em redes generalistas incentivam comunidades sexuais a migrar para serviços de mensageria e servidores privados. Esses ambientes oferecem maior controle de entrada e conversas em tempo real, criando sensação de intimidade. Eles funcionam como salas, não como praças. A vantagem é a possibilidade de separar públicos; a desvantagem é a opacidade. Abusos podem ocorrer longe de escrutínio externo, e decisões de administradores têm grande peso. A privacidade do grupo precisa ser combinada com mecanismos internos de denúncia.

27.2 Canais, hierarquias e arquitetura social

Servidores organizados por canais permitem separar temas, níveis de acesso e funções. A própria arquitetura pode refletir hierarquias comunitárias: espaços para iniciantes, educação, eventos, socialização e conteúdo adulto. Essa diferenciação produz microterritórios internos. Papéis técnicos de administrador não deveriam ser confundidos com papéis BDSM. Quem controla permissões de servidor possui poder infraestrutural, independentemente de identidade de cena. Misturar as duas formas de autoridade pode concentrar poder excessivo. Uma pessoa que é dominante em relações consensuais não ganha legitimidade automática para governar comunidade; um moderador não deve usar ferramentas administrativas para encenar poder sem acordo.

27.3 Efemeridade relativa

Chats parecem mais efêmeros que fóruns, porque mensagens rapidamente descem na tela. Tecnicamente, porém, podem permanecer registradas. Essa diferença entre percepção e armazenamento é importante. Usuários podem falar como se estivessem em sala privada, enquanto dados permanecem disponíveis à plataforma e a administradores. A educação para privacidade precisa lidar com expectativas, não apenas configurações. Antes de compartilhar material sensível, participantes deveriam compreender quem possui capacidade técnica de acessar e exportar conteúdo.

INSTAGRAM, X E A ESTÉTICA CODIFICADA

28.1 Existir em espaços não desenhados para sexo

Redes generalistas são importantes para comunidades BDSM porque concentram públicos, jornalistas, artistas e potenciais participantes. Ao mesmo tempo, políticas de sexualidade impõem limites. Essa combinação produz uma estética codificada: fotografias sugerem sem mostrar, palavras são alteradas, links externos concentram conteúdo explícito. Essa linguagem de contorno pode ser criativa. Comunidades inventam humor, símbolos e imagens que comunicam pertencimento. Contudo, a criatividade não elimina a desigualdade de poder. Usuários adaptam-se porque não controlam regras.

28.2 A pedagogia interrompida

Conteúdo educativo enfrenta um paradoxo. Explicar segurança exige nomear práticas e corpos; a moderação pode tratar exatamente esses termos como sexualmente sensíveis. Educadores então tornam a linguagem menos precisa para permanecer visíveis. Uma política que pretende proteger pode reduzir acesso a informação de redução de danos. Paasonen, Jarrett e Light (2019) mostram por que categorias amplas de NSFW são problemáticas: elas agrupam campos sexuais muito diferentes sob um mesmo sinal de risco. Para BDSM, a consequência é uma pedagogia obrigada a negociar sua própria legibilidade.

28.3 O público inesperado

Em redes generalistas, um conteúdo pode alcançar pessoas que não procuravam BDSM. Isso aumenta capacidade de desmistificação e risco de conflito. Usuários hostis podem denunciar, ridicularizar ou retirar uma imagem de contexto. A visibilidade pública exige outra estratégia de comunicação que a conversa dentro da comunidade. Essa diferença reforça a importância de públicos situados. Uma frase adequada em grupo de praticantes pode ser irresponsável quando lançada sem contexto para audiência ampla. Comunicação ética considera não apenas intenção, mas condições de recepção.

PLATAFORMAS DE ASSINATURA E O TRABALHO DA INTIMIDADE

29.1 Monetização sem publicidade

Plataformas de assinatura oferecem alternativa a modelos baseados exclusivamente em anunciantes. Criadores recebem diretamente de seguidores e podem atender nichos. Para produtores BDSM, isso permite conteúdo que redes generalistas restringem, embora políticas e intermediários financeiros continuem presentes. Angela Jones (2020), ao estudar camming, demonstra que trabalho sexual digital envolve combinação de performance, gestão de audiência, tecnologia e trabalho emocional. A ideia de que tudo ocorre “de casa” e, portanto, seria fácil invisibiliza preparação, equipamentos, tempo e risco de exposição.

29.2 Consentimento do trabalhador

Públicos podem interpretar pagamento como compra de acesso à pessoa. Essa concepção precisa ser recusada. Pagamento adquire um produto ou serviço delimitado; não elimina fronteiras do trabalhador. Pedidos não previstos podem ser recusados. Assinantes não se tornam parceiros nem detentores de direitos sobre imagem. A ética BDSM oferece linguagem particularmente clara para isso: consentimento é específico. A economia não transforma “não” em descumprimento moral.

29.3 Pirataria e exposição

Redistribuir conteúdo pago sem autorização viola tanto propriedade quanto privacidade. Em sexualidade, a cópia pode alcançar familiares, empregadores e públicos hostis. A proteção técnica é imperfeita, razão pela qual plataformas precisam combinar ferramentas de denúncia, marcas d'água opcionais e resposta rápida. O problema não pode ser resolvido exigindo que trabalhadores não mostrem o rosto ou abandonem atividade. Segurança deve ampliar possibilidades de agência, não restringi-las pela ameaça.

CÂMERAS, LIVES E A CENA DIANTE DE UMA AUDIÊNCIA

30.1 Da intimidade diádica à performance pública

Uma cena realizada diante de audiência digital muda de natureza porque incorpora o olhar de terceiros. Comentários, reações e pagamentos podem interferir no ritmo. O público deixa de ser simples observador e pode participar da estrutura econômica e afetiva da performance. Richard Schechner (1985) oferece ferramentas para compreender performance como comportamento restaurado, organizado por convenções. O BDSM público sempre possuiu dimensão performática em clubes e eventos; a transmissão digital acrescenta persistência potencial e audiência geograficamente dispersa.

30.2 Consentimento de todos os corpos enquadrados

Câmeras criam responsabilidades específicas. Pessoas ao fundo podem ser identificadas; vozes podem ser captadas; marcas corporais podem revelar identidade. Em eventos, políticas de fotografia precisam ser claras e respeitadas. A existência de público presencial não implica consentimento para transmissão global. A lógica “está em público, pode filmar” é inadequada em espaços comunitários sexualmente sensíveis. O território pode ser coletivo sem ser aberto à gravação.

30.3 O algoritmo como espectador

Transmissões não são vistas apenas por humanos. Sistemas de detecção analisam imagem e áudio em busca de violações. A performance é, portanto, realizada diante de uma audiência dupla: pessoas e

classificadores. Criadores aprendem a enquadrar o corpo para evitar detecção, produzindo coreografias condicionadas por moderação. Essa presença maquina altera estética. Uma postura pode ser escolhida não pelo desejo da cena, mas pelo que a plataforma tolera. O poder algorítmico entra na composição do espetáculo.

MUNDOS VIRTUAIS: ESPAÇO, AVATAR E CONSENTIMENTO

31.1 Construir uma dungeon impossível

Mundos virtuais permitem criar ambientes que ignoram restrições arquitetônicas: salas podem flutuar, mudar de escala, reagir a comandos e incorporar objetos impossíveis. A dungeon digital não precisa imitar a física de uma dungeon material. Essa liberdade estética transforma a relação entre fantasia e espaço. Gaston Bachelard (1957) mostrou como espaços imaginados e íntimos possuem potência poética. Em mundos virtuais, imaginação adquire forma compartilhável. Usuários caminham por uma arquitetura que é simultaneamente código, imagem e experiência social.

31.2 Proximidade avatarial e limite

Mesmo sem contato físico, aproximar um avatar do corpo virtual de outro pode ser percebido como invasivo. Plataformas imersivas desenvolveram ferramentas de distância pessoal justamente porque presença digital possui dimensão espacial sentida. Consentimento precisa incluir proximidade avatarial, toque simulado e gravação. A facilidade de teletransportar-se ou bloquear não elimina responsabilidade de respeitar limites. Ferramentas de saída são proteção, não autorização para violação.

31.3 A experimentação identitária

Avatares permitem explorar papéis e corpos com menor custo social imediato. Uma pessoa pode experimentar posição dominante antes de

assumi-la presencialmente, ou vivenciar gênero diferente. Essa experimentação pode produzir autoconhecimento, mas não deve ser confundida com domínio técnico de práticas físicas. Saber encenar bondage virtual não ensina anatomia real. A separação entre fantasia e competência é parte da educação digital.

IA GENERATIVA E O NOVO ARQUIVO DO FETICHE

32.1 Fantasias sob demanda

Sistemas generativos tornam possível produzir textos e imagens personalizados com grande velocidade. O arquivo erótico deixa de ser apenas coleção de obras feitas por pessoas e passa a incluir sínteses produzidas a partir de grandes conjuntos de dados. Essa mudança altera autoria, trabalho e representação. Para usuários BDSM, modelos podem gerar cenários que não existem no repertório comercial, ampliando variedade. Mas o treinamento desses sistemas levanta questões sobre origem dos dados, direitos de artistas e reprodução de estereótipos. A personalização não é neutra: modelos carregam padrões estatísticos de materiais anteriores.

32.2 A estética média e a perda da diferença

Geração automática tende a combinar padrões frequentes. Mesmo quando produz imagens surpreendentes, pode reforçar uma estética média: corpos jovens, simétricos, racializações estereotipadas, equipamentos visualmente reconhecíveis. Comunidades precisam observar como essa produção influencia expectativa sobre o que BDSM “deveria” parecer. A arte kink histórica é plural, artesanal e ligada a cenas específicas. Substituí-la por imagens sintéticas padronizadas empobreceria memória cultural. A tecnologia pode ser ferramenta adicional, não destino inevitável.

32.3 Autoria, atribuição e responsabilidade

Quando um sistema gera conselho ou narrativa, quem responde por erro? Usuários precisam distinguir conteúdo imaginativo de informação técnica. Plataformas deveriam sinalizar limitações e impedir que linguagem persuasiva seja confundida com competência profissional. No BDSM, essa responsabilidade é crítica. Um modelo pode descrever práticas perigosas com confiança. A alfabetização em IA precisa fazer parte das novas pedagogias do kink: verificar fontes, desconfiar de instruções sem contexto e procurar formação apropriada para atividades corporais.

UMA CARTOGRAFIA COMPARADA

As dez paisagens analisadas nesta parte demonstram que “espaço digital” é expressão ampla demais quando usada sem qualificação. Uma rede especializada, um aplicativo geolocalizado, um fórum pseudônimo, um grupo fechado, uma plataforma de assinatura e um mundo imersivo possuem arquiteturas sociais radicalmente distintas. Cada ambiente distribui visibilidade, memória, distância, autoridade e risco de maneira própria. Falar em BDSM online como se todos esses contextos fossem equivalentes seria tão impreciso quanto tratar bar, escola, hospital e residência como o mesmo tipo de espaço apenas porque todos estão em uma cidade. A comparação também mostra que nenhuma arquitetura maximiza simultaneamente alcance, privacidade, contexto, segurança e autonomia. Grandes redes facilitam descoberta e expõem a colapso de contexto; grupos pequenos oferecem controle e podem concentrar poder; plataformas especializadas reconhecem vocabulários e podem criar bolhas; aplicativos de proximidade facilitam encontros e aumentam risco de localização; mundos imersivos ampliam experimentação e introduzem novas formas de assédio. A política do design é feita de escolhas e trade-offs.

Para o BDSM, a pergunta mais produtiva não é qual plataforma é melhor em abstrato, mas quais propriedades são adequadas a cada finalidade. Educação exige contexto e arquivo; encontro exige controle de visibilidade e comunicação; comunidade exige moderação e memória; performance profissional exige remuneração e proteção de conteúdo;

cenar remotas exigem reversibilidade e segurança. Usuários frequentemente combinam vários serviços porque nenhuma infraestrutura atende a todas essas necessidades. Essa prática de combinar ambientes é uma forma cotidiana de multiterritorialidade digital. O sujeito aprende a mover conteúdos, identidades e relações entre espaços com normas diferentes. Essa competência é parte da cultura sexual contemporânea. Ela também produz fadiga, porque exige acompanhar configurações e políticas. A promessa de uma plataforma total entra em conflito com o valor da separação de contextos.

Ao reunir essas cartografias, o livro retorna ao seu argumento inicial: o digital é território porque organiza relações de poder. A interface define portas e janelas, mas usuários constroem corredores improvisados; políticas levantam muros, comunidades inventam desvios; algoritmos iluminam alguns corpos, sujeitos procuram sombras protetoras. O BDSM conectado é feito dessa negociação contínua entre desejo de encontro e necessidade de limite.



NETNOGRAFIA, ETNOGRAFIA DIGITAL E O PROBLEMA DO CAMPO

34.1 Onde começa e termina o campo?

A pesquisa etnográfica foi historicamente associada à permanência do pesquisador em um lugar reconhecível, acompanhando práticas cotidianas e produzindo descrição densa. A internet desorganizou a segurança dessa imagem. Se uma comunidade se reúne em vários aplicativos, realiza eventos presenciais, conversa em grupos privados e mantém arquivos públicos, onde está o campo? Christine Hine (2000; 2015) demonstrou que etnografia da internet exige seguir conexões e compreender como o digital está incorporado, corporificado e integrado à vida cotidiana. O campo deixa de ser um recipiente dado de antemão e passa a ser construído pelas relações relevantes para a pergunta de pesquisa. No BDSM, essa definição é especialmente delicada porque a fronteira entre comunidade pública e intimidade privada muda rapidamente. Um perfil pode ser visível a qualquer usuário registrado, enquanto uma conversa privada exige confiança; um evento pode ser anunciado publicamente e realizado sob regras de confidencialidade; um fórum pode ser indexado por buscadores apesar de seus participantes se perceberem como comunidade restrita. O pesquisador não deveria tomar a acessibilidade técnica como critério suficiente de publicidade ética. O modo como participantes compreendem o ambiente importa.

Robert Kozinets (2010; 2020) consolidou a netnografia como abordagem voltada à pesquisa de culturas e comunidades mediadas por

tecnologias. Sua contribuição é particularmente útil para organizar etapas de entrada, participação, coleta, interpretação e representação. Entretanto, aplicar método não significa seguir receita. Cada campo sexual exige decisão contextual sobre presença do pesquisador, consentimento, anonimização e armazenamento de dados.

34.2 Observar sem transformar pessoas em dados disponíveis

A abundância de material online pode produzir tentação extrativista. Milhares de postagens estão acessíveis, prontas para busca e análise computacional. Do ponto de vista ético, porém, disponibilidade não equivale a consentimento. Usuários escrevem para públicos imaginados, e esses públicos raramente incluem pesquisadores que reproduzirão trechos em livros acadêmicos. A vulnerabilidade aumenta quando conteúdos revelam práticas sexuais, localização ou histórias de violência. Uma abordagem responsável avalia risco de reidentificação. Citações literais podem ser encontradas por mecanismos de busca mesmo quando o nome foi retirado. Parafrasear pode proteger melhor, desde que não distorça o sentido. Em grupos pequenos, alterar detalhes contextuais pode ser necessário. O compromisso científico com transparência precisa ser equilibrado com obrigação de não expor participantes. Haraway (1988) oferece fundamento epistemológico para essa ética: conhecimento é situado e responsabilidade deriva da recusa do olhar de nenhum lugar. O pesquisador ocupa posição, escolhe recortes e produz efeitos. Reconhecer essa participação não enfraquece a pesquisa; torna seus procedimentos examináveis.

34.3 Lurking, participação e presença declarada

Uma questão clássica da pesquisa online é se o pesquisador pode observar sem se apresentar. Em espaços públicos de grande escala, certos projetos de análise de discurso trabalham legitimamente com dados disponíveis, especialmente quando não há foco em indivíduos. Em comunidades pequenas e sensíveis, a presença oculta pode violar expectativas. Não existe resposta universal; existe análise proporcional de risco e contexto. No BDSM, participação declarada tende a ser preferível quando o pesquisador interage diretamente, entra em grupos restritos ou pretende acompanhar trajetórias. A revelação da pesquisa permite que participantes escolham se desejam conversar. Contudo, a identidade do pesquisador também altera o campo. Pessoas podem performar de maneira diferente diante de alguém percebido como acadêmico. Essa influência é parte da etnografia, não falha a ser escondida.

34.4 A pesquisa encarnada

Estudar sexualidade envolve corpo do pesquisador, mesmo quando o material é textual. Gênero, idade, orientação percebida, pertencimento à comunidade e estilo de comunicação influenciam acesso e interpretação. Reflexividade não exige transformar o texto em autobiografia, mas reconhecer condições de encontro. Pesquisadores insiders enfrentam vantagens e riscos específicos. Conhecem vocabulário e possuem confiança, mas podem presumir familiaridade ou expor relações pessoais. Outsiders podem notar aspectos naturalizados e, ao mesmo tempo,



ÉTICA DA PESQUISA COM SEXUALIDADES ESTIGMATIZADAS

35.1 Consentimento de pesquisa e consentimento sexual são diferentes

Participar de uma comunidade BDSM não significa consentir em ser estudado. Essa distinção parece óbvia, mas merece insistência porque pesquisadores podem interpretar abertura sexual como abertura informacional. Uma pessoa pode publicar fotografias para pares e não desejar uso acadêmico; pode falar sobre experiências em grupo e não consentir com gravação; pode aceitar entrevista e recusar divulgação de determinado detalhe. Consentimento de pesquisa precisa ser específico e contínuo. A proximidade conceitual com ética BDSM oferece oportunidade pedagógica. Assim como consentimento sexual é situado e revogável, consentimento de pesquisa não deveria ser tratado como assinatura que autoriza tudo. Participantes podem revisar decisões, especialmente quando percebem efeitos de uma publicação que não imaginavam no início.

35.2 Anonimização não é simples troca de nome

Em pesquisas digitais, retirar nome de usuário pode ser insuficiente. Fotografias, frases únicas, cargo, cidade e combinação de interesses podem permitir reconhecimento. A anonimização precisa considerar conjunto de informações. Em comunidades pequenas, o próprio evento descrito pode identificar pessoas. Uma estratégia é trabalhar com sínteses temáticas em vez de perfis detalhados. Outra é oferecer aos participantes

possibilidade de revisar como serão representados, sobretudo em casos sensíveis. A revisão não significa entregar controle editorial integral, mas pode identificar riscos que o pesquisador não percebeu.

35.3 Guardar dados também é responsabilidade

Entrevistas, screenshots e listas de usuários precisam de proteção. Criptografia, controle de acesso e prazos de retenção devem fazer parte do projeto. Armazenar indefinidamente “porque pode ser útil” é incompatível com minimização de dados. Quanto mais íntimo o material, maior a responsabilidade. Pesquisadores devem considerar ainda serviços usados para transcrição, nuvem e análise. Enviar entrevistas sexuais a ferramentas externas sem avaliar política de privacidade pode ampliar exposição. A infraestrutura metodológica também é território de ética.

35.4 Não romantizar nem patologizar

A representação acadêmica do BDSM oscilou historicamente entre patologização e celebração subcultural. Ambos os extremos podem empobrecer análise. Tratar praticantes como doentes reproduz estigma; tratar a comunidade como espaço naturalmente mais ético do que a sociedade impede reconhecer abuso, racismo e desigualdade. A pesquisa crítica precisa sustentar ambivalência. BDSM consensual pode produzir prazer, criatividade e pertencimento; comunidades podem produzir cuidado e também conflito. A maturidade científica está em analisar relações concretas sem partir de condenação ou defesa automática.

CARTOGRAFIAS DIGITAIS BRASILEIRAS

36.1 Apropriar, traduzir, inventar

O vocabulário BDSM que circula no Brasil é profundamente transnacional. Palavras em inglês convivem com traduções, adaptações e expressões locais. Esse hibridismo não deveria ser lido como dependência cultural simples. Toda circulação envolve apropriação. Comunidades escolhem quais termos manter, quais traduzir e quais reinventar conforme experiências brasileiras. André Lemos (2002) contribui para pensar cibercultura como processo de apropriação social da técnica. Usuários não recebem tecnologias passivamente; criam usos e significados. No BDSM, uma plataforma global pode abrigar grupos com humor, conflitos e pedagogias profundamente locais. A língua reorganiza o território. A tradução envolve também ética. Termos como consent, aftercare, safeword e kink entram em português com diferentes graus de estabilidade. Traduzir literalmente pode perder nuances; manter inglês pode criar barreira de classe e escolarização. Materiais educativos acessíveis precisam explicar conceitos, não apenas reproduzir jargão.

36.2 Metr pole, interior e desigualdade espacial

A cena BDSM brasileira presencial tende a ser mais visível em grandes cidades, onde densidade populacional sustenta eventos, lojas e espaços especializados. Para moradores do interior, redes digitais podem funcionar como principal acesso a comunidade. Esse papel precisa ser compreendido à luz da geografia desigual do país. Milton Santos (2006) mostrou que técnica se distribui de maneira seletiva e que território

brasileiro é marcado por usos desiguais. A conectividade contemporânea não elimina essa estrutura. Qualidade de banda larga, renda e mobilidade definem quem pode transformar contato digital em participação presencial. Viajar para um evento em capital pode exigir custo incompatível com orçamento de muitos praticantes. O interior, contudo, não é vazio cultural. Grupos menores criam encontros e redes próprias, às vezes com maior necessidade de discrição. A internet pode tornar possível uma cena que não possui endereço comercial. Essa invisibilidade física não significa ausência.

36.3 Família, trabalho e gestão do segredo

No contexto brasileiro, vínculos familiares intensos e moradias compartilhadas podem tornar privacidade doméstica um recurso escasso. Jovens adultos e pessoas de baixa renda podem não possuir espaço para chamadas privadas, armazenamento de equipamentos ou participação em eventos sem explicação. O digital entra na casa e encontra relações de poder preexistentes. A gestão do segredo não deve ser lida apenas como efeito de conservadorismo abstrato. Ela depende de riscos concretos: julgamento familiar, perda de moradia, exposição profissional e violência. O direito à obscuridade assume forma material quando o smartphone é usado em ambiente onde outras pessoas podem acessar notificações.

36.4 Raça e colonialidade do desejo

A formação social brasileira produziu sexualizações racializadas que não desaparecem em comunidades BDSM. Corpos negros foram historicamente associados a força, disponibilidade sexual e violência;

mulheres negras, em particular, enfrentam repertórios de hipersexualização. Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro fornecem ferramentas fundamentais para compreender como racismo e sexismo se articulam no país, enquanto Ariane Cruz (2016) oferece análise específica da relação entre negritude, BDSM e pornografia no contexto estadunidense. O diálogo entre esses referenciais precisa respeitar diferenças históricas. Não se trata de importar diretamente categorias raciais norte-americanas para o Brasil, mas de reconhecer que fantasias eróticas participam de imaginários coloniais. Plataformas podem acelerar fetichização ao permitir abordar alguém exclusivamente por um marcador racial. Comunidades negras e espaços de afinidade podem funcionar como resposta, produzindo ambientes nos quais experiências de racismo não precisam ser continuamente explicadas. A separação parcial pode ser estratégia de cuidado, não fragmentação indesejável.

36.5 Religião, moralidade e espaço digital

A presença pública de discursos religiosos sobre sexualidade influencia o clima moral no qual praticantes brasileiros vivem. Isso não significa que pessoas religiosas sejam necessariamente hostis ao BDSM; há praticantes que articulam fé e kink de maneiras variadas. O ponto geográfico é que moralidades disputam espaço e definem riscos de visibilidade. Redes sociais amplificam conflitos porque conteúdos podem atravessar audiências. Uma discussão interna sobre prática consensual pode receber ataques moralizantes quando se torna pública. O contexto

colapsa e usuários precisam decidir entre responder, bloquear ou recuar para ambientes mais protegidos.

36.6 Educação sexual e lacunas institucionais

A educação sexual brasileira permanece objeto de disputas políticas e morais. Quando escolas e serviços de saúde não oferecem linguagem para diversidade sexual adulta, pessoas recorrem à internet. Comunidades BDSM assumem funções educativas que instituições não desempenham, mas não possuem necessariamente recursos para verificar todo conteúdo. O desafio é construir pontes entre educação sexual baseada em direitos e saberes comunitários. Profissionais precisam conhecer BDSM sem patologização; comunidades precisam ter acesso a informação de saúde confiável. O digital pode facilitar essa aproximação por cursos, lives, materiais abertos e redes de profissionais kink-aware.

ESCREVER SOBRE BDSM SEM PRODUZIR ESPETÁCULO

37.1 O problema da curiosidade voyeurística

Temas sexualmente dissidentes atraem atenção acadêmica e midiática porque parecem exóticos. O pesquisador corre o risco de reproduzir voyeurismo ao selecionar apenas práticas visualmente intensas e ignorar rotina, cuidado e sociabilidade. O BDSM vira espetáculo de objetos e dor, enquanto negociação e afeto desaparecem. Uma escrita responsável precisa resistir à tentação de chocar. Descrever uma prática só é necessário quando contribui para argumento. Detalhes íntimos não devem ser usados como decoração narrativa. O princípio vale para livros, artigos e jornalismo.

37.2 Humanizar sem normalizar pela semelhança

Outra estratégia problemática é defender BDSM dizendo que praticantes são “pessoas normais como qualquer outra”. A intenção antiestigma é compreensível, mas o argumento pode pressupor que legitimidade depende de semelhança com uma norma. Uma política sexual mais ampla defende dignidade mesmo quando práticas e identidades são diferentes. Gayle Rubin (1984) critica hierarquias que distribuem respeitabilidade sexual. Combater estigma exige questionar a própria necessidade de colocar toda sexualidade legítima dentro de modelo conjugal, privado e discreto. O consentimento é critério mais importante que conformidade estética.

37.3 Linguagem acessível e rigor

Escrever academicamente não exige transformar texto em parede de jargão. Conceitos precisam ser explicados e usados quando acrescentam precisão. Um livro sobre BDSM digital deve ser legível por pesquisadores, educadores e praticantes sem sacrificar complexidade. A fluidez não é oposta ao rigor. Rigor significa fontes verificáveis, distinção entre dado e interpretação, definição de conceitos e reconhecimento de limites. A linguagem clara permite que mais pessoas avaliem o argumento.

UMA AGENDA DE PESQUISA PARA OS PRÓXIMOS ANOS

38.1 Precisamos de mais diversidade amostral

Grande parte da pesquisa sobre BDSM foi realizada em contextos norte-americanos e europeus, frequentemente com participantes brancos e de classe média recrutados em comunidades organizadas. Isso produz conhecimento valioso, mas limitado. Estudos brasileiros e latino-americanos precisam considerar raça, classe, regionalidade, deficiência, geração e diversidade de gênero de maneira não acessória. A pesquisa digital pode ampliar alcance de recrutamento, mas não resolve viés automaticamente. Quem participa de plataformas e aceita responder questionários continua sendo grupo específico. Métodos mistos e parcerias comunitárias podem melhorar diversidade.

38.2 Precisamos estudar plataformas como atores

Muitos estudos tratam internet apenas como lugar de recrutamento. O futuro da pesquisa precisa analisar arquitetura, moderação e algoritmos como parte do fenômeno. Wignall (2023) chama atenção para papel da internet na pesquisa sobre BDSM; a etapa seguinte é considerar como plataformas moldam o próprio objeto investigado. Métodos como walkthrough de Light, Burgess e Duguay (2018), análise de políticas e etnografia de infraestrutura podem complementar entrevistas. O perfil do participante não basta; é preciso estudar a porta pela qual ele entra.

38.3 Precisamos de história digital

Comunidades online envelheceram. Fóruns antigos, listas de e-mail e páginas pessoais estão desaparecendo. Há risco de perder memória das primeiras décadas de cultura BDSM conectada. Projetos de história oral e preservação digital podem documentar transformações antes que arquivos se tornem inacessíveis. Essa preservação deve ser ética. Arquivos sexuais exigem consentimento, controles de acesso e consideração de risco futuro. História não justifica exposição.

38.4 Precisamos estudar trabalho e infraestrutura

A economia BDSM digital inclui fabricantes, profissionais do sexo, educadores, moderadores e criadores. Estudos precisam compreender como políticas financeiras, plataformas e legislação afetam esses trabalhadores. A sexualidade não pode ser analisada apenas como identidade; é também economia. Infraestrutura técnica merece igual atenção. Dispositivos conectados e IA transformam privacidade e segurança. Pesquisadores de sexualidade precisam dialogar com segurança da informação e estudos críticos de dados.

38.5 Precisamos preservar a complexidade

A principal agenda não é simplesmente produzir mais dados, mas evitar perguntas pobres. “BDSM faz bem ou mal?” é questão menos útil que investigar em quais condições práticas produzem prazer, risco, cuidado ou conflito. “Internet aproxima ou isola?” é menos fértil que perguntar quais arquiteturas favorecem quais formas de relação. A

complexidade não impede conclusão; impede simplificação indevida. O campo amadurece quando abandona necessidade de provar que BDSM é patologia ou utopia e passa a estudá-lo como parte legítima, contraditória e socialmente situada da sexualidade humana.



ENTRE CONTROLE CONSENSUAL E VIGILÂNCIA

39.1 A semelhança formal e a diferença ética

Poucas questões são tão delicadas no BDSM digital quanto a proximidade formal entre certas fantasias de controle e práticas tecnológicas de vigilância. Localização compartilhada, registro de horários, regras de comunicação, acesso a dispositivos e acompanhamento de tarefas podem ser incorporados por adultos a dinâmicas consensuais. Fora desse pacto, recursos semelhantes aparecem em relações abusivas, stalking e controle coercitivo. A tecnologia, isoladamente, não informa em qual situação estamos. A diferença precisa ser buscada na qualidade do consentimento, na possibilidade de revogação, na proporcionalidade e na existência de uma saída efetiva. Essa distinção é central porque o BDSM trabalha deliberadamente com símbolos de poder. Uma dinâmica pode encenar posse sem produzir propriedade real; pode ritualizar controle sem legitimar invasão ilimitada. O sentido erótico depende de uma moldura relacional que separa a cena da coerção. No digital, essa moldura deve incluir os dispositivos. Compartilhar localização por algumas horas em um contexto acordado é diferente de exigir rastreamento permanente como condição para evitar punição não negociada. Conceder acesso temporário a determinada informação é diferente de perder controle sobre contas pessoais.

Foucault (1975; 1978) mostrou como vigilância e disciplina podem produzir sujeitos que passam a regular a si mesmos. A analogia com BDSM precisa ser feita cuidadosamente: o poder disciplinar institucional

não é equivalente a um jogo consensual. Justamente por isso, a comparação é esclarecedora. Ela mostra que a mesma forma externa de monitoramento pode pertencer a regimes éticos radicalmente distintos. Uma relação consensual precisa preservar aquilo que o poder disciplinar procura eliminar: a capacidade legítima de retirar-se.

39.2 A senha como símbolo e como vulnerabilidade

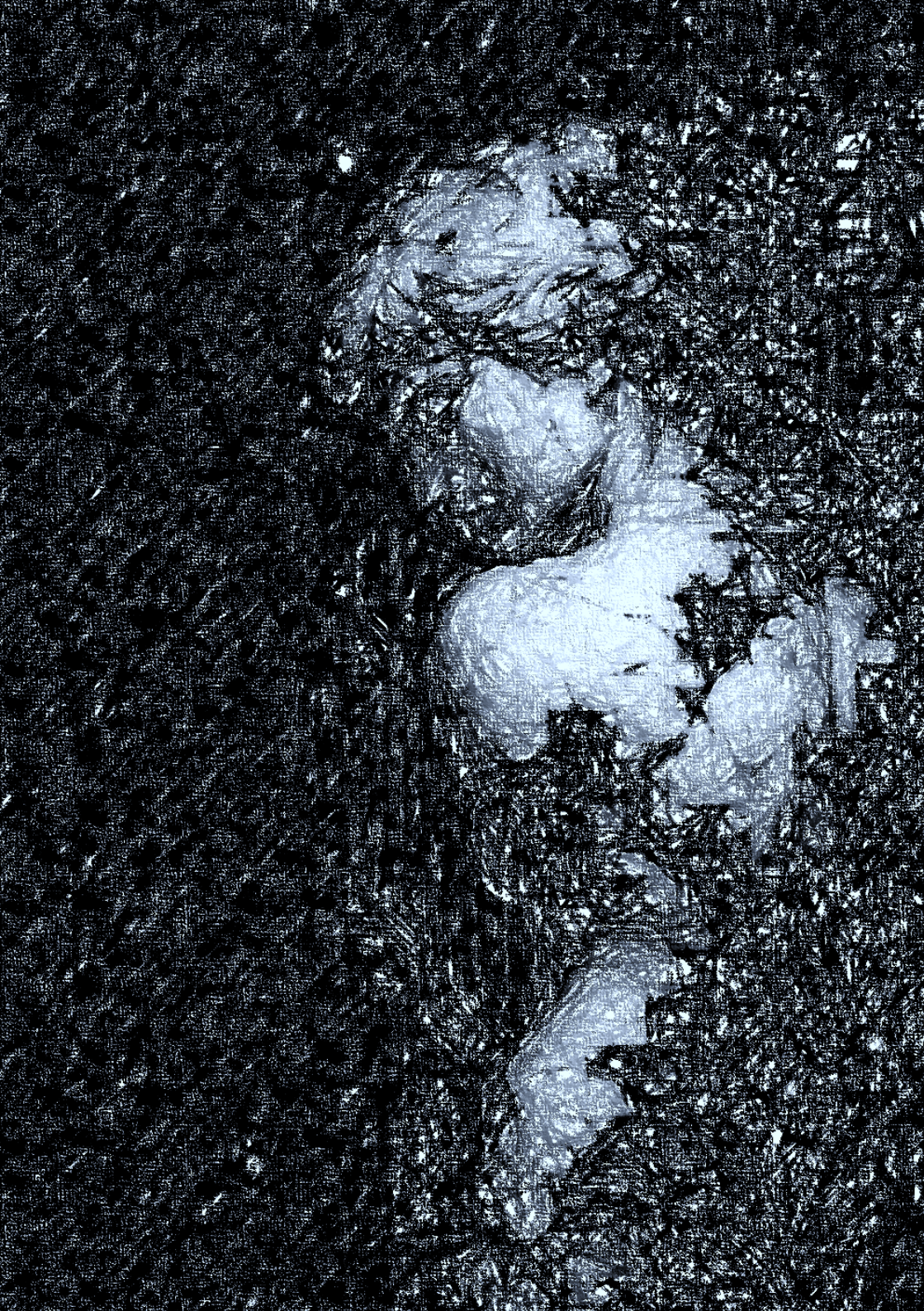
Compartilhar uma senha pode adquirir significado ritual de confiança, mas senhas são chaves técnicas. Permitem acesso a dados que excedem o contexto erótico: conversas profissionais, informações financeiras, fotografias familiares, serviços de nuvem e recuperação de outras contas. A carga simbólica não reduz o risco material. Uma ética territorial do BDSM recomenda distinguir símbolo e infraestrutura. Isso não significa declarar que adultos não podem compartilhar acesso. Significa reconhecer consequências e preferir arranjos reversíveis. Contas específicas, permissões limitadas e mecanismos de revogação preservam a possibilidade de saída. A confiança não precisa ser provada pela destruição de todas as fronteiras. Em relações abusivas, a exigência de senha costuma ser justificada por discursos de transparência: “quem não tem nada a esconder não precisa de privacidade”. Essa lógica é incompatível com autonomia. Privacidade não existe para ocultar culpa; existe porque pessoas são constituídas por múltiplos contextos e relações. Mesmo em dinâmicas de poder intensas, ninguém deixa de possuir vida social complexa.

39.3 Localização e presença obrigatória

O compartilhamento contínuo de localização transforma presença em dado. Aplicativos mostram onde alguém está, por quanto tempo e em que trajetória se move. Para algumas relações, esse recurso pode fazer parte de um jogo acordado; para outras, torna-se mecanismo de vigilância. O problema ético é agravado pelo fato de que localização é informação sobre terceiros e rotinas, não apenas sobre a pessoa que compartilha. Uma dinâmica consensual deveria conter parâmetros de desligamento e reconhecer situações em que rastreamento é inadequado. Trabalho, cuidado de familiares, espaços de saúde e encontros de terceiros podem exigir privacidade. O desejo de controle não cria direito absoluto a mapear todos os territórios de uma vida.

39.4 A diferença entre “entregar” e não poder sair

A fantasia de entrega é poderosa porque permite experimentar suspensão de decisão dentro de uma moldura de confiança. Essa experiência só permanece consensual quando existe, em outro nível, capacidade de interromper. O paradoxo do BDSM é que a entrega pode ser mais intensa quando a autonomia está assegurada. Sem saída, não há entrega; há captura. No digital, saída precisa ser técnica e social. Bloquear, revogar acesso, desconectar dispositivos e encerrar compartilhamento devem ser possíveis. Relações que punem a utilização dessas ferramentas fora do pacto acordado transformam mecanismos de segurança em tabu. A cultura do BDSM tem responsabilidade de ensinar que medidas de



CONSENTIMENTO, FANTASIA E REPRESENTAÇÃO DE VIOLÊNCIA

40.1 Fantasia não é programa de ação

Sexualidade humana inclui fantasias que pessoas não desejam realizar literalmente. BDSM torna essa diferença particularmente visível porque cenas podem encenar captura, coerção, humilhação ou violência dentro de um acordo que nega o sentido literal dessas ações. Confundir fantasia com desejo social produz leitura moralista; ignorar completamente os repertórios culturais envolvidos produz leitura ingênua. A análise precisa sustentar as duas dimensões. Uma fantasia de não consentimento encenado, por exemplo, depende de consentimento em nível superior, estabelecendo limites, sinais e condições. O conteúdo representado pode ser a ausência de escolha; a estrutura ética é exatamente o contrário. Essa diferença entre representação e relação precisa ser preservada quando conteúdos circulam digitalmente. Uma fotografia ou texto pode mostrar a superfície da fantasia sem tornar visível o pacto que a sustenta.

O problema de contexto aparece novamente. Plataformas moderam aparência; públicos externos interpretam signos segundo seus repertórios. Isso explica por que representações BDSM são facilmente confundidas com violência real. A resposta comunitária não deve ser simplesmente exigir que todos entendam códigos internos, mas produzir contextualização quando possível.

40.2 O risco de transformar consentimento em estética

A popularização do vocabulário do consentimento trouxe ganhos importantes, mas também permitiu sua transformação em sinal de respeitabilidade. Perfis aprendem a usar palavras corretas; marcas incorporam linguagem de cuidado; produtores de conteúdo citam “consensual” como etiqueta. O perigo é imaginar que presença da palavra garante prática. Consentimento não é estética. Ele aparece na forma como uma pessoa reage à hesitação, aceita mudança de ideia, explica riscos, evita pressão e respeita silêncio. Uma biografia que declara “consentimento é tudo” pode ser menos informativa que uma conversa na qual limites são realmente ouvidos. A cultura digital precisa desenvolver alfabetização para comportamento, não apenas para vocabulário.

40.3 A representação de raça e violência histórica

Fantasias racializadas exigem análise adicional porque mobilizam histórias coletivas de dominação. Ariane Cruz (2016) demonstra como representações BDSM envolvendo mulheres negras participam de uma longa negociação entre prazer, violência e poder racial. Nenhuma regra abstrata resolve todos os casos. Adultos negros podem apropriar signos, inverter papéis ou explorar fantasias com agência; públicos externos podem interpretar a mesma imagem dentro de repertórios racistas. O princípio de saber situado é novamente essencial. Quem produz, em qual relação, para qual público e com qual história? A crítica não precisa proibir complexidade para reconhecer que símbolos possuem peso.

Consentimento entre participantes é condição indispensável, mas circulação pública adiciona outro nível de responsabilidade.

40.4 Fantasia sintética e IA

A geração artificial multiplica a quantidade de representações de violência sexual sem exigir participação corporal na produção. Isso reduz alguns riscos de performance e cria outros, especialmente quando imagens imitam pessoas reais ou estereótipos. A ética precisa diferenciar fantasia com personagens fictícios de deepfakes identificáveis e de materiais construídos a partir de imagens obtidas sem autorização. O debate não deve ser conduzido apenas pela intensidade da representação. Uma imagem extrema inteiramente fictícia pode envolver menos violação de autonomia que uma imagem aparentemente suave gerada com o rosto de pessoa real sem consentimento. A centralidade da autonomia ajuda a organizar prioridades éticas.

O QUE UMA PLATAFORMA KINK DEVERIA APRENDER COM O PRÓPRIO BDSM

41.1 Consentimento por padrão

Se uma plataforma fosse desenhada a partir de princípios comunitários do BDSM, privacidade e consentimento não seriam recursos escondidos em menus; seriam parte da arquitetura inicial. Perfis poderiam escolher graus de indexação, imagens teriam controles de audiência claros e contatos entre contextos distintos não seriam automaticamente sugeridos. A lógica do sistema perguntaria menos “como maximizar conexão?” e mais “qual conexão foi desejada?”. Privacy by design possui tradição própria nos estudos de tecnologia, mas o BDSM acrescenta vocabulário relacional. Consentir é específico: uma pessoa pode aceitar ser vista por membros registrados e recusar indexação externa; aceitar mensagens de um grupo e recusar solicitações de desconhecidos; permitir determinada fotografia a parceiros e manter outras privadas. Arquitetura deveria permitir granularidade.

41.2 Safewords como princípio de interface

A função ética de uma safeword é tornar interrupção reconhecível em situação de intensidade. Uma plataforma poderia aprender com esse princípio oferecendo mecanismos de pausa claros: silenciar temporariamente, bloquear sem notificar detalhes ao outro, interromper compartilhamento de localização, revogar tokens de acesso e suspender interações sem exigir exclusão completa da conta. O design contemporâneo frequentemente torna entrada fácil e saída difícil.

Assinaturas são simples de iniciar e trabalhosas de cancelar; permissões se acumulam; contas antigas permanecem conectadas. Uma arquitetura inspirada no consentimento trataria reversibilidade como qualidade central.

41.3 Aftercare como responsabilidade pós-evento

Plataformas tendem a pensar interação até o clique. Depois de uma denúncia, término de relação ou exposição, usuários frequentemente precisam descobrir sozinhos o que fazer. A ideia de aftercare sugere responsabilidade posterior. Isso poderia significar recursos claros para exportar dados, remover conexões, alterar nome de usuário, revisar visibilidade de conteúdo antigo e acessar orientações de segurança. Não se trata de antropomorfizar empresas como cuidadoras íntimas. Trata-se de reconhecer que arquitetura produz consequências e que responsabilidade inclui fase posterior ao evento.

41.4 Negociação explícita de limites

Interfaces poderiam permitir que usuários expressem limites de contato sem transformar isso em texto defensivo. Preferências sobre mensagens, conteúdo explícito não solicitado, fotografias e propostas presenciais podem ser configuradas. A violação repetida dessas preferências deveria informar moderação. A cultura de aplicativos frequentemente interpreta qualquer match ou conexão como abertura geral. A ética BDSM ensina o contrário: consentimento para conversar não é consentimento para receber imagem sexual; aceitar amizade não é consentimento para convite; compartilhar prática não é disponibilidade.

41.5 Reputação sem tribunal de popularidade

Sistemas de reputação são tentadores, mas classificações públicas por estrelas seriam perigosas em contexto sexual. Experiências são subjetivas, denúncias podem revelar vítimas e popularidade pode ser confundida com segurança. Uma plataforma responsável deveria investir mais em moderação procedural que em score individual. Referências privadas, histórico de participação em treinamentos ou verificações opcionais podem fornecer informação sem transformar pessoas em produtos avaliáveis. Ainda assim, nenhum selo deveria substituir negociação.

O BDSM COMO LABORATÓRIO CRÍTICO DA VIDA DIGITAL

42.1 Nomear poder onde o cotidiano o naturaliza

A contribuição mais ampla do BDSM para pensar cultura digital talvez esteja em sua disposição de nomear poder. Relações sociais comuns estão cheias de assimetrias — chefes e empregados, professores e alunos, plataformas e usuários — que frequentemente se apresentam como naturais. O BDSM, em sua forma ética, transforma poder em objeto explícito de negociação. Pergunta quem conduz, por quanto tempo, em qual território e sob quais limites. Essa prática não faz do BDSM modelo universal, mas oferece uma lente crítica. Quando uma plataforma exige dados para permitir participação, há negociação real? Quando um aplicativo torna saída difícil, a relação é reversível? Quando usuários não compreendem como conteúdo será usado, existe consentimento informado? As perguntas desenvolvidas na intimidade podem ser dirigidas à infraestrutura.

42.2 A reversibilidade como critério político

Sistemas democráticos valorizam possibilidade de revisão de decisões; consentimento sexual valoriza possibilidade de mudar de ideia. A reversibilidade une essas tradições. Tecnologias que tornam escolhas irreversíveis — exposição permanente, exclusão sem recurso, perda de dados — concentram poder. Projetar reversibilidade não significa prometer que tudo pode ser desfeito. Uma imagem vazada talvez nunca

seja completamente removida. Justamente por isso, plataformas devem reduzir pontos de irreversibilidade e informar riscos antes que ocorram.

42.3 Intensidade sem apropriação

O BDSM mostra que relações podem ser intensas sem exigir dissolução permanente de fronteiras. Entrega pode coexistir com autonomia; vulnerabilidade pode coexistir com cuidado. Esse princípio desafia economias digitais que tratam intimidade como oportunidade de extração total de dados. Uma plataforma não precisa saber tudo sobre uma pessoa para facilitar encontro. A minimização de dados é equivalente infraestrutural da ideia de limite: coletar apenas o necessário, por tempo delimitado e com finalidade clara.

42.4 Cuidado como tecnologia social

Tecnologias são frequentemente descritas como soluções materiais. O cuidado lembra que toda infraestrutura depende de práticas humanas: moderar, explicar, reparar, acolher, revisar. Joan Tronto (1993) argumenta que cuidado é dimensão política da vida social, não atributo privado feminino. A cultura digital precisa dessa ampliação. Comunidades BDSM desenvolveram práticas de aftercare, negociação e redução de danos porque intensidade exige preparação. Plataformas que mediam intimidade deveriam assumir princípio semelhante: quanto maior a capacidade de produzir conexão, maior a responsabilidade por condições de segurança.

42.5 O limite como condição da liberdade

A ideologia digital frequentemente associa liberdade a ausência de fronteiras: conectar todos, compartilhar tudo, estar sempre disponível. A experiência BDSM oferece outra concepção. Limites não são necessariamente inimigos do desejo; podem ser aquilo que torna a exploração possível. Uma cena funciona porque define espaço, tempo e regras. Sem moldura, intensidade vira incerteza. Essa lição retorna à geografia. Territórios existem por relações e limites. O desafio político não é abolir toda fronteira, mas decidir quem pode desenhá-la, quem pode atravessá-la e como ela pode ser renegociada. Nos espaços digitais do desejo, liberdade não é exposição infinita. É capacidade de construir encontros sem perder o direito de sair, esquecer, mudar e permanecer parcialmente opaco.

A GEOGRAFIA DO PODER CONSENSUAL EM REDE

O percurso desenvolvido neste livro começou pela recusa de uma divisão que já não explica satisfatoriamente a vida contemporânea: de um lado, um mundo físico supostamente real; de outro, um mundo virtual tomado como representação, simulacro ou complemento. As práticas BDSM nos espaços digitais mostram com especial clareza a insuficiência dessa separação. Corpos sentem diante de telas, relações são organizadas por mensagens, reputações viajam entre cidades, eventos presenciais dependem de redes, dispositivos transformam comandos em estímulos e decisões corporativas alteram a possibilidade de uma comunidade existir publicamente. O digital é material porque depende de infraestrutura e é corporal porque reorganiza percepção, rotina e afeto. É espacial porque possui portas, fronteiras, escalas, centros e periferias; e é político porque essas formas de organização distribuem poder.

A geografia ofereceu o primeiro conjunto de ferramentas para essa leitura. Lefebvre permitiu compreender que espaço é produzido; Milton Santos mostrou a inseparabilidade entre objetos técnicos e ações; Raffestin tornou o território uma relação mediada; Haesbaert impediu que mobilidade fosse confundida com fim dos territórios; Massey insistiu no caráter aberto e relacional do espaço. Quando essas perspectivas são colocadas diante de plataformas digitais, torna-se possível ver interface, algoritmo, grupo fechado, perfil e mecanismo de busca como componentes de espacialidades vividas. Não são equivalentes a ruas e

edifícios, mas organizam acesso e circulação de maneira comparável em sua capacidade de produzir condições para ação.

Os estudos da sexualidade acrescentaram a dimensão normativa. A formulação de Rubin de que o sexo é político atravessa todo o argumento porque a cultura digital não recebe desejos em terreno neutro. Plataformas classificam conteúdos, anunciantes avaliam risco, públicos mobilizam moralidades, e repertórios históricos definem quais corpos são lidos como desejáveis, perigosos ou respeitáveis. O BDSM chega a esse território com uma história de patologização e estigma, ainda que sua estética tenha sido parcialmente absorvida pela cultura de massa. A contradição permanece: signos de fetiche podem circular como moda enquanto pessoas que produzem educação ou trabalho sexual enfrentam restrições de visibilidade. A bibliografia contemporânea sobre BDSM permite abandonar caricaturas. Weiss (2011), Newmahr (2011), Bauer (2014) e a coletânea organizada por Simula, Bauer e Wignall (2023) mostram um campo preocupado com comunidade, classe, risco, intimidade, consentimento e diferença. Essas pesquisas não descrevem uma cultura perfeita. Ao contrário, tornam possível analisá-la como qualquer outro mundo social: atravessada por disputas, hierarquias, cuidados e desigualdades. Essa normalização sociológica é mais potente que uma defesa moral simplista, porque reconhece BDSM como objeto legítimo de pesquisa sem exigir idealização.

O problema do consentimento foi tratado como eixo porque nele se encontram corpo, linguagem e poder. Consentimento não é clique, assinatura ou propriedade permanente. É relação situada e revogável. No

ambiente digital, isso inclui circulação de imagens, armazenamento de dados, compartilhamento de localização e controle de dispositivos. A terceira parte invisível de muitas relações é a plataforma que registra e processa informações. Uma ética adequada ao século XXI precisa ampliar sua escala: consentimento entre pessoas continua indispensável, mas deve ser acompanhado de governança de dados, arquitetura de saída e proteção de contexto. A noção de obscuridade emergiu como um dos conceitos mais férteis para essa ampliação. A pesquisa de Jenny Sundén sobre cultura kink digital mostra que visibilidade não pode ser tomada como único horizonte emancipatório. Pessoas precisam do direito de aparecer, mas também do direito de regular para quem aparecem. A transparência total favorece sistemas de busca, publicidade e vigilância mais do que necessariamente favorece autonomia. Em sexualidades estigmatizadas, pseudônimo, grupo fechado e baixa indexação podem ser tecnologias de liberdade. A política do futuro precisará defender simultaneamente reconhecimento e opacidade contextual.

Também se tornou evidente que comunidade não é sinônimo de plataforma. Redes comerciais oferecem infraestrutura, mas vínculos são produzidos por pessoas. Quando uma empresa fecha, altera política ou remove conteúdo, a comunidade pode migrar, embora com perdas. A capacidade de reterritorialização demonstra resistência e, ao mesmo tempo, dependência. Construir memória, portabilidade e espaços alternativos é tarefa importante para comunidades que não desejam que sua história fique inteiramente subordinada a serviços privados. O Brasil oferece questões específicas para essa agenda. A desigualdade territorial

faz da internet ponte fundamental para praticantes fora de grandes metrópoles, mas renda, privacidade doméstica e mobilidade continuam determinantes. A história racial brasileira atravessa fantasias e preferências; a língua produz apropriações próprias; moralidades religiosas e profissionais influenciam gestão da visibilidade. Pesquisas futuras precisam abandonar a ideia de que resultados obtidos em cenas norte-americanas ou europeias descrevem automaticamente o contexto nacional. É necessário produzir conhecimento brasileiro com método, cuidado e diversidade amostral.

O futuro tecnológico não reduz a importância dessas questões. Realidade virtual, haptics e inteligência artificial apenas as tornam mais explícitas. Quanto mais um sistema aproxima estímulo digital e corpo, mais segurança da informação se torna cuidado corporal. Quanto mais modelos geram representações realistas, mais consentimento precisa incluir uso sintético de imagem. Quanto mais algoritmos personalizam conteúdo, mais importante se torna perguntar quem define o campo do visível. A inovação técnica não suspende ética; expande sua superfície. Talvez a contribuição mais importante do BDSM para compreender a vida digital esteja na maneira como ele torna o limite pensável. A cultura conectada foi construída em torno da expansão: mais contatos, mais dados, mais velocidade, mais disponibilidade. O BDSM ético lembra que intensidade depende de fronteira, que poder pode ser nomeado e que uma relação pode desejar assimetria sem abolir a autonomia que a torna consensual. Essa lição é profundamente política. Em um ambiente no qual empresas procuram conhecer usuários em detalhes e

relacionamentos podem transformar conectividade em vigilância, preservar o direito de dizer até onde algo vai é preservar a condição da própria liberdade.

O território conectado do desejo, portanto, não é um mapa pronto. Ele muda a cada migração de plataforma, a cada novo dispositivo, a cada conflito comunitário e a cada sujeito que encontra palavras para uma experiência antes silenciosa. Cartografá-lo significa acompanhar relações, não fixar essências. Significa observar onde o poder se concentra e onde é renegociado; onde a visibilidade acolhe e onde expõe; onde o algoritmo facilita encontro e onde reproduz desigualdade; onde a comunidade cuida e onde precisa aprender a cuidar melhor. A geografia do BDSM digital é uma geografia do limite negociado — um campo no qual corpos, técnicas e afetos continuam demonstrando que o espaço nunca é apenas o lugar onde o desejo acontece. O espaço é uma das maneiras pelas quais o desejo se torna socialmente possível.

EPÍLOGO: DEPOIS DA TELA, AINDA HÁ UM TERRITÓRIO

Há uma imagem recorrente na história das tecnologias digitais: a ideia de que a próxima interface finalmente desaparecerá. Fala-se em sistemas transparentes, realidade aumentada sem fricção, assistentes que antecipam necessidades e dispositivos tão incorporados ao cotidiano que deixariam de ser percebidos como tecnologia. Para a análise social, porém, a invisibilidade da interface não equivale à ausência de mediação. Quanto menos um mecanismo é notado, mais importante se torna perguntar quem definiu seus padrões, quais dados o alimentam e que possibilidades ele torna mais fáceis ou mais difíceis. O BDSM nos espaços digitais oferece um campo privilegiado para sustentar essa atenção porque o próprio desejo depende de diferenças que não podem ser dissolvidas em uma promessa de fluidez total. Há sempre alguém que escolhe, alguém que interpreta, um limite que precisa ser reconhecido, uma infraestrutura que aproxima e um contexto que dá sentido ao que ocorre.

Ao longo deste livro, a tela apareceu muitas vezes, mas raramente como objeto isolado. Ela foi porta, janela, máscara, arquivo, espelho e fronteira. Em alguns momentos, protegeu ao permitir pseudônimo e distância; em outros, expôs ao registrar e replicar. Permitiu a uma pessoa encontrar vocabulário para desejos que pareciam incompreensíveis e ofereceu a outra uma audiência ampla demais para algo que deveria ter permanecido contextual. Essa ambivalência não é defeito da análise; é parte do objeto. Tecnologias de comunicação possuem a capacidade

paradoxal de aumentar simultaneamente proximidade e distância, legibilidade e opacidade, controle e vulnerabilidade. O erro estaria em escolher apenas um lado e transformar a internet em narrativa de libertação ou decadência.

A cultura BDSM torna esse paradoxo ainda mais nítido porque poder e vulnerabilidade não são acidentes periféricos da cena. São materiais conscientemente trabalhados. Uma relação pode desejar assimetria e, ainda assim, exigir que a assimetria permaneça dependente de consentimento. Pode produzir marcas e, ao mesmo tempo, investir intensamente em cuidado. Pode erotizar a ordem sem transformar obediência em dever civil. Pode criar personagens rígidos para permitir que pessoas experimentem dimensões fluidas de si. Essa capacidade de sustentar contradições deveria tornar qualquer análise desconfiada de respostas fáceis. O BDSM não demonstra que toda forma de poder pode ser consensual; demonstra, antes, quanto trabalho é necessário para que uma assimetria escolhida não se confunda com coerção.

Esse trabalho se torna particularmente complexo quando a relação passa por sistemas cujo poder não foi negociado pelos participantes. Um casal pode combinar cuidadosamente a circulação de imagens e, ainda assim, depender de uma empresa que registra metadados. Um grupo pode elaborar normas de confidencialidade e utilizar um serviço que recomenda contatos entre contextos. Um educador pode explicar redução de danos e enfrentar um classificador automático que interpreta seu conteúdo como inadequado. A ética interpessoal, embora indispensável, encontra limites quando a infraestrutura possui objetivos próprios. É por

isso que falar em consentimento digital exige deslocar o olhar para além do encontro entre duas pessoas e incluir design, política de dados, moderação e economia.

A geografia retorna justamente nesse ponto. Território nunca foi apenas extensão sobre a qual alguém exerce domínio; é uma relação entre poder, acesso, apropriação e significado. Nos ambientes conectados, territorializar pode significar escolher quem entra em um grupo, decidir que partes de um perfil são públicas, manter duas identidades separadas, migrar depois de uma mudança de política ou construir arquivo fora de uma plataforma. São gestos menos visíveis que levantar um muro, mas igualmente capazes de organizar circulação. A internet não aboliu fronteiras. Multiplicou fronteiras de natureza diferente e tornou muitas delas configuráveis, temporárias e dependentes de infraestrutura privada.

Também por isso a palavra “comunidade” precisa permanecer exigente. Ter milhares de usuários reunidos por uma etiqueta não produz automaticamente responsabilidade coletiva. Comunidade aparece quando existe memória, reconhecimento, capacidade de formular normas, disposição para ensinar, estruturas de resposta ao dano e alguma forma de preocupação com continuidade. Espaços BDSM digitais podem alcançar essa densidade, mas também podem permanecer apenas como mercados de atenção. A diferença não está no tamanho nem no tipo de plataforma; está no trabalho social realizado por quem a habita. Esse trabalho, quase sempre pouco visível, inclui moderar, responder a iniciantes, organizar encontros, preservar arquivos, traduzir materiais, acolher denúncias e manter vivo um vocabulário comum.

Uma das tarefas futuras será reconhecer melhor quem realiza esse trabalho e em quais condições. Muitas comunidades dependem de voluntariado e de pessoas que acumulam funções de educador, moderador, organizador e cuidador. A sustentabilidade não pode basear-se em disponibilidade infinita. Assim como uma relação íntima precisa respeitar limites, uma comunidade precisa respeitar limites de quem a mantém. Distribuir responsabilidade, documentar procedimentos e permitir pausas são práticas políticas. O cuidado deixa de ser gesto individual de gentileza e se torna questão de infraestrutura social.

No contexto brasileiro, essa tarefa possui urgência própria. A conectividade ampliou acesso a repertórios internacionais, mas o país não é uma superfície homogênea sobre a qual modelos estrangeiros possam ser simplesmente instalados. A experiência de uma pessoa em Bauru, Manaus, Recife, Porto Alegre, uma cidade pequena do interior ou uma área rural é atravessada por densidades comunitárias, mobilidade, renda, raça, religião e privacidade distintas. Produzir conhecimento local significa observar essas diferenças e permitir que categorias teóricas sejam tensionadas pelo território. Uma geografia do BDSM digital brasileiro ainda possui muito a mapear: circuitos regionais, formas de aprendizagem, redes de cuidado, migrações entre plataformas, experiências de pessoas negras e trans, acessibilidade, profissionalização e relação entre cenas urbanas e interioranas.

O mesmo vale para a pesquisa acadêmica. A facilidade de encontrar comunidades online não autoriza tratá-las como depósitos de dados. Sexualidade pede uma ética de aproximação capaz de distinguir o que é

tecnicamente acessível do que é socialmente público. A citação literal de uma postagem pode reidentificar alguém; um screenshot pode conservar informação que o autor imaginava efêmera; uma descrição detalhada pode expor um grupo pequeno. Rigor não é coletar o máximo possível, mas construir evidência suficiente para a pergunta com o menor dano razoável. Saber situado, nesse sentido, é também uma política de contenção: reconhecer que nem tudo o que pode ser visto precisa ser capturado.

Talvez esse seja o ponto em que o BDSM oferece sua contribuição mais ampla ao pensamento digital. A cultura tecnológica foi organizada durante décadas por verbos expansivos: conectar, compartilhar, escalar, otimizar, recomendar. O vocabulário BDSM introduz outros verbos igualmente necessários: negociar, limitar, sinalizar, interromper, cuidar, reparar. Nenhum deles é incompatível com inovação. Ao contrário, podem torná-la socialmente mais responsável. Uma interface melhor não é apenas aquela que reduz cliques; pode ser aquela que deixa claro como sair. Um sistema mais inteligente não é apenas o que prevê preferência; pode ser o que coleta menos do que poderia. Uma comunidade mais viva não é necessariamente a que cresce mais rápido; pode ser a que sustenta diferenças sem sacrificar segurança.

O desejo continuará mudando com as tecnologias porque sempre mudou com os espaços que o tornam possível. Livros, cartas, telefones, cinemas, clubes, anúncios classificados, chats, webcams, aplicativos e mundos imersivos não apenas transmitiram o que as pessoas já queriam; ajudaram a criar formas de imaginar e realizar encontros. O futuro

provavelmente acrescentará novas camadas de mediação, algumas hoje difíceis de antecipar. Ainda assim, os problemas fundamentais permanecerão reconhecíveis: quem pode aparecer, quem pode escolher, quem controla o registro, quem define o risco, quem é excluído, quem cuida quando algo dá errado. Essas perguntas são mais duráveis que qualquer plataforma.

Depois da tela, portanto, ainda há um território. Não porque o digital precise imitar a materialidade de uma sala, mas porque relações humanas continuam produzindo fronteiras, percursos, proximidades e disputas. A cartografia proposta neste livro não pretende fixar esse território. Sua função é oferecer instrumentos para percorrê-lo sem confundir movimento com ausência de estrutura. O BDSM conectado mostra que poder pode ser encenado, prazer pode atravessar distância e comunidades podem existir em arquiteturas instáveis; mostra também que nenhuma dessas possibilidades prescinde de contexto. Entre o comando enviado e o corpo que o recebe, entre a imagem publicada e o olhar que a encontra, entre o perfil e o algoritmo que o distribui, existe sempre uma geografia. É nela que o desejo se torna relação — e é nela que a responsabilidade precisa permanecer.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Sara. *The Cultural Politics of Emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- AHMED, Sara. *Queer Phenomenology: Orientations, Objects, Others*. Durham: Duke University Press, 2006.
- ALBRECHTSLUND, Anders. Online social networking as participatory surveillance. *First Monday*, v. 13, n. 3, 2008. DOI: 10.5210/fm.v13i3.2142.
- ALBURY, Kath. Selfies, sexts, and sneaky hats: young people's understandings of gendered practices of self-representation. *International Journal of Communication*, v. 9, p. 1734-1745, 2015.
- BACHELARD, Gaston. *La poétique de l'espace*. Paris: Presses Universitaires de France, 1957.
- BAIER, Annette. Trust and antitrust. *Ethics*, v. 96, n. 2, p. 231-260, 1986. DOI: 10.1086/292745.
- BAUER, Robin. *Queer BDSM Intimacies: Critical Consent and Pushing Boundaries*. London: Palgrave Macmillan, 2014. DOI: 10.1057/9781137435026.
- BAYM, Nancy K. *Personal Connections in the Digital Age*. 2. ed. Cambridge: Polity, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

- BOYD, danah. Social network sites as networked publics: affordances, dynamics, and implications. In: PAPACHARISSI, Zizi (ed.). *A Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites*. New York: Routledge, 2010. p. 39-58.
- BOYD, danah. *It's Complicated: The Social Lives of Networked Teens*. New Haven: Yale University Press, 2014.
- BUCHER, Taina. *If...Then: Algorithmic Power and Politics*. New York: Oxford University Press, 2018.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.
- BUTLER, Judith. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. New York: Routledge, 1997.
- BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. *The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.
- CRUZ, Ariane. *The Color of Kink: Black Women, BDSM, and Pornography*. New York: New York University Press, 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille plateaux: capitalisme et schizophrénie 2*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

DERRIDA, Jacques. *Mal d'archive: une impression freudienne*. Paris: Galilée, 1995.

DIAS, Lucas Almeida. *Geografia dos desejos: corpo*,

DUFFY, Brooke Erin. *(Not) Getting Paid to Do What You Love: Gender, Social Media, and Aspirational Work*. New Haven: Yale University Press, 2017.

DUNKLEY, Cara R.; BROTTTO, Lori A. The role of consent in the context of BDSM. *Sexual Abuse*, v. 32, n. 6, p. 657-678, 2020. DOI: 10.1177/1079063219842847.

FANGHANEL, Alexandra. Asking for it: BDSM sexual practice and the trouble of consent. *Sexualities*, v. 23, n. 3, p. 269-286, 2020. DOI: 10.1177/1363460719828933.

FARMAN, Jason. *Delayed Response: The Art of Waiting from the Ancient to the Instant World*. New Haven: Yale University Press, 2018.

FINE, Gary Alan. *Tiny Publics: A Theory of Group Action and Culture*. New York: Russell Sage Foundation, 2012.

FISH, Stanley. *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretive Communities*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.

- FOUCAULT, Michel. *The History of Sexuality. Volume 1: An Introduction*. New York: Pantheon Books, 1978.
- GALLOWAY, Alexander R. *Protocol: How Control Exists after Decentralization*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.
- GILLESPIE, Tarleton. *Custodians of the Internet: Platforms, Content Moderation, and the Hidden Decisions That Shape Social Media*. New Haven: Yale University Press, 2018.
- GOFFMAN, Erving. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Garden City: Doubleday Anchor, 1959.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARAWAY, Donna. *Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective*. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. DOI: 10.2307/3178066.
- HARAWAY, Donna J. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991.
- HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. London: SAGE, 2000.
- HINE, Christine. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. London: Bloomsbury Academic, 2015.

- IHDE, Don. *Technology and the Lifeworld: From Garden to Earth*.
Bloomington: Indiana University Press, 1990.
- JONES, Angela. *Camming: Money, Power, and Pleasure in the Sex Work Industry*. New York: New York University Press, 2020.
- KOZINETTS, Robert V. *Netnography: Doing Ethnographic Research Online*. London: SAGE, 2010.
- KOZINETTS, Robert V. *Netnography: The Essential Guide to Qualitative Social Media Research*. 3. ed. London: SAGE, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Translated by Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1991.
- LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- LIGHT, Ben; BURGESS, Jean; DUGUAY, Stefanie. The walkthrough method: an approach to the study of apps. *New Media & Society*, v. 20, n. 3, p. 881-900, 2018. DOI: 10.1177/1461444816675438.
- LINGEL, Jessa. *Digital Countercultures and the Struggle for Community*. Cambridge, MA: MIT Press, 2017. DOI: 10.7551/mitpress/9780262036214.001.0001.
- MARWICK, Alice E.; BOYD, danah. I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, context collapse, and the imagined audience. *New Media & Society*, v. 13, n. 1, p. 114-133, 2011. DOI: 10.1177/1461444810365313.
- MASSEY, Doreen. *For Space*. London: SAGE, 2005.

- MCGLOTTEN, Shaka. *Virtual Intimacies: Media, Affect, and Queer Sociality*. Albany: SUNY Press, 2013.
- MCLUHAN, Marshall. *Understanding Media: The Extensions of Man*. New York: McGraw-Hill, 1964.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MOWLABOCUS, Sharif. *Gaydar Culture: Gay Men, Technology and Embodiment in the Digital Age*. Farnham: Ashgate, 2010.
- NAKAMURA, Lisa. *Digitizing Race: Visual Cultures of the Internet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- NEWMAHR, Staci. *Playing on the Edge: Sodomasochism, Risk, and Intimacy*. Bloomington: Indiana University Press, 2011.
- NISSENBAUM, Helen. *Privacy in Context: Technology, Policy, and the Integrity of Social Life*. Stanford: Stanford University Press, 2010.
- NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. New York: New York University Press, 2018.
- PAASONEN, Susanna. *Carnal Resonance: Affect and Online Pornography*. Cambridge, MA: MIT Press, 2011.
- PAASONEN, Susanna. *Many Splendored Things: Thinking Sex and Play*. London: Goldsmiths Press, 2018.
- PAASONEN, Susanna; JARRETT, Kylie; LIGHT, Ben. *NSFW: Sex, Humor, and Risk in Social Media*. Cambridge, MA: MIT Press, 2019.

- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- ROBERTS, Sarah T. Behind the Screen: Content Moderation in the Shadows of Social Media. New Haven: Yale University Press, 2019.
- RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole S. (ed.). Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1984. p. 267-319.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SCHECHNER, Richard. Between Theater and Anthropology. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985.
- SIMULA, Brandy L. Pleasure, power, and pain: a review of the literature on the experiences of BDSM participants. *Sociology Compass*, v. 13, n. 3, e12668, 2019. DOI: 10.1111/soc4.12668.
- SIMULA, Brandy L.; BAUER, Robin; WIGNALL, Liam (eds.). The Power of BDSM: Play, Communities, and Consent in the 21st Century. New York: Oxford University Press, 2023. DOI: 10.1093/oso/9780197658598.001.0001.
- SOLOVE, Daniel J. The Future of Reputation: Gossip, Rumor, and Privacy on the Internet. New Haven: Yale University Press, 2008.
- SUNDÉN, Jenny. Queer disconnections: affect, break, and delay in digital connectivity. *Transformations*, n. 31, p. 63-78, 2018.

- SUNDÉN, Jenny. Digital kink obscurity: a sexual politics beyond visibility and comprehension. *Sexualities*, v. 27, n. 8, p. 1461-1475, 2024. DOI: 10.1177/13634607221124401.
- SUNDÉN, Jenny; PAASONEN, Susanna; TIIDENBERG, Katrin; VIHLMAN, Maria. Locating sex: regional geographies of sexual social media. *Gender, Place & Culture*, v. 31, n. 4, p. 424-440, 2024. DOI: 10.1080/0966369X.2022.2122410.
- TRONTO, Joan C. *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*. New York: Routledge, 1993.
- TURNER, Victor. *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*. Chicago: Aldine, 1969.
- WEISS, Margot. *Techniques of Pleasure: BDSM and the Circuits of Sexuality*. Durham: Duke University Press, 2011.
- WIGNALL, Liam. The role of the internet in research on BDSM. In: SIMULA, Brandy L.; BAUER, Robin; WIGNALL, Liam (eds.). *The Power of BDSM: Play, Communities, and Consent in the 21st Century*. New York: Oxford University Press, 2023. p. 43-52. DOI: 10.1093/oso/9780197658598.003.0003.
- ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: PublicAffairs, 2019.

/* DESEJO É DADO.

CONSENTIMENTO É PROTOCOLO.

CUIDADO É INFRAESTRUTURA.

PODER É RELAÇÃO.

PRAZER É CARTOGRAFIA. */

CONSENTIMENTO
INFORMADO
NÃO É OPCIONAL.
É FUNDAMENTO.

Em *Territórios Conectados do Desejo*, Lucas Almeida Dias investiga como o BDSM se reorganiza nos espaços digitais, convertendo plataformas, aplicativos, fóruns, redes sociais e dispositivos em territórios de encontro, negociação, risco, cuidado e imaginação erótica. Longe de tratar o digital como simples extensão do mundo presencial, o livro mostra que interfaces, algoritmos, regimes de visibilidade e políticas de moderação participam ativamente da produção do desejo, da confiança e da vulnerabilidade.

Articulando geografia crítica, estudos de sexualidade, teoria feminista, estudos de plataforma e reflexões sobre corpo, poder e consentimento, a obra examina temas como intimidade mediada, pedagogias comunitárias, economias do erotismo, privacidade, exposição, raça, gênero, classe e memória digital. O resultado é uma leitura rigorosa e acessível sobre os modos pelos quais o BDSM contemporâneo produz novas cartografias do prazer, do vínculo e da autonomia.

Lucas Almeida Dias é geógrafo,
pesquisador e escritor.

♥ CONSENTIR
🔗 CUIDAR
◀ CONECTAR

